



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE
GABINETE DO VEREADOR NIKOLAS FERREIRA

Requerimento de Comissão

1103/2022

Senhor Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76 da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, II, do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Exmo. Sr. Prefeito, Fuad Noman, e ao Exmo. Sr. Secretário Municipal de Política Urbana, João Antônio Fleury, pedido de informações a respeito do imóvel localizado na Rua Ajair de Almeida Costa, 540, bairro Mantiqueira.

1. A quem pertence esse imóvel? Gentileza apresentar a matrícula atualizada.
2. O imóvel está sendo utilizado atualmente? Em caso positivo, gentileza indicar a finalidade da utilização.
3. a) Há a possibilidade de uso do espaço para o desenvolvimento de atividades de um projeto social? b) Em caso positivo, qual o procedimento deve ser adotado para a sua utilização para tal finalidade? c) Em caso negativo, por qual motivo?
4. Qual o custo mensal para manutenção do imóvel?

Belo Horizonte, 14 de junho de 2022.

**NIKOLAS
FERREIRA DE
OLIVEIRA:117
01442680**

Assinado de forma
digital por NIKOLAS
FERREIRA DE
OLIVEIRA:11701442680
Dados: 2022.06.14
19:47:42 -03'00'

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 15.06.2022
HORA: 11:53:05

Ao Senhor

Vereador Wanderley Porto

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana



[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura **aprovado**, em conformidade com a MP 2.200-2/2001

Data de verificação	15/06/2022 12:22:57 BRT
Versão do software	2.8.1
Nome do arquivo	Si1 -22 - 11h53 - Ver. Nikolas.pdf
Resumo SHA256 do arquivo	1eab1570f5586db0cabaf1871f1fe654 c74e1f4d36b72b944095404c79463826

▼ Assinatura por CN=NIKOLAS FERREIRA DE OLIVEIRA:***014426**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Em conformidade com o padrão
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Atributos obrigatórios/opcionais	Aprovados
Certificados necessários	Nenhum certificado é necessário
Mensagem de alerta	Atualizações incrementais não verificadas

► Caminho de certificação

► Atributos

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:

15 / 06 / 22

Responsável pela distribuição

Modo escuro ☐



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO N° **1104/2022**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Políticas Urbana, presidida por Vossa Excelência, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, que seja agendada vistoria técnica na rua Engenheiro Carlos Goulart, em frente à sede da BHTrans, no Estoril, no dia 07 de julho de 2022 às 9h., visando identificação de nascente e estudos para a criação do Parque Ciliar do Cercadinho.



PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 13/06/2022
HORA: 16:01:09



Solicitamos a presença dos representantes:

1. Representantes da PBH

- Leandro César Pereira – Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura
- Mário Werneck – Secretário Municipal de Meio Ambiente
- Sérgio Augusto Domingues – Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica
- Luciana Carvalhais - Coordenadora de Administração Regional Oeste

2. Representante da Copasa

- Carlos Eduardo Tavares de Castro – CEO Copasa

3. Representante da Sociedade Civil

- Carla Magna – Carla.magna@outlook.com
- Felipe Gomes – felipeambiente@gmail.com



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Belo Horizonte, 09 de junho de 2022.

DUDA SALABERT
ROSA:049673836
45

Assinado de forma digital
por DUDA SALABERT
ROSA:04967383645
Dados: 2022.06.13 15:55:51
-03'00'

Vereadora Duda Salabert
Câmara Municipal de Belo Horizonte

Ao Senhor,
Vereador Wanderley Porto
Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política
Urbana

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura **aprovado**, em conformidade com a MP 2.200-2/2001

Data de verificação	13/06/2022 16:16:09 BRT
Versão do software	2.8.1
Nome do arquivo	_.pdf
Resumo SHA256 do arquivo	3326c5337cffe491574ca26fbbfc968d0548a953d4 8f98738a103459e54f067e

▼ Assinatura por CN=DUDA SALABERT ROSA:***673836**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=36432667000100, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

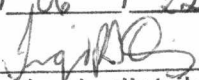
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Em conformidade com o padrão
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Atributos obrigatórios/opcionais	Aprovados
Certificados necessários	Nenhum certificado é necessário
Mensagem de alerta	Atualizações incrementais não verificadas

► Caminho de certificação

► Atributos

Proposição inicial
Avulsos distribuídos em:

15 / 06 / 22


Responsável pela distribuição

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐

Requerimento de Comissão

1110/2022

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, que seja agendada por esta Comissão uma visita técnica in loco, no Parque Guilherme Lajes, localizado na rua Angola, 665 - São Paulo, Belo Horizonte - MG, CEP: 31910-060, no dia 13/07/2022 às 09:30 horas.

Recebemos várias denúncias de munícipes que alguns parques de Belo Horizonte encontra-se abandonados. Diante de tais fatos, solicitamos a visita técnica para verificar quais as condições físicas e de funcionamento do Parque.

Além disso, verificar a possibilidade da implantação de uma base de treinamento do Grupo de Operação com Cães (GOC) da guarda Civil Municipal de Belo Horizonte.

Sugiro que sejam convidados:

Henrique de Castilho Marques de Sousa - Superintendente da SUDECAP.

Representante da Guarda Civil Municipal e do Grupo de Operação com Cães (GOC) da guarda Civil Municipal.

Belo Horizonte, 19 de junho de 2022.

RUBEM
RODRIGUES
DE OLIVEIRA
JUNIOR:03150
326699

Assinado de forma
digital por RUBEM
RODRIGUES DE
OLIVEIRA
JUNIOR:03150326699
Dados: 2022.06.15
14:10:15 -03'00'

Vereador Rubão
Partido Progressistas

Exmo. Sr.
Vereador Wanderley Porto
Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana.

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 15/06/22
HORA: 14:12:48

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura **aprovado**, em conformidade com a MP 2.200-2/2001

Data de verificação	15/06/2022 14:26:21 BRT
Versão do software	2.8.1
Nome do arquivo	REQUERIMENTO para visita técnica no parque Guilherme Lajes NOVA DATA.pdf
Resumo SHA256 do arquivo	d90f55bdfd07b85e6556832c853d1e72ddc07c1eef 4294252b6aa59707ac13cd

▼ Assinatura por CN=RUBEM RODRIGUES DE OLIVEIRA JUNIOR:***503266**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

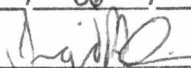
▼ Informações da assinatura

Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Em conformidade com o padrão
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Certificados necessários	Nenhum certificado é necessário
Mensagem de alerta	Atualizações incrementais não verificadas

► Caminho de certificação

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:

15 / 06 / 22


Responsável pela distribuição

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO DE COMISSÃO N°

1174/2022

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, a realização de audiência pública com a finalidade de discutir sobre pouso e decolagem de helicópteros no município de Belo Horizonte, no dia 05 de julho de 2022, às 13h40min, no Plenário Helvécio Arantes.

Sugiro que sejam convidados:

- Mário Werneck - Secretário Municipal de Meio Ambiente;
- Guilherme Lana Pimenta - Secretário Adjunto de Meio Ambiente;
- Hélcio Neves – PHV Engenharia,
- Cynthia Pimentel – Uma Gestão de Projetos.

LEONARDO
SILVEIRA DE
CASTRO
PIRES:77940148672

Assinado de forma digital por LEONARDO
SILVEIRA DE CASTRO PIRE:77940148672
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI
Multipla v5, ou=22882751000111,
ou=Presencial, ou=Certificado PF A3,
cn=LEONARDO SILVEIRA DE CASTRO
PIRES:77940148672
Dados: 2022.06.24 19:26:00 -03'00'

Vereador Léo

Vereador Wanderley Porto

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

Câmara Municipal de Belo Horizonte

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO N° 14/2021
DATA: 27/06/2022
HORA: 14:56:11

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura **aprovado**, em conformidade com a MP 2.200-2/2001

Data de verificação	27/06/2022 14:57:56 BRT
Versão do software	2.8.1
Nome do arquivo	req ap heliponto.pdf
Resumo SHA256 do arquivo	cc48a76858293fef99bf411bd228cda2992b6488fd8a0 1b6ae5e98f6ab3ea82f

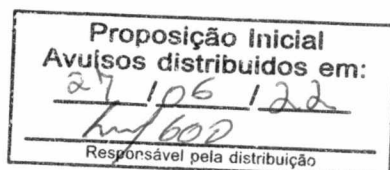
▼ Assinatura por CN=LEONARDO SILVEIRA DE CASTRO PIRES:***401486**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Em conformidade com o padrão
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Atributos obrigatórios/opcionais	Aprovados
Certificados necessários	Nenhum certificado é necessário
Mensagem de alerta	Atualizações incrementais não verificadas

► Caminho de certificação

► Atributos



AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº

938/2022

Senhor Presidente,

Requeremos a esta Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, que seja realizada audiência pública, no dia 14/06/2022, às 13:40h, na reunião ordinária desta Comissão, no Plenário Amyntas de Barros, com a finalidade de debater os riscos socioambientais para o município de Belo Horizonte frente à implantação de novos empreendimento minerários, em especial no tocante à Mineração Gute Schit Ltda., inscrita no CNPJ 65.109.944/0001-47, nome fantasia Mineração Boa Vista, situada a Estrada Velha de Nova Lima, Km 04, Castanheiras, Sabará - MG, que está explorando minério de ferro na Serra do Curral, de maneira ilegal e criminosa.

A empresa Mineração Gute Schit Ltda. iniciou a mineração sem qualquer rito legal no tocante à questão ambiental, ou seja, sem as devidas licenças ambientais prévia, de instalação e de operação, bem como realizou supressão de vegetação de área em de mata atlântica sem as devidas autorizações. Posteriormente, após ser autuada pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD) por este grave crime ambiental, firmou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), SEMAD/SUPRAM CENTRAL-DRCP, celebrado em 07 de maio de 2021 (Anexo I - TAC), Resposta ao Requerimento de Comissão 1037/2021 (Anexo II), emitida no dia 25 de novembro de 2021, Indicação 75/2022 (Anexo III), emitida no dia 06 de abril de 2022. No presente momento a atividade de mineração está autorizada por esse TAC.

Entretanto, cabe destacar que o referido TAC é extremamente frágil e não traz qualquer obrigação ao empreendedor sobre os cuidados mínimos em relação à comunidade do entorno, nas regiões leste e centro-sul de Belo Horizonte, à fauna e à flora local. Cabe destacar que a área onde o empreendimento está inserido é uma região de transição entre a Mata Atlântica e o

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 26/05/22
HORA: 19:31:26

Cerrado, possuindo espécies endêmicas - que só existem naquele local - bem como inúmeras espécies ameaçadas de extinção, como descrito no Anexo II.

Na denúncia que realizamos à partir da Indicação 75/2022 (Anexo III), destaca-se que a empresa começou a atuar de maneira ilegal entre janeiro e maio de 2020, sem qualquer tipo de comunicação à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais ou compromisso social com as comunidades e ambiente do entorno. Entretanto, mesmo assim, a empresa foi premiada pela SEMAD com um TAC extremamente frágil e permissivo no tocante ao estabelecimento de medidas de controle, mitigação e compensação ambiental e social, regularizando de forma precária a atuação da empresa, sem o devido processo de licenciamento ambiental ao empreendimento.

Além disso, é importante destacar a proximidade do empreendimento minerário da Fundação Benjamin Guimarães, conhecido como Hospital da Baleia, fundado em 1944, reconhecido como instituição de saúde referência no Estado, atendendo 795 municípios. Conforme Relatório de Sustentabilidade 2019/2020 do Hospital da Baleia, em 2020 foram realizados 230 mil atendimentos, 91 mil internações, 11 mil cirurgias, 12 mil consultas pediátricas, 30 mil atendimentos oncológicos, 50 mil sessões de hemodiálise e 500 mil procedimentos médicos. A atividade minerária proposta, com os riscos já amplamente conhecidos à saúde e qualidade de vida e meio ambiente, com contaminação do ar e água, são um risco potencial à comunidade hospitalar do entorno.

É importante ressaltar que existe grande possibilidade de que a atuação da Mineração Gute Sicht Ltda. no local esteja causando deslizamentos de terra no entorno, já que é um terreno geologicamente instável, de rocha fítilo.

Quanto ao processo de regularização ambiental do empreendimento, encontra-se formalizado junto à SEMAD o processo de nº 1650/2021, em nome da empresa Mineração e Dragagem Boa Vista Ltda (CNPJ nº 65.109.944/0001-47), a qual possui como nome fantasia Mineração Gute Sicht Ltda, no qual está sendo solicitada uma Licença de Operação Corretiva (LOC), ou seja, para regularização de um empreendimento que começou a operar de forma criminosa sem as devidas licenças ambientais, na Modalidade Licença Ambiental Concomitante 2 (LAC2), para as seguintes atividades:

- A-05-05-3 - Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários - extensão - 1km
- A-02-03-8 - Lavra a céu aberto - Minério de ferro - produção bruta - 1.500.000 t/ano
- A-05-04-7 - Pilhas de rejeito/estéril - Minério de ferro - área útil - 5 ha

O empreendimento encontra-se em área limítrofe entre Belo Horizonte e Sabará. Segundo informações do empreendedor, o empreendimento está totalmente circunscrito ao município de Sabará. Porém, de acordo com o processo minerário por requerimento de lavra nº 832.156/2005, referente ao empreendimento em questão, a área abrange também o município de Belo Horizonte. Bem como, em relação à área diretamente afetada pelo empreendimento, entendemos que este esteja também inserido em Belo Horizonte. Esta questão foi indagada à SEMAD no Pedido de Informações que realizamos, sendo que a Secretaria afirmou não ser possível até o presente momento afirmar com exatidão a real localização do empreendimento.

Nos mapas, que constam nas páginas 30 e 174 do EIA corretivo da empresa, como descrevemos no Anexo III, fica evidente que 100% da cava do empreendimento se encontra no município de Belo Horizonte. É importante destacar que documentos oficiais e o próprio EIA informam que o empreendimento está inserido em ambos os municípios, Belo Horizonte e Sabará. Em especial pode-se citar o sítio eletrônico da SEMAD onde são publicadas as informações sobre as Audiências Públicas no âmbito dos processos de licenciamento ambiental.

Mesmo sem a anuência de Belo Horizonte a Semad celebrou o TAC para o empreendimento. O TAC permite ao empreendedor a produção bruta anual de até um milhão e meio de toneladas de minério de ferro, durante um ano, podendo ser prorrogado por igual período.

Outro importante fato é que a região está em processo de Tombamento Estadual da Serra do Curral, cujo estudo de tombamento foi orientado e financiado pelo próprio Ministério Público de MG. Mesmo assim, a mineradora celebrou o TAC com a SEMAD, que representa a completa anuência por parte do órgão ambiental para a destruição ecológica da região em processo de tombamento. Pelo princípio da precaução consideramos necessário parar esta atividade minerária.

Estamos vivendo um contexto de Emergência Climática e Crise Hídrica e Ecológica, os quais, a nosso entender, estão sendo completamente desconsiderados pelos responsáveis pela Mineração Gute Sicht Ltda., que coloca também sob elevados riscos de saúde uma grande porção de moradoras e moradores da região leste de BH, com a poluição do ar, sonora e aumento no tráfego de caminhões de minério na região, com seus impactos à saúde. Sendo assim, diante do exposto, é que se requer a realização da audiência pública, com a finalidade de debater e buscar a construção de medidas efetivas para impedir o avanço ilegal e criminoso da mineração na Serra do Curral, em Belo Horizonte, convidando os seguintes agentes, para os quais apresentamos lista prévia de perguntas que deverão ser respondidas durante a Audiência Pública:

Representantes da PBH:

- 1- Sr. Fuad Noman, Prefeito de Belo Horizonte.

Pergunta:

- A PBH possui informações acerca da relação econômica e entre sócios de todas as empresas de mineração que atuam hoje na Serra do Curral, ou atuaram nos últimos anos?

- 2- Sr. Claudius Vinícius Leite Pereira - Diretor-Presidente Urbel.

Perguntas:

- Quais os riscos que o empreendimento da Mineração Gute Schit Ltda. oferece à segurança de habitação das comunidades do entorno da mineração?
- As atividades estão colocando moradias sob risco de desabamento?
- Quais os impactos do empreendimento à comunidade da ocupação Terra Nossa, no bairro Taquaril, que se encontra sob contexto de extrema vulnerabilidade socioambiental?
- Quantas famílias foram removidas na Ocupação Terra Nossa?
- A área da ocupação ainda não foi destinada formalmente para a Prefeitura. Os custos destas remoções de famílias, bem como o custeio de aluguel já estão consolidados, de modo que possam ser ressarcidos ao cofre público pela Mineração Gute Schit Ltda.?

- 3- Sra. Fabíola Moulin, Secretária Municipal de Cultura - Presidenta Interina na Fundação Municipal de Cultura - Secretaria Municipal de Cultura (SMC).

Perguntas:

- O empreendimento da Mineração Gute Schit Ltda. está localizado em área tombada da Serra do Curral dentro do perímetro de BH?
- Como a Secretaria compreende esse empreendimento com relação aos bens já tombados na Serra do Curral, dentro dos limites de BH?

- 4- Sr. Mário Werneck - Secretário Municipal de Meio Ambiente (SMMA)

Pergunta:

- Como foi a atuação da Secretaria desde o início do empreendimento de mineração, considerando que houve ação da Prefeitura, através da Urbel, com remoção de famílias na Ocupação Terra Nossa, no bairro Taquaril?

5- Sr. José Mauro Gomes - Subsecretário Municipal de Fiscalização

Pergunta:

- A Fiscalização está estruturada para atuar de modo eficiente e eficaz, com disponibilidade de recursos humanos e financeiros para garantir o cumprimento da interdição junto a Guarda Municipal?

6- Sr. Comandante Rodrigo Sérgio Prates. Subsecretário e Comandante da Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte

Pergunta:

- A Guarda Municipal está estruturada para atuar de modo eficiente e eficaz, com disponibilidade de recursos humanos e financeiros para garantir o cumprimento da interdição junto a Fiscalização?

Representantes de Órgãos Estaduais:

5- Sra. Marília Carvalho de Melo - Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD).

Perguntas:

- A SEMAD pode explicar como esse TAC foi celebrado, com a mesma quantidade de minério pleiteada pela Mineração Gute Schit Ltda. no Estudo de Impacto Ambiental Corretivo?
- A SEMAD considera adequada a celebração deste TAC sem qualquer segurança socioambiental para ecossistemas e comunidades do entorno, que são necessárias em um processo de licenciamento ambiental desta magnitude?
- Como a SEMAD concedeu autorização de mineração dentro do município de Belo Horizonte, como consta no EIA Corretivo da Mineração Gute Schit Ltda., que está tramitando na SEMAD, sem a exigência da declaração de conformidade da Prefeitura de Belo Horizonte?
- Como a Secretaria compreende esse empreendimento com relação aos bens já tombados na Serra do Curral?

- A SEMAD possui informações acerca da relação econômica e entre sócios de todas as empresas de mineração que atuam hoje na Serra do Curral, ou atuaram nos últimos anos?
- Qual já foi a quantidade minerada pela Mineração Gute Schit Ltda. até hoje? Como esta quantidade está sendo comprovada, validada? Existe risco de sobrecarga e transporte acima do permitido nos caminhões?
- Onde a carga de minério é pesada, onde estão as comprovações com a empresa Fleurs Global Mineração Ltda?

6- Sra. Marília Palhares Machado - presidente do IEPHA - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - gabinete@iepha.mg.gov.br

Perguntas:

- O empreendimento da Mineração Gute Schit Ltda. está localizado em área tombada da Serra do Curral?
- Como o IEPHA compreende esse empreendimento com relação aos bens já tombados na Serra do Curral?
- O IEPHA possui informações acerca da relação econômica e entre sócios de todas as empresas de mineração que atuam hoje na Serra do Curral, ou atuaram nos últimos anos?

7- Sr. Promotor de Justiça Felipe Faria de Oliveira, Coordenador Estadual de Meio Ambiente e Mineração do MPMG.

Perguntas:

- Como o MP avalia a celebração deste TAC, de um empreendimento de tão grande proporção, sem as garantias e estudos necessários em um processo de licenciamento ambiental, com uma comunidade em situação de extrema vulnerabilidade social instalada a cerca de 200 metros da mineração?
- O MP possui informações acerca da relação econômica e entre sócios de todas as empresas de mineração que atuam hoje na Serra do Curral, ou atuaram nos últimos anos?

Representantes da Sociedade Civil

- 8- Nilo Zack, morador do bairro Taquaril, membro do Taquaril Solidário, artista visual, bacharel em Cinema de Animação e Artes Digitais pela UFMG, estudou Cinema e Design Multimídia na UBI, em Covilhã, Portugal.
- 9- Sra. Edneia de Souza, presidente do centro comunitário do Taquaril e da comissão local do centro de saúde Novo Horizonte. Diretora estadual do Movimento Nacional de Luta pela Moradia - MNLM, moradora do bairro Taquaril.
- 10- Makota Cassia Kidoiale, representante do Quilombo Manzo Ngunzo Kaiango;
- 11- Sr. Vinícius Papatella, Advogado, mestre em Direito e bacharel em Ciências Socioambientais pela Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Pesquisador-colaborador do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA/UFMG), núcleo de pesquisa vinculado ao Departamento de Antropologia e Arqueologia (DAA-FAFICH/UFMG) e cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa da Plataforma Lattes/CNPq. Representante do Instituto Cordilheira do Espinhaço;
- 12- Sr. Felipe Gomes - Engenheiro Ambiental com mestrado em Sustentabilidade e Idealizador do Coletivo Ah, É Lixo!?
- 13- Sr. Euler Cruz- Representante do Fórum Permanente do São Francisco - Engenheiro Mecânico, pesquisador e consultor na área de Energias Renováveis. Membro do Comitê Técnico do Fórum Permanente São Francisco. Ambientalista. Escritor;
- 14- Dra. Ana Flávia Quintão Fonseca - Bióloga sanitária, doutora em Saúde Coletiva pela Fiocruz MG, ativista no enfrentamento ao avanço da mineração na região do quadrilátero aquífero, membro do Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela e Movimento pelas Serras e Águas de Minas.

Aos Representantes da Sociedade Civil, gostaríamos de fazer o seguinte questionamento: Como avaliam os riscos da continuidade do empreendimento para a segurança socioambiental e de saúde das comunidades de Belo Horizonte que vivem próximas ao empreendimento, bem como de toda a vida natural existente?

Representantes do Setor da Mineração

- 15- Sr. Representante da Mineração Gute Schit Ltda.

Perguntas:

- Qual já foi a quantidade minerada pela Mineração Gute Schit Ltda. na Serra do Curral até hoje? Como esta quantidade está sendo comprovada, validada? Onde estão os comprovantes?
- Existe risco de sobrecarga e transporte acima do permitido nos caminhões nas vias?
- Onde a carga de minério é pesada, onde estão as comprovações?
- Qual a relação da empresa Mineração Gute Schit Ltda. com a Fleurs Global Mineração Ltda?
- Como é efetuada a segurança da área minerada. Existe uso de segurança armada? Como é a relação com a comunidade local?
- O acesso concretado implantado na Ocupação Terra Nossa pela empresa Mineração Gute Schit Ltda. foi executado com acompanhamento técnico, ou seja, profissional efetivamente qualificado e registrado no CREA-MG?

16- Sr. Representante da Fleurs Global Mineração Ltda.

Perguntas:

- Existe alguma relação da Fleurs Global Mineração Ltda. com a Mineração Gute Schit Ltda.?
- Qual já foi a quantidade minerada pela Mineração Gute Schit Ltda. na Serra do Curral até hoje? Como esta quantidade está sendo comprovada, validada? Onde estão os comprovantes?
- Existe risco de sobrecarga e transporte acima do permitido nos caminhões nas vias?
- Onde a carga de minério da Mineração Gute Schit Ltda. é pesada e onde estão as comprovações?
- Qual a relação da empresa Mineração Gute Schit Ltda. com a Fleurs Global Mineração Ltda?

17- Sr. Representante da Empresa de Mineração Pau Branco Ltda. (Empabre) - Pergunta:

- Existe alguma relação da Empresa de Mineração Pau Branco Ltda. (Empabre) com a Mineração Gute Schit Ltda.?

18- Sr. Leandro Amorim, representante da Taquaril Mineração S.A. (Tamisa)

Pergunta:

- Existe alguma relação da Tamisa com a Mineração Gute Schit Ltda.?

19- Sr. Rogério Galvão - Gerente Executivo de Obras de Reparação da Diretoria de Reparação e Desenvolvimento da VALE S.A.

Pergunta:

- Existe alguma relação da Vale com a Mineração Gute Schit Ltda.?

Para subsidiar a referida reunião, solicito à Divisão de Consultoria Legislativa que elabore nota técnica sobre o assunto.

Belo Horizonte, 26 de maio de 2022.

DUDA SALABERT
ROSA:04967383
645

Assinado de forma digital
por DUDA SALABERT
ROSA:04967383645
Dados: 2022.05.26 19:21:47
-03'00'

Vereadora Duda Salabert

Ao Senhor

Vereador Wanderley Porto

Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
Sustentável

SUPRAM CENTRAL METROPOLITANA - Diretoria Regional de
Controle Processual

Termo AJUSTAMENTO DE CONDUTAS - SEMAD/SUPRAM CENTRAL-DRCP

Belo Horizonte, 07 de maio de 2021.

**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA QUE ENTRE SI CELEBRAM
MINERAÇÃO GUTE SCHIT LTDA E A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO
AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMAD PARA
ADEQUAÇÃO DE EMPREENDIMENTO À LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.**

Pelo presente instrumento **MINERAÇÃO GUTE SCHIT LTDA**, qualificada conforme Anexo I do presente instrumento, doravante representada nos termos do seu contrato social pelo Sr. Alexandre Ignácio Gomes Abrantes, também qualificado no citado anexo, doravante denominado(a) **COMPROMISSÁRIO(A)** firma o presente **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC** perante a SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMAD, (SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE - SUPRAM CENTRAL METROPOLITANA), cuja qualificação consta do Anexo I, neste ato representada por seu Superintendente, Sr. Breno Esteves Lasmar, igualmente qualificado no referido anexo, doravante denominado **COMPROMITENTE**, nos termos dos arts. 32, §1º e 108, §3º do Decreto Estadual nº 47.383, de 2 de março de 2018, observadas as cláusulas e condições seguintes:

Considerando que, conforme o previsto no art. 225, *caput*, da Constituição Federal, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, sendo caracterizado como o “conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”, consoante o art. 3º, I, da Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981;

Considerando que o art. 16, § 9º, da Lei Estadual nº 7.772, de 8 de setembro de 1980, prevê que aquele que estiver exercendo as atividades sem licença ambiental ou autorização ambiental competente terá as suas atividades suspensas até que obtenha licença ambiental ou autorização devida ou firme termo de ajustamento de conduta com o órgão ambiental, com as condições e prazos para funcionamento do empreendimento até a sua regularização;

Considerando o art. 32, §1º, do Decreto Estadual nº 47.383, de 02 de março de 2018, que prevê a possibilidade de continuidade de operação da atividade ou do

empreendimento concomitantemente ao procedimento de licenciamento em caráter corretivo por meio da assinatura de TAC junto ao órgão ambiental competente, independentemente da formalização do processo de licenciamento;

Considerando que o(a) COMPROMISSÁRIO(A) solicitou a assinatura do TAC conforme protocolo nº 28368272 constante no processo SEI 1370.01.0017459/2021-06;

Considerando as justificativas apresentadas pelo(a) COMPROMISSÁRIO(A), especialmente, em relação à necessidade de efetuar **ações emergenciais para controle e mitigação dos impactos ambientais** no empreendimento;

Considerando o exposto no Memorando 80 (protocolo nº 27918108) constante no processo SEI 1370.01.0017459/2021-06;

Considerando que tramita perante a COMPROMITENTE, no Sistema de Licenciamento Ambiental - SLA, o processo de nº 1650/2021 (LAC2 - LOC) ainda pendente de conclusão;

Considerando o disposto na **NOTA JURÍDICA ASJUR.SEMAD Nº 108/2020** (17013423) constante do processo SEI 1370.01.0025546/2020-07;

Considerando o disposto na **NOTA JURÍDICA ASJUR.SEMAD Nº 72/2021** (29072300) constante do processo SEI 1370.01.0017459/2021-06;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, de acordo com as seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DE COMPROMISSO

Constitui objeto deste instrumento o estabelecimento das condições e prazos para adequação do empreendimento **MINA BOA VISTA** à legislação ambiental, incluídas a devida regularização ambiental, a execução do controle de suas fontes de poluição e a reparação dos danos eventualmente causados, para continuidade de operação, conforme CLÁUSULA SEGUNDA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O objeto deste TAC compreende as atividades constantes no PA COPAM abaixo descrito:

PROCESSO 1650/2021 (SLA) - ATIVIDADES CONFORME DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM Nº 217/2017 - CLASSE 3 - PORTE M

A-05-05	Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos	Extensão	1	km
---------	---	----------	---	----

03-3 minerários

A-02-03-8 Lavra a céu aberto - Minério de ferro Produção bruta 1.500.000 t/ano

A-05-04-7 Pilhas de rejeito/estéril - Minério de ferro Área útil 5 ha

PARÁGRAFO SEGUNDO - O presente instrumento não antecipa ou afasta a necessidade de obtenção de certidões, alvarás, licenças e autorizações de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal, marcadamente, licença ambiental, autorização para intervenção ambiental e outorga de direito de uso de recursos hídricos, que, por ventura, façam-se exigíveis, e que deverão ser tratadas exclusivamente no âmbito do procedimento administrativo cabível e autorizadas por decisão do órgão competente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES A SEREM OBSERVADAS PELA COMPROMISSÁRIA

Pelo presente termo, o(a) COMPROMISSÁRIO(A) obriga-se a cumprir as condições e medidas abaixo descritas, observando rigorosamente seus respectivos prazos.

ITEM	DESCRIÇÃO	PRAZO
01	Apresentar Relatório Técnico Fotográfico demonstrando a realização de umectação das vias de acesso, frente de lavra e outros.	Trimestralmente
02	Apresentar programa de controle de processos erosivos e sedimentação, visando sanar urgentemente todos os problemas ambientais existentes, principalmente no que concerne à contenção de sedimentos, melhoria no sistema de drenagem pluvial e contenção de erosões para a área operada e entorno. O programa deverá ser executado em até 3 meses	10 dias
03	Não implantar e/ou operar novas ampliações do empreendimento mantendo a lavra dentro da poligonal minerária nº 831.050/1990, a área da pilha e demais Áreas Diretamente Afetada (ADAs) objetos do TAC.	Durante a vigência do TAC
	Conforme consta no processo SLA 1650/2021, não haverá uso ou intervenção em recurso hídrico para suprimento	Durante a

04	direto ou indireto da atividade sob licenciamento. Portanto fica vedada a exploração de qualquer recurso hídrico sem as devidas outorgas ou certidão de dispensa, ressalvados os usos prioritários e/ou emergenciais pela necessidade de combate a incêndios florestais.	vigência do TAC.
05	Apresentar Programa de Prevenção e Combate de Incêndios Florestais para o empreendimento.	60 dias
06	Apresentar plano de escoamento do minério lavrado, indicando as vias de acesso e medidas para minimizar os impactos decorrentes do incremento de movimentação na via.	30 dias
07	Apresentar, anualmente, a Declaração de Movimentação de Resíduo - DMR, emitida via Sistema MTR-MG, referente às operações realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento durante os semestres, conforme determinações e prazos previstos na Deliberação Normativa COPAM nº 232/2019.	seguir os prazos dispostos na Deliberação Normativa COPAM nº 232/2019.
08	Apresentar monitoramento de ruído em 4 pontos localizados nos limites da área externa do empreendimento de acordo com NBR 10.151/2000.	Trimestralmente
09	Apresentados monitoramento da qualidade do ar (Partículas Totais em Suspensão - PTS) . Os laudos deverão ser expressos nas mesmas unidades previstas na Resolução CONAMA 03/1990. Nos resultados das análises realizadas, a empresa deverá observar os comandos contidos na DN COPAM nº 2016/2017.	Trimestralmente

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O(A) COMPROMISSÁRIO(A) deverá comunicar à COMPROMITENTE, 30 (trinta) dias antes do vencimento de qualquer prazo, a impossibilidade de cumprimento de obrigações assumidas, apresentando requerimento de alteração de prazo ou de conteúdo, instruído com justificativa devidamente comprovada, informando nova data, se for o caso, para execução, sob pena de ser constituído(a) em mora.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As alterações de conteúdo aceitas pela COMPROMITENTE se efetivarão após a emissão de Nota Técnica sucinta e Ofício de informação ao compromissário.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As alterações de prazo aceitas pela COMPROMITENTE serão comunicadas ao(à) COMPROMISSÁRIO(A) mediante ofício.

PARÁGRAFO QUARTO - O(A) COMPROMISSÁRIO(A) deverá comunicar ao órgão

ambiental todos os desdobramentos das investigações policiais e ações judiciais que pendem contra si, especialmente no que concerne à eventual decisão que possa determinar a suspensão, no todo ou em parte, do regular exercício de suas atividades, para fins de avaliação quanto aos impactos em autorizações ambientais porventura existentes.

PARÁGRAFO QUINTO - O(A) COMPROMISSÁRIO(A) deverá informar ao juízo onde tramita a ação judicial sobre o presente TAC, inclusive com a juntada do ajuste celebrado, devendo, após, comprovar a providência tomada ao órgão ambiental, por meio de apresentação do protocolo feito junto ao Poder Judiciário, no prazo de 30 (trinta) dias contados da assinatura deste termo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO CONTROLE, DA FISCALIZAÇÃO E DO MONITORAMENTO

Este instrumento não inibe ou restringe, em qualquer hipótese, as ações de controle, fiscalização e monitoramento da COMPROMITENTE ou de qualquer órgão ambiental fiscalizador face ao(à) COMPROMISSÁRIO(A), nem limita ou impede o exercício de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares, em especial, a aplicação de sanções administrativas decorrentes do exercício do Poder de Polícia.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caso julgue necessário, a COMPROMITENTE realizará vistorias na área do empreendimento objeto deste Termo, objetivando verificar o cumprimento das condições e medidas ajustadas na CLÁUSULA SEGUNDA.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONSEQUÊNCIAS DO DESCUMPRIMENTO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O descumprimento total ou parcial do compromisso assumido implicará na **rescisão** do presente TAC e sujeitará o(a) COMPROMISSÁRIO(A), ressalvados os casos previstos na **CLÁUSULA SEXTA**, ao que segue:

1. (Suspensão/Embargo) total e imediata(o) das atividades;
2. Multa de 2.250 (dois mil, duzentos e cinquenta) Ufemgs por obrigação descumprida (CLÁUSULA SEGUNDA);
3. Adoção imediata das sanções administrativas previstas na legislação vigente, notadamente, o Decreto Estadual nº (47.383, de 02 de março de 2018/47.838, de 09 de janeiro de 2020);
4. Encaminhamento imediato de cópia do processo administrativo que contém o TAC à Advocacia Geral do Estado para execução.

CLÁUSULA QUINTA - DA EFICÁCIA DO INSTRUMENTO

O presente instrumento produz efeitos a partir de sua celebração, tendo eficácia de título executivo extrajudicial, consoante o disposto no art. 5º, §6º da Lei Federal nº

7.347, de 24 de julho de 1985, e no art. 784, II, da Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

PARÁGRAFO ÚNICO - Este termo é celebrado no uso do dever-poder discricionário da Administração Pública e, portanto, segue critérios de conveniência e oportunidade avaliados quando de sua elaboração. Deixando de subsistir esses critérios ou advindo outros que ensejem nova avaliação de mérito administrativo, este Termo poderá ser revogado, com comunicação à COMPROMISSÁRIA.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CIRCUNSTÂNCIAS QUE EXCLUEM A RESPONSABILIDADE PELO INADIMPLEMENTO

A eventual inobservância pelo(a) COMPROMISSÁRIO(A) de quaisquer das obrigações, condições e prazos estabelecidos no presente Termo, desde que comprovadamente decorrente de caso fortuito ou força maior, nos termos do art. 393, do Código Civil Brasileiro, não configurará o seu descumprimento, devendo ser imediatamente comunicada e justificada à (SUPRAM/SUPPRI), que, se for o caso, fixará novo prazo para o adimplemento da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), mediante ofício encaminhado ao (à) COMPROMISSÁRIO(A) .

PARÁGRAFO ÚNICO - O encerramento definitivo das atividades da compromissária, por si só, não autoriza o inadimplemento das medidas ajustadas no presente termo, devendo ser analisado pela COMPROMITENTE o cumprimento das medidas acordadas para equacionamento do passivo ambiental gerado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE NA HIPÓTESE DE SUCESSÃO

A assinatura do presente TAC obriga o cumprimento, em todos os termos e condições, ao(à) COMPROMISSÁRIO(A) e seus eventuais sucessores, a qualquer título, responsáveis pelo empreendimento ou atividade.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE DO GESTOR PÚBLICO SIGNATÁRIO

O gestor signatário do instrumento é responsável por sua conformidade com a legislação, sendo que, caso se verifique irregularidades, o TAC poderá ser declarado nulo, com responsabilização do agente envolvido.

CLÁUSULA NONA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente instrumento será de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação justificada por igual período.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O requerimento para prorrogação do TAC deverá s

protocolado até 30 (trinta) dias antes do seu vencimento e não importa na sua aprovação automática. A prorrogação do TAC só se efetivará após a assinatura de termo aditivo pelas partes, permanecendo válido até manifestação do comprometente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A concessão da Licença (de Instalação/Operação) Corretiva torna sem efeitos as obrigações ainda vigentes constantes da CLÁUSULA SEGUNDA deste TAC, desde que contempladas no processo de regularização ambiental.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Belo Horizonte, para dirimir as questões decorrentes do presente TAC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim por estarem devidamente acordadas, firmam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma, passando todos os documentos referidos no presente termo, inclusive os atos constitutivos pertinentes, a fazer parte integrante deste instrumento, como se transcritos nele estivessem.

Belo Horizonte, 07 de maio de 2021.

Pela COMPROMITENTE:

Superintendente da (SUPRAM CM)

Pela COMPROMISSÁRIA:

Representante legal do empreendimento



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Ignácio Gomes Abrantes, Usuário Externo**, em 07/05/2021, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Breno Esteves Lasmar, Superintendente**, em 07/05/2021, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



DIRLEG	Fl.
--------	-----

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Resposta ao Requerimento de Comissão 1037/2021

A resposta ao Requerimento de Comissão anexo foi publicado suprimindo-se os números dos CPF's citados nas páginas 45,53 e 64, visto que consistem em informações pessoais. O documento integral pode ser consultado na via física do requerimento, disponível nesta diretoria.

Belo Horizonte, 03/12/2021

Frederico Stefano de Oliveira Arrieiro
Diretor do Processo Legislativo



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SUPRAM CENTRAL METROPOLITANA - Superintendência Regional de Meio Ambiente

Memorando.SEMAD/SUPRAM CENTRAL.nº 367/2021

Belo Horizonte, 25 de novembro de 2021.

Para: Anna Carolina da Motta Dal Pozzolo

Subsecretaria de Regularização Ambiental

Assunto: Of. Dirleg nº 2.945/21 - Requerimento de Comissão nº 1.037/21 - Câmara Municipal de BH

Referência: [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1370.01.0044336/2021-81].

Senhora Subsecretária,

Em atendimento ao Despacho nº 858/2021/SEMAD/SURAM(38494969), encaminhamos Memorando.SEMAD/SUPRAM CENTRAL-DRRA.nº 298/2021(38209477) em que a Diretoria Regional de Regularização Ambiental SUPRAM CM encaminha considerações acerca dos questionamentos efetuados por meio do Requerimento de Comissão N.º 1037/202 (34411893), considerando também itens tratados no Memorando.SEMAD/DEFIS.nº 81/2021 (35497999) acerca do empreendimento da Mineração Gute Sicht Ltda.

Considerando que o empreendimento formalizou processo para obtenção de licença de operação corretiva (SLA 1650/2021) e firmou termo de ajustamento de conduta (TAC) com a SEMAD, no referido requerimento, foram solicitadas informações acerca das atividades executadas na área do empreendimento (poligonal 832.156/2005). Seguem as solicitações com as respectivas considerações técnicas:

1. Qual a atividade desenvolvida pela empresa Valefort Comércio e Transporte Ltda na referida área?

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA 30/11/2021
HORA 17:13:06

002

A empresa Valefort não tem autorização para executar atividades na área. Foi celebrado TAC em 07/05/2021 entre a SUPRAM CM e a empresa Mineração Gute SIGHT Ltda para execução das seguintes atividades:

- A-05-05-3 Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários - Extensão 1 km
- A-02-03-8 Lavra a céu aberto - Minério de ferro - Produção bruta 1.500.000 t/ano
- A-05-04-7 Pilhas de rejeito/estéril - Minério de ferro - Área útil 5 ha

Nos dias 09/06/2021 e 30/06/2021 foram realizadas vistorias no empreendimento Mina Boa Vista da Mineração e Dragagem Boa Vista Ltda., (Nome Fantasia: MINERAÇÃO GUTE SIGHT LTDA.) visando subsidiar a análise do processo de LOC e verificar *in loco* o cumprimento do TAC firmado, conforme Autos de Fiscalização (AFs) N.ºs 209.875/2021 (38115211) e 210.594/2021 (38115373).

No momento das vistorias previstas, embora a Mineração Gute Sicht Ltda já estivesse autorizada a operar por meio de TAC, a empresa não estava realizando atividade de exploração, pois estava sendo realizado o alargamento de vias, terraplanagem, melhoria dos focos erosivos e do sistema de drenagem.

Atualmente não há informações acerca de execução de atividades na área pela empresa Valefort, mas recomenda-se nova fiscalização na área para que seja verificado.

2. A Valefort comércio e Transporte Ltda realizou alguma atividade ilegal na área?

Este item foi respondido conforme Memorando.SEMAD/DEFIS.nº 81/2021 (35497999).

3. Disponibilizar na íntegra o TAC assinado entre a SEMAD e a Mineração Gute Sicht.

Segue o documento: 38117557

4. O TAC assinado permite ao empreendedor realizar desmonte de rochas com o uso de explosivos?

O TAC não determina o tipo de desmonte a ser executado.

5. O empreendedor pode executar as atividades autorizadas pelo TAC no período noturno

O TAC não delimitou o período de execução das atividades. Ressalta-se que a produção da mina não poderá ultrapassar a quantidade estabelecida no TAC.

6. Quais são os objetivos do TAC assinado, bem como quais são as atividades permitidas

Conforme consta no TAC, o termo tem o objetivo de adequar o empreendimento à legislação ambiental, considerando a atividade irregular anteriormente realizada conforme exposto no Memorando.SEMAD/DEFIS.nº 81/2021, incluindo a execução do controle das fontes de poluição e reparação

dos danos eventualmente causados.

As atividades permitidas no TAC estão listadas na tabela abaixo:

Código	Descrição da atividade	Quantitativo
A-05-05-3	Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários	1 km
A-02-03-8	Lavra a céu aberto - minério de ferro	1.500.000 t/ano
A-05-04-7	Pilhas de rejeito/estéril - minério de ferro	5 ha

7. Apresentar relatório técnico detalhado da exploração mineral realizada na área, em especial detalhando os motivos que levaram a apresentação de um pedido para obtenção da Licença de Operação CORRETIVA e a assinatura do TAC.

De acordo com o Auto de Fiscalização (AF) N.º 65.452/2020, referente à vistoria realizada no dia 11/05/2020, ocorreu exploração na poligonal ANM N.º 832.156/2005, sendo que o material – ROM (*run of mine*) era carregado em caminhões que o transportavam por um trajeto de 6 km até a unidade de tratamento de minérios da empresa Fleurs Global Mineração Ltda.

O detalhamento das atividades executadas constam nos AFs N.ºs 65.452/2020, 65.453/2020 e 65.454/2020 (anexos SEI 35498197 35498187, 35498191), bem como no Memorando.SEMAD/DEFIS.nº 81/2021.

Conforme os AFs. 209.875/2021 (38115211) e 210.594/2021 (38115373), não estava sendo executada exploração no momento da vistoria, sendo que não há informações atualizadas acerca das atividades.

A formalização de licença de operação de forma corretiva justifica-se pelo início da atividade sem prévio licenciamento, conforme item N.º 02.

O pedido para a assinatura de TAC foi formalizado conforme documento 28368272 (anexo 38127511), visando *"promover as ações emergenciais de controle e mitigação dos impactos até que a empresa possa explorar a riqueza mineral mediante autorização da ANM."*

8. Quais foram as últimas fiscalizações realizadas na área? Foi identificada alguma irregularidade? Apresentar os laudos de vistorias e as autuações.

Além das fiscalizações citadas no Memorando SEMAD/DEFIS.nº 81/2021, cujas irregularidades foram apontadas na resposta ao item 02, foram realizadas fiscalizações nos dias 09/06/2021 e 30/06/2021, conforme relatado na resposta ao item 01. Os autos de fiscalização N.ºs 209.875/2021 e 210.594/2021 encontram-se nos anexos 38115211 e 38115373.

Conforme os AFs supracitados, não haviam irregularidades que pudessem ser verificadas *in loco* no momento da vistoria, no entanto, é necessária a análise dos documentos e estudos constantes no processo SLA N.º 1650/2021. O processo aguarda pré análise jurídica para posterior análise técnica, caso não haja óbices.

9. **A área já foi alvo de atividade minerária ilegal? Se sim, apresentar relatório detalhado do ocorrido, inclusive com a nomeação dos envolvidos, bem como quais foram as ações realizadas para garantir que a atividade fosse efetivamente encerrada e os danos reparados.**

Este questionamento foi respondido conforme item N.º 02 por meio do Memorando.SEMAD/DEFIS.nº 81/2021 (35497999) onde são relatadas as atividades que foram executadas, bem como os envolvidos e as medidas adotadas (lavratura de autos de infração) e suspensão das atividades.

Destaca-se que conforme o auto de infração (AI) N.º 227.508/2020, a empresa Valefort Comércio e Transportes Ltda. foi autuada devido à operação sem licença ambiental; conforme o AI N.º 211.711/2020, devido à supressão de vegetação sem autorização e escoamento de rendimento lenhoso e conforme o AI 211.725/2020 (38255217) foi lavrado em decorrência da apresentação de informação falsa no sistema SLA, referente à execução de obras de terraplenagem, obtendo-se uma certidão de dispensa de licenciamento ambiental.

A empresa "Assembleia dos Santos" também foi autuada pela operação sem licença ambiental (AI 227.510/2020); pela supressão de vegetação sem autorização e escoamento de rendimento lenhoso (AI 211.712/2020).

A empresa "Porto Log Transporte e Logística Ltda" foi autuada por ser proprietária das máquinas que estavam operando na área sem licença ambiental (AI 227.509/2020); por descumprir determinação de agente credenciado, conforme o AF N.º 65.454/2020 foi solicitado no AF 65.451/2020 a apresentação de fotos que comprovassem o estacionamento do maquinário apreendido que remanesceu na empresa Fleurs Global Mineração, em local distinguível e separado para tal, bem como do material que estava carregado pelos mesmos, estimado em volume aproximado de 140 m³; e pela supressão de vegetação sem autorização (AI 211.713/2020).

De acordo com os AFs 65.452/2020, 65.453/2020 e 65.454/2020, a empresa Fleurs Global Mineração Ltda recebia o minério lavrado pela Valefort Comércio e Transporte Ltda, mas conforme o Memorando.SEMAD/DEFIS.nº 81/2021, aguarda-se posicionamento do setor jurídico acerca da autuação.

A cópia dos AIs 227.508/2020, 211.711/2020, 227.510/2020, 211.712/2020, 227.509/2020, 211.713/2020 encontram-se nos documentos anexados ao Memorando.SEMAD/DEFIS.nº 81/2021 (35497999).

10. **Existem relatos de fechamento de trilhas e ações de restrição de acesso para a comunidade ao local, o qual é um território historicamente utilizado pela comunidade local para lazer e recreação. O processo de licenciamento ambiental em curso autoriza essa proibição?**

O processo de licenciamento ambiental formalizado (1650/2021) ainda não foi analisado, portanto, não há proibições ou concessões por meio do mesmo.

No entanto, o TAC autorizou a operação do empreendimento na poligonal N.º 832.156/2005, tendo como superficiária a empresa "Assembleia dos Santos conforme o Memo 81/2021.

O superficiário é responsável pela manutenção de sua propriedade, sendo vedada a invasão de propriedade pela legislação brasileira.

11. Gostaríamos de saber quais são as atividades realizadas pela Global Mineração e Mineração Gute Sicht Ltda (Mineração e Dragagem Boa Vista), onde se encontra o local das denúncias?

Conforme citado na resposta ao item N.º 09, a Fleurs Global Mineração foi a empresa responsável pelo recebimento do ROM lavrado na área, conforme constatado na vistoria realizada no dia 11/05/2020 (AFs 65.452/2020, 65.453/2020 e 65.454/2020).

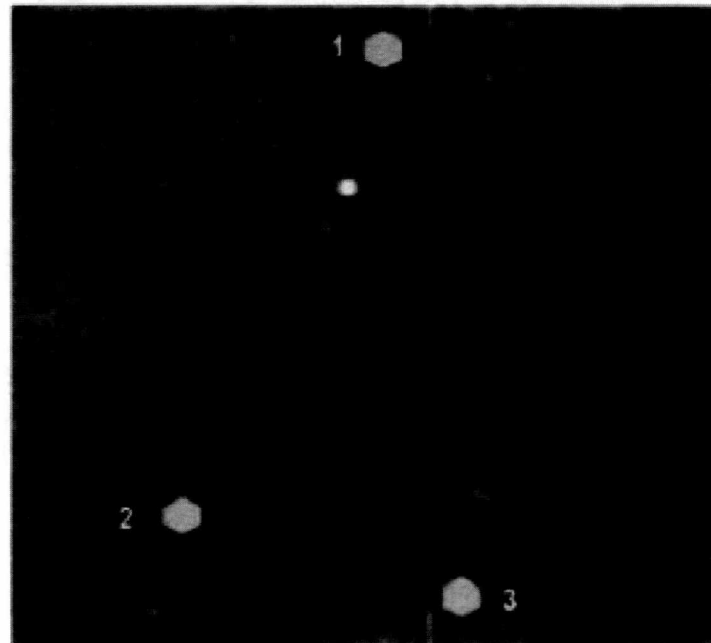
12. Esta estrada para transporte de minério mencionada no TAC é relacionada a qual atividade minerária, se não existem processos de mineração licenciados para esta região?

A estrada mencionada no TAC já existe, liga a portaria às áreas das estruturas do empreendimento. Na última vistoria realizada, estavam sendo realizadas obras de melhoria na mesma.

13. O empreendimento em licenciamento prevê alguma intervenção/supressão/dano a estrutura tombada conhecida como "muro de pedras"? Se sim, já foi emitida autorização para tal intervenção? Quais serão as medidas de reparação/compensação exigidas?

O Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área Diretamente Afetada da Mina Boa Vista foi apresentado ao IPHAN, tendo sido aprovado conforme ofício N.º 1007/2021/DIVAP IPHAN-MG/IPHAN-MG/IPHAN (38180108) e deve ser executado pela empresa. Ver Parecer Técnico nº 120/2020 - IPHAN-MG/COTEC IPHAN-MG/IPHAN (38199175).

O empreendimento encontra-se área de influência do patrimônio cultural protegido pelo IEPHA-MG. Na figura abaixo constam os bens tombados mais próximos à ADA do empreendimento de acordo com o IDE SISEMA (Patrimônio Cultural IEPHA/MG).



- 1 – Conjunto arquitetônico e paisagístico da Vila Elisa, Vila Operária e antiga Fábrica de Tecidos Marzagão.
- 2 – Conjunto histórico e paisagístico da Serra do Curral.
- 3 – Complexo da Mina Grande de Morro Velho.

Conforme informado no processo SLA 1650/2021, o empreendimento tem/terá impacto em Bem cultural acautelado (em caso de impacto sobre patrimônio arqueológico, também marcar esta opção). A anuência deverá ser emitida pelo IPHAN, maiores informações podem ser solicitadas a este Instituto.

14. **Considerando que a Serra do Curral está em processo de tombamento a nível estadual, pelo princípio da precaução, a análise do processo de licenciamento ambiental não deveria se suspensa até a apreciação do processo de tombamento pelo Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (CONEP)?**

Conforme avaliado, o processo de tombamento, por si só, não gera nenhuma implicação jurídica e a suspensão da análise dos processos de licenciamento enquanto perdura o processo parece ser uma medida ampla demais. Destaca-se que é necessário que haja conclusão do processo de tombamento para preservar o bem.

15. **O processo de tombamento da Serra do Curral está sendo considerado em algum aspecto no âmbito da análise do processo de licenciamento ambiental? Detalhar como isso está ocorrendo.**

Conforme informado na resposta ao item N.º 08, a análise do processo SLA 1650/2021 ainda não foi iniciada. Mas todas as questões culturais e sociais serão observadas dentro da nossa competência de análise.

16. **O Plano de Controle Ambiental (PCA) apresenta na tabela 4 as datas e horários das medições de ruídos, as quais ocorrerão no período diurno. Considerando que o empreendedor está adotando a prática de operação no período noturno, esses horários de medições são válidos? Quais ações seriam tomadas para ajustar essa questão?**

Como o PCA ainda não foi analisado, não foram avaliadas as propostas constantes neste estudo. No entanto, foi estabelecido na cláusula segunda do TAC, especificamente no item N.º 08, a apresentação trimestral de monitoramento de ruídos em 4 pontos localizados nos limites da área externa do empreendimento, de acordo com a NBR 10.151/2000. Não foi estabelecido o horário de monitoramento no TAC.

17. **Apresentar anuência dos municípios de Belo Horizonte e Sabará em relação a localização do empreendimento.**

Conforme consta no Auto de Fiscalização N.º 210.594/2021, na vistoria realizada no dia 30/06/2021, foi questionado pela equipe da SUPRAM CM, a ausência junto ao processo SLA 1650/2021 de declaração de conformidade com as leis e regulamentos dos municípios de Sabará e Belo Horizonte, sendo respondido pelos responsáveis que já foi realizada a solicitação à Prefeitura de Sabará, mas que em relação à presença da área em questão no Município de Belo Horizonte ainda há controvérsias sendo avaliadas junto à Agência Nacional de Mineração (ANM). Segundo informado no momento da vistoria, foram contratados técnicos pela empresa para realizar medições capazes de confirmar a presença ou não da área em Belo Horizonte.

A verificação das informações deverá ser feita durante a pré análise do processo.

18. **Foi realizada audiência pública para debater sobre o empreendimento? Se sim apresentar os registros da Audiência Pública, se não apresentar os motivos da não realização.**

Conforme art. 3º da Deliberação Normativa N.º 225/2018 estabelece, *in verbis*: “A Secretaria Executiva do Copam, a partir da data de formalização do processo de licenciamento, fixará em Edital e anunciará em seu sítio eletrônico e pela Imprensa Oficial de Minas Gerais ou diário eletrônico a abertura de prazo para solicitação de Audiência Pública, que será de no mínimo 45 (quarenta e cinco) dias corridos”.

Foi informado no Diário do Executivo de MG publicado no dia 07/04/2021, que a empresa formalizou o processo de licenciamento ambiental N.º 1650/2021, com apresentação de EIA/RIMA e comunicou que os interessados na realização de Audiência Pública deveriam formalizar o requerimento conforme a DN predita dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data da publicação.

Verifica-se que houve solicitação por parte da Entidade Civil Sem Fins Lucrativos - INSTITUTO GUAICUY, em 01/06/2021, bem como de Grupo de 50 ou Mais Cidadãos, solicitada em 02/06/2021. Ainda não foi realizada a audiência, que será programada junto com o empreendedor, no decorrer da análise do processo, nos termos da Deliberação Normativa 225/2018.

19. **Não verifica-se no Plano de Recuperação de Áreas Degradadas apresentado pelo empreendedor nenhuma planta detalhando as atividades que serão realizadas. Tal documento não deveria ter sido apresentado no estudo de modo a embasar a análise por parte do órgão ambiental? Foi solicitada a complementação dessa informação por parte do empreendedor?**

Durante a análise do processo será verificada a necessidade de apresentação da referida planta e, em caso positivo, será solicitada ao empreendedor por meio de ofício de informações complementares.

20. **Conforme pode ser verificado nas imagens de satélite apresentadas a seguir, até o dia 12/01/2020 não havia atividade minerária no local, existindo apenas um talude próximo a estrada que já existia no local. Na imagem do dia 12/05/2020 já é possível verificar a área impactada pelo empreendimento. Apresentar relatório detalhado dessa intervenção realizada e os devidos documentos autorizativos. Caso a intervenção tenha sido realizada sem as devidas autorizações, quando foi realizada a suspensão das atividades e quais ações foram realizadas para a recuperação da área?**

Esse questionamento foi respondido nos itens N.ºs 02, 07 e 09. A suspensão das atividades foi determinada nos AFs N.ºs 65.452/2020, 65.453/2020 e 65.454/2020 (anexos SEI 35498197, 35498187 e 35498191), datados de 18/05/2020. As ações para a recuperação da área foram solicitadas no TAC, conforme item N.º 02 da cláusula segunda.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Baliani da Silva, Superintendente**, em 25/11/2021, às 08:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **38511765** e o código CRC **C08F6731**.

Referência: Processo nº 1370.01.0044336/2021-81

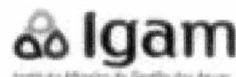
SEI n° 38511765

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - SISEMA

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH



Auto de Fiscalização No. 209875/2021		Chave de Acesso 20061114040913272661	Terno de Cientificação 315160	Página No.: 1
Data lavratura 18/06/2021		Hora lavratura 13:22:42	Data fiscalização 09/06/2021	
Operação 000 - NÃO HÁ OPERAÇÃO VINCULADA				
Vinculada ao REDS No.		Data do REDS		
Local da lavratura BELO HORIZONTE			Local da fiscalização SABARA	
Tipo de Demanda				
ORDINÁRIA - ATOS AUTORIZATIVOS				
Demandante SUPRAM - DREG			ID. Demanda	
Observações Este auto de fiscalização refere-se à vistoria realizada no dia 09/06/2021 referente aos meios físico e socioeconômico, visando subsidiar a análise do pedido de licença de operação corretiva, conforme processo administrativo (PA) N.º 1650/2021 (SLA). Essa vistoria foi acompanhada pelo representante da empresa Mineração e Dragagem Boa Vista Ltda, Edinaldo Rodrigues – analista administrativo.				
Fiscalizado				
Nome Mineração e Dragagem Boa Vista Ltda		CPF/CNPJ 65.109.944/0001-47	Outro documento	Data nascimento
Nome da mãe				CEP 34.505-990
Endereço Estrada Velha de Nova Lima		KM 0	Complemento Distrito/povoado Castanheira	
Bairro Alto Taquaril		UF MG	Município SABARA	
Caixa postal	Telefone	Celular (31)98850-6138	Função Analista Administrativo	
e-mail financeiro@boavistaminerao.com.br				

Nome (fiscalizado) Mineração e Dragagem Boa Vista Ltda	CPF/CNPJ 65.109.944/0001-47	
Nome (equipe) KARINA IDEMBURGO	Matrícula 13272661	
Nome (equipe) PRISCILLA MARTINS FERREIRA	Matrícula 13671573	

Auto de Fiscalização No. 209875/2021		Cientificação: 20061114040913272661		Página No.: 2
Responsável				
Nome Mineração e Dragagem Boa Vista Ltda		CPF/CNPJ 65.109.944/0001-47	Outro documento	Data nascimento
Nome da mãe				CEP 34.505-990
Endereço Estrada Velha de Nova Lima		KM 0	Complemento Distrito/povoado: Castanheira	
Bairro Alto Taquaril		UF MG	Município SABARA	
Caixa postal	Telefone	Celular	Função Analista administrativo	
e-mail financeiro@boavistaminerao.com.br				
Assinatura				
Atividades				
Atividade (1) A-02-03-8 Lavra a céu aberto - Minério de ferro				
Latitude -19.927469	Longitude -43.870642	Infração? NÃO	Vazão 1,50	Unidade ton
Porte MEDIO	Classe Classe 03	Tamanho da área		
Informações Foi firmado um termo de ajustamento de conduta com a SUPRAM CM em 07/05/2021. As atividades a serem executadas consistirão em: estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites do empreendimento, lavra a céu aberto - minério de ferro e pilha de rejeito/estéril - minério de ferro. No momento, há 9 funcionários no empreendimento: um segurança fixo, um analista administrativo e 7 terceirizados (empresa de obras), laborando de 7 às 17 horas. 2 seguranças terceirizados que acompanharam a vistoria. Estes seguranças, em revezamento com outros da empresa terceirizada, rondam os arredores do empreendimento durante 24 horas, visando verificar possíveis ocorrências, inclusive, focos de incêndio. Está prevista a operação do empreendimento durante 24 horas, em 3 turnos. A infraestrutura atual do empreendimento conta com 2 banheiros químicos e 2 contêineres pequenos. Está prevista a instalação de uma infraestrutura maior (contêineres) para área de convivência e escritório. A água utilizada para aspersão das vias internas e externas é realizada por empresa terceirizada. E para consumo humano são utilizados galões. Futuramente será instalada uma caixa d'água de 7.000 litros a qual será abastecida por caminhões pipa. Ainda não foi instalada a brigada de incêndio, mas foi feita parceria com a empresa Global Mineração. Não está sendo realizado o monitoramento de qualidade do ar e de ruídos, mas, conforme informado, já foram definidos os pontos de monitoramento. A estrada de acesso ao empreendimento encontra-se aberta e dentro dos limites do mesmo. No momento, as atividades de exploração não estão sendo executadas, está sendo realizado o alargamento das vias, terraplanagem, melhoria das erosões e do sistema de drenagem e cercamento da área do empreendimento.				

Nome (fiscalizado) Mineração e Dragagem Boa Vista Ltda	CPF/CNPJ 65.109.944/0001-47	
Nome (equipe) KARINA IDEMBURGO	Matrícula 13272661	
Nome (equipe) PRISCILLA MARTINS FERREIRA	Matrícula 13671573	

Auto de Fiscalização No. 209875/2021	Cientificação: 20061114040913272661	Página No.: 3
<p>Informações...</p> <p>Para a contenção dos processos erosivos foi feita a melhoria da via de acesso, por meio de contenção de alguns focos erosivos, melhoria do sistema de drenagem, das leiras de proteção. As atividades supracitadas encontram-se em andamento, visto que ainda há pontos de erosão, inclusive na área da cava. Houve retirada de material na área do empreendimento conforme verificado em vistoria anterior e relatado em auto de fiscalização e infração. Em relação ao meio socioeconômico, o bairro Castanheiras é o mais próximo do empreendimento, o qual deverá ser impactado pelas atividades inerentes da mineradora, como ruído, poeira, tráfego de caminhões, entre outros. Conforme o representante do empreendimento, na região, há incidência de disposição de resíduo irregular e alto índice de criminalidade. Segundo informado, a mitigação da poeira fugitiva é feita por umectação 03 (três) vezes ao dia. Ressalta-se que o cumprimento do TAC e demais verificações serão efetuadas durante a análise do processo de licenciamento. A produção será de 1.500.000 t/ano, no SISFAI consta 1,5 pois o sistema não aceita o número completo.</p>		
<p>DEMAIS INFORMAÇÕES</p> <p>Fica Vossa Senhoria cientificado(a) de todo o conteúdo deste documento. A visualização deste poderá ocorrer mediante acesso ao site eletrônico http://sisfal.semad.mg.gov.br/semad/protocolo, na internet, utilizando o protocolo virtual citado supra, sendo considerado vista processual</p>		
<p>A autoria e integralidade deste documento gerado em forma eletrônica foram validadas em consonância com o artigo 6º §1º, do Decreto 47.222/2017, mediante acesso ao sistema com nome de usuário e senha.</p>		

Nome (fiscalizado) Mineração e Dragagem Boa Vista Ltda	CPF/CNPJ 65.109.944/0001-47	
Nome (equipe) KARINA IDEMBURGO	Matrícula 13272661	
Nome (equipe) PRISCILLA MARTINS FERREIRA	Matrícula 13671573	

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - SISEMA
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH

**POLÍCIA
MILITAR**
DE MINAS GERAIS

feam
FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

IEF
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

Igam
Instituto Mineiro de Gestão das Águas

**MINAS
GERAIS**
GOVERNO DIFERENTE.
ESTADO EFICIENTE.

Auto de Fiscalização No. 210594/2021		Chave de Acesso 20063015314513272661	Termo de Cientificação 316498	Página No.: 1
Data lavratura 01/07/2021	Hora lavratura 15:32:46	Data fiscalização 30/06/2021		
Operação 000 - NÃO HÁ OPERAÇÃO VINCULADA				
Vinculada ao REDS No.		Data do REDS		
Local da lavratura BELO HORIZONTE			Local da fiscalização SABARA	
Tipo de Demanda				
ORDINÁRIA - ATOS AUTORIZATIVOS				
Demandante SUPRAM - DREG				ID. Demanda
Observações Este auto de fiscalização refere-se à vistoria realizada no dia 30 de junho de 2021 referente ao meio físico, visando subsidiar a análise do pedido de licença de operação corretiva, conforme processo administrativo (PA) N.º 1650/2021 (SLA) e verificar o cumprimento in loco do termo de ajustamento de conduta firmado com a SUPRAM CM. A vistoria foi acompanhada pelo representante da empresa Mineração e Dragagem Boa Vista Ltda, o Sr. Edinaldo Rodrigues - analista administrativo.				
Fiscalizado				
Nome Mineração e Dragagem Boa Vista Ltda	CPF/CNPJ 65.109.944/0001-47	Outro documento	Data nascimento	
Nome da mãe			CEP 34.505-990	
Nome (fiscalizado) Mineração e Dragagem Boa Vista Ltda	CPF/CNPJ 65.109.944/0001-47	Complemento Povoado Castanheira		
Nome (equipe) KARINA IDEMBURGO	Matrícula 13272661	Município SABARA		

Caixa postal	Telefone	Celular	Função
e-mail financeiro@boavistamineraçao.com.br			

Nome (fiscalizado) Mineração e Dragagem Boa Vista Ltda	CPF/CNPJ 65.109.944/0001-47	
Nome (equipe) KARINA IDEMBURGO	Matrícula 13272661	

Auto de Fiscalização No. 210594/2021		Cientificação: 20063015314513272661		Página No.: 2	
Responsável					
Nome Mineração e Dragagem Boa Vista Ltda		CPF/CNPJ 65.109.944/0001-47		Outro documento	
Nome da mãe				Data nascimento	
				CEP 34.505-990	
Endereço Estrada Velha de Nova Lima		KM 0		Complemento Povoado: Castanheira	
Bairro Alto Taquaril		UF MG		Município SABARA	
Caixa postal	Telefone	Celular	Função		
e-mail financeiro@boavistamineracao.com.br					
Assinatura					
Atividades					
Atividade (1) A-02-03-8 Lavra a céu aberto - Minério de ferro					
Latitude -19.927469	Longitude -43.870642	Infração? NÃO	Vazão 1,50	Unidade ton	
Porte MEDIO	Classe Classe 03	Tamanho da área			
Informações A área em questão localiza-se nos municípios de Belo Horizonte e Sabará na Estrada Velha de Nova Lima, nas proximidades do Bairro Taquaril. A entrada do imóvel situa-se nas coordenadas UTM 23K 7796255.08m S 618310.06m E enquanto o ponto central da área de lavra, nas coordenadas UTM 23K 7796255.08 m S 618310.06 m E. Na estrada interna de acesso à área de lavra, eram realizadas no momento da vistoria, obras de drenagem nas margens da estrada de acesso à área da cava. As obras consistiam na construção de canaletas e leiras no limite da estrada, utilizando pedras, concreto e armações metálicas. Eram realizadas, ainda, melhorias na pavimentação e construção de sump na coordenada UTM 23k 779677m S 618349m E. Em local adjacente à área de lavra, nas coordenadas UTM 23K 7796427m S 618139m E foi instalada uma pequena estrutura de apoio às atividades constituída por dois contêineres e dois banheiros químicos. Ao lado desse ponto há uma vertente onde verifica-se sulcos abertos pela erosão desencadeada pela drenagem. Duas retroescavadeiras de esteira encontravam-se nesse local. Um caminhão pipa percorria as vias internas realizando a umectação durante a vistoria. Não foi verificada a exploração de minério de ferro durante a vistoria. A cava encontrava-se configurada em dois níveis, ocupando predominantemente a poligonal ANM 832.156/2005 sob registro da Mineração Gute Sicht LTDA, porém também estendendo-se tanto a sul quanto a leste para a poligonal ANM 833.064/2014 da empresa Mineração Taquaril LTDA. Os limites das poligonais das duas empresas estavam delimitados por cercas de arame. Em relação à verificação do cumprimento das obrigações da cláusula segunda do TAC que puderam ser verificadas por meio da vistoria, esclarecemos: Sobre o item 1 - "Apresentar Relatório Técnico					

Nome (fiscalizado) Mineração e Dragagem Boa Vista Ltda	CPF/CNPJ 65.109.944/0001-47	
Nome (equipe) KARINA IDEMBURGO	Matrícula 13272661	

Auto de Fiscalização No. 210594/2021		Cientificação: 20063015314513272661	Página No.: 3
<p>Informações...</p> <p>Fotográfico demonstrando a realização de umecção das vias de acesso, frente de lavra e outros". o prazo para apresentação é trimestral, portanto não vencido na data de realização da vistoria. Ainda, sim, a equipe identificou no momento da vistoria a realização de umecção das vias e cava com caminhão pipa; Sobre o item 2 - "Apresentar programa de controle de processos erosivos e sedimentação, visando sanar urgentemente todos os problemas ambientais existentes, principalmente no que concerne à contenção de sedimentos, melhoria no sistema de drenagem pluvial e contenção de erosões para a área operada e entorno. O programa deverá ser executado em até 3 meses". o prazo de apresentação do plano em 10 dias e foi vencido em 21 de maio de 2021. O empreendedor apresentou tempestivamente, SEI 1370.01/0025745/2021-63, o programa (17 de maio de 2021) e o prazo da execução ainda não venceu. Foi verificada a execução de medidas contidas no programa apresentado, notadamente por meio da drenagem das vias, construção de sump, escadas, leiras e valetas; Sobre o item 3 - "Não implantar e/ou operar novas ampliações do empreendimento mantendo a lavra dentro da poligonal minerária nº 832156/2005, a área da pilha e demais Áreas Diretamente Afetadas (ADAs) objetos do TAC". Não foi identificada atividade minerária fora dos limites da poligonal ANM 832.156/2005 durante a vigência do TAC. A poligonal encontra-se cercada com arame; Sobre o item 4 - "Conforme consta no processo SLA 1650/2021, não haverá uso ou intervenção em recurso hídrico para suprimento direto ou indireto da atividade sob licenciamento. Portanto fica vedada a exploração de qualquer recurso hídrico sem as devidas outorgas ou certidão de dispensa, ressalvados os usos prioritários e/ou emergenciais pela necessidade de combate a incêndios florestais". Não foi verificado em vistoria exploração de recurso hídrico. Os demais itens devem ser verificados dentro dos prazos estabelecidos e após a entrega dos respectivos estudos e planos. No decorrer da vistoria foi solicitado aos responsáveis pelo empreendimento informações referentes à propriedade do imóvel alvo da fiscalização, sendo respondido que se trata de terreno pertencente à "Igreja Assembleia de Deus" e que a instituição religiosa detém a posse por meio de usucapião. Foi solicitado pela equipe da SUPRAM CM, aos responsáveis, a apresentação da documentação em questão considerando que não constam nos documentos anexados ao SLA 1650/2021 nenhuma referência à titularidade do imóvel. Foi questionado, ainda, pela equipe da SUPRAM CM, a ausência junto ao processo SLA 1650/2021 de declaração de conformidade com as leis e regulamentos dos municípios de Sabará e Belo Horizonte, sendo respondido pelos responsáveis que já foi realizada a solicitação à Prefeitura de Sabará, mas que em relação à presença da área em questão no Município de Belo Horizonte ainda há controvérsias sendo avaliadas junto à ANM. Segundo informado no momento da vistoria foram contratados técnicos pela empresa para realizar medições capazes de confirmar a presença ou não da área em Belo Horizonte. Solicita-se, portanto, no prazo de 15 (quinze) dias, a apresentação de documentação que comprove a propriedade, posse ou outra situação que legitime o uso do espaço territorial, bem como documentação que autorize o desenvolvimento da atividade pelos proprietários. A produção será de 1.500.000 t/ano, conforme processo no SLA, porém no SISFAI consta 1,5 pois o sistema não aceita o número completo. Também participou da vistoria, Filipe Dornas Munhoz - analista ambiental.</p>			

Nome (fiscalizado) Mineração e Dragagem Boa Vista Ltda	CPF/CNPJ 65.109.944/0001-47	
Nome (equipe) KARINA IDEMBURGO	Matrícula 13272661	

Auto de Fiscalização No. 210594/2021	Cientificação: 20063015314513272661	Página No.: 4
Informações...		
DEMAIS INFORMAÇÕES Fica Vossa Senhoria cientificado(a) de todo o conteúdo deste documento. A visualização deste poderá ocorrer mediante acesso ao sítio eletrônico http://sisfai.semاد.mg.gov.br/semاد/protocolo , na internet, utilizando o protocolo virtual citado supra, sendo considerado vista processual		
A autoria e integridade deste documento gerado em forma eletrônica foram validadas em consonância com o artigo 6º §1º, do Decreto 47.222/2017, mediante acesso ao sistema com nome de usuário e senha.		

Nome (fiscalizado) Mineração e Dragagem Boa Vista Ltda	CPF/CNPJ 65.109.944/0001-47	
Nome (equipe) KARINA IDEMBURGO	Matrícula 13272661	



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SUPRAM CENTRAL METROPOLITANA - Diretoria Regional de Controle Processual

Termo AJUSTAMENTO DE CONDUTAS - SEMAD/SUPRAM CENTRAL-DRCP

Belo Horizonte, 07 de maio de 2021.

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA QUE ENTRE SI CELEBRAM MINERAÇÃO GUTE SCHIT LTDA E A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMAD PARA ADEQUAÇÃO DE EMPREENDIMENTO À LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.

Pelo presente instrumento **MINERAÇÃO GUTE SCHIT LTDA**, qualificada conforme Anexo I do presente instrumento, doravante representada nos termos do seu contrato social pelo Sr. Alexandre Ignácio Gomes Abrantes, também qualificado no citado anexo, doravante denominado(a) **COMPROMISSÁRIO(A)** firma o presente **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC** perante a SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMAD, (SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE - SUPRAM CENTRAL METROPOLITANA), cuja qualificação consta do Anexo I, neste ato representada por seu Superintendente, Sr. Breno Esteves Lasmar, igualmente qualificado no referido anexo, doravante denominado **COMPROMITENTE**, nos termos dos arts. 32, §1º e 108, §3º do Decreto Estadual nº 47.383, de 2 de março de 2018, observadas as cláusulas e condições seguintes:

Considerando que, conforme o previsto no art. 225, *caput*, da Constituição Federal, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, sendo caracterizado como o "conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas", consoante o art. 3º, I, da Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981;

Considerando que o art. 16, § 9º, da Lei Estadual nº 7.772, de 8 de setembro de 1980, prevê que aquele que estiver exercendo as atividades sem licença ambiental ou autorização ambiental competente terá as suas atividades suspensas até que obtenha licença ambiental ou autorização devida ou firme termo de ajustamento de conduta com o órgão ambiental, com as condições e prazos para funcionamento do empreendimento até a sua regularização;

Considerando o art. 32, §1º, do Decreto Estadual nº 47.383, de 02 de março de 2018, que prevê a possibilidade de continuidade de operação da atividade ou do empreendimento concomitantemente ao procedimento de licenciamento em caráter corretivo por meio da assinatura de TAC junto ao órgão ambiental competente, independentemente da formalização do processo de licenciamento;

Considerando que o(a) COMPROMISSÁRIO(A) solicitou a assinatura do TAC conforme protocolo nº 28368272 constante no processo SEI 1370.01.0017459/2021-06;

Considerando as justificativas apresentadas pelo(a) COMPROMISSÁRIO(A), especialmente, em relação à necessidade de efetuar **ações emergenciais para controle e mitigação dos impactos ambientais** no empreendimento;

Considerando o exposto no Memorando 80 (protocolo nº 27918108) constante no processo SEI 1370.01.0017459/2021-06;

Considerando que tramita perante a COMPROMITENTE, no Sistema de Licenciamento Ambiental - SLA, o processo de nº 1650/2021 (LAC2 - LOC) ainda pendente de conclusão;

Considerando o disposto na **NOTA JURÍDICA ASJUR.SEMAD Nº 108/2020** (17013423) constante do processo SEI 1370.01.0025546/2020-07;

Considerando o disposto na **NOTA JURÍDICA ASJUR.SEMAD Nº 72/2021** (29072300) constante do processo SEI 1370.01.0017459/2021-06;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, de acordo com as seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DE COMPROMISSO

Constitui objeto deste instrumento o estabelecimento das condições e prazos para adequação do empreendimento **MINA BOA VISTA** à legislação ambiental, incluídas a devida regularização ambiental, a execução do controle de suas fontes de poluição e a reparação dos danos eventualmente causados, para continuidade de operação, conforme **CLÁUSULA SEGUNDA**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O objeto deste TAC compreende as atividades constantes no PA COPAM abaixo descrito:

PROCESSO 1650/2021 (SLA) - ATIVIDADES CONFORME DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM Nº 217/2017 - CLASSE 3 - PORTE M

A-05-05-3	Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários	Extensão	1	km
A-02-03-8	Lavra a céu aberto - Minério de ferro	Produção bruta	1.500.000	t/ano
A-05-04-7	Pilhas de rejeito/estéril - Minério de ferro	Área útil	5	ha

PARÁGRAFO SEGUNDO - O presente instrumento não antecipa ou afasta a necessidade de obtenção de certidões, alvarás, licenças e autorizações de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal, marcadamente, licença ambiental, autorização para intervenção ambiental e outorga de direito de uso de recursos hídricos, que, por ventura, façam-se exigíveis, e que deverão ser tratadas exclusivamente no âmbito do procedimento administrativo cabível e autorizadas por decisão do órgão competente.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES A SEREM OBSERVADAS PELA COMPROMISSÁRIA

Pelo presente termo, o(a) COMPROMISSÁRIO(A) obriga-se a cumprir as condições e medidas abaixo descritas, observando rigorosamente seus respectivos prazos.

ITEM	DESCRIÇÃO	PRAZO
01	Apresentar Relatório Técnico Fotográfico demonstrando a realização de umectação das vias de acesso, frente de lavra e outros.	Trimestralmente
02	Apresentar programa de controle de processos erosivos e sedimentação, visando sanar urgentemente todos os problemas ambientais existentes, principalmente no que concerne à contenção de sedimentos, melhoria no sistema de drenagem pluvial e contenção de erosões para a área operada e entorno. O programa deverá ser executado em até 3 meses	10 dias
03	Não implantar e/ou operar novas ampliações do empreendimento mantendo a lavra dentro da poligonal minerária nº 831.050/1990, a área da pilha e demais Áreas Diretamente Afetada (ADAs) objetos do TAC.	Durante a vigência do TAC

04	Conforme consta no processo SLA 1650/2021, não haverá uso ou intervenção em recurso hídrico para suprimento direto ou indireto da atividade sob licenciamento. Portanto fica vedada a exploração de qualquer recurso hídrico sem as devidas outorgas ou certidão de dispensa, ressalvados os usos prioritários e/ou emergenciais pela necessidade de combate a incêndios florestais.	Durante a vigência do TAC.
05	Apresentar Programa de Prevenção e Combate de Incêndios Florestais para o empreendimento.	60 dias
06	Apresentar plano de escoamento do minério lavrado, indicando as vias de acesso e medidas para minimizar os impactos decorrentes do incremento de movimentação na via.	30 dias
07	Apresentar, anualmente, a Declaração de Movimentação de Resíduo - DMR, emitida via Sistema MTR-MG, referente às operações realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento durante os semestres, conforme determinações e prazos previstos na Deliberação Normativa COPAM 232/2019.	seguir os prazos dispostos na Deliberação Normativa COPAM nº 232/2019.
08	Apresentar monitoramento de ruído em 4 pontos localizados nos limites da área externa do empreendimento de acordo com NBR 10.151/2000.	Trimestralmente
09	Apresentados monitoramento da qualidade do ar (Partículas Totais em Suspensão – PTS) . Os laudos deverão ser expressos nas mesmas unidades previstas na Resolução CONAMA 03/1990. Nos resultados das análises realizadas, a empresa deverá observar os comandos contidos na DN COPAM nº 2016/2017.	Trimestralmente

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O(A) COMPROMISSÁRIO(A) deverá comunicar à COMPROMITENTE, 30 (trinta) dias antes do vencimento de qualquer prazo, a impossibilidade de cumprimento de obrigações assumidas, apresentando requerimento de alteração de prazo ou de conteúdo, instruído com justificativa devidamente comprovada, informando nova data, se for o caso, para execução, sob pena de ser constituído(a) em mora.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As alterações de conteúdo aceitas pela COMPROMITENTE se efetivarão após a emissão de Nota Técnica sucinta e Ofício de informação ao compromissário.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As alterações de prazo aceitas pela COMPROMITENTE serão comunicadas ao(à) COMPROMISSÁRIO(A) mediante ofício.

PARÁGRAFO QUARTO - O(A) COMPROMISSÁRIO(A) deverá comunicar ao órgão ambiental todos os desdobramentos das investigações policiais e ações judiciais que pendem contra si, especialmente no que concerne à eventual decisão que possa determinar a suspensão, no todo ou em parte, do regular exercício de suas atividades, para fins de avaliação quanto aos impactos em autorizações ambientais porventura existentes.

PARÁGRAFO QUINTO - O(A) COMPROMISSÁRIO(A) deverá informar ao juízo onde tramita a ação judicial sobre o presente TAC, inclusive com a juntada do ajuste celebrado, devendo, após, comprovar a providência tomada ao órgão ambiental, por meio de apresentação do protocolo feito junto ao Poder Judiciário, no prazo de 30 (trinta) dias contados da assinatura deste termo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO CONTROLE, DA FISCALIZAÇÃO E DO MONITORAMENTO

Este instrumento não inibe ou restringe, em qualquer hipótese, as ações de controle, fiscalização e monitoramento da COMPROMITENTE ou de qualquer órgão ambiental fiscalizador face ao(a) COMPROMISSÁRIO(A), nem limita ou impede o exercício de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares, em especial, a aplicação de sanções administrativas decorrentes do exercício do Poder de Polícia.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caso julgue necessário, a COMPROMITENTE realizará vistorias na área do empreendimento objeto deste Termo, objetivando verificar o cumprimento das condições e medidas ajustadas na CLÁUSULA SEGUNDA.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONSEQUÊNCIAS DO DESCUMPRIMENTO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O descumprimento total ou parcial do compromisso assumido implicará na **rescisão** do presente TAC e sujeitará o(a) COMPROMISSÁRIO(A), ressalvados os casos previstos na **CLÁUSULA SEXTA**, ao que segue:

1. (Suspensão/Embargo) total e imediata(o) das atividades;
2. Multa de 2.250 (dois mil, duzentos e cinquenta) Ufemgs por obrigação descumprida (CLÁUSULA SEGUNDA);
3. Adoção imediata das sanções administrativas previstas na legislação vigente, notadamente, o Decreto Estadual nº (47.383, de 02 de março de 2018/47.838, de 09 de janeiro de 2020);
4. Encaminhamento imediato de cópia do processo administrativo que contém o TAC à Advocacia Geral do Estado para execução.

CLÁUSULA QUINTA - DA EFICÁCIA DO INSTRUMENTO

O presente instrumento produz efeitos a partir de sua celebração, tendo eficácia de título executivo extrajudicial, consoante o disposto no art. 5º, §6º da Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e no art. 784, II, da Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

PARÁGRAFO ÚNICO - Este termo é celebrado no uso do dever-poder discricionário da Administração Pública e, portanto, segue critérios de conveniência e oportunidade avaliados quando de sua elaboração. Deixando de subsistir esses critérios ou advindo outros que ensejem nova avaliação de mérito administrativo, este Termo poderá ser revogado, com comunicação à COMPROMISSÁRIA.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CIRCUNSTÂNCIAS QUE EXCLUEM A RESPONSABILIDADE PELO INADIMPLEMENTO

A eventual inobservância pelo(a) COMPROMISSÁRIO(A) de quaisquer das obrigações, condições e prazos estabelecidos no presente Termo, desde que comprovadamente decorrente de caso fortuito ou força maior, nos termos do art. 393, do Código Civil Brasileiro, não configurará o seu descumprimento, devendo ser imediatamente comunicada e justificada à (SUPRAM/SUPPRI), que, se for o caso, fixará novo prazo para o adimplemento da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), mediante ofício encaminhado ao (à) COMPROMISSÁRIO(A) .

PARÁGRAFO ÚNICO - O encerramento definitivo das atividades da compromissária, por si só, não autoriza o inadimplemento das medidas ajustadas no presente termo, devendo ser analisado pela COMPROMITENTE o cumprimento das medidas acordadas para equacionamento do passivo ambiental gerado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE NA HIPÓTESE DE SUCESSÃO

A assinatura do presente TAC obriga o cumprimento, em todos os termos e condições, ao(à) COMPROMISSÁRIO(A) e seus eventuais sucessores, a qualquer título, responsáveis pelo empreendimento ou atividade.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE DO GESTOR PÚBLICO SIGNATÁRIO

O gestor signatário do instrumento é responsável por sua conformidade com a legislação, sendo que, caso se verifique irregularidades, o TAC poderá ser declarado nulo, com responsabilização do agente envolvido.

CLÁUSULA NONA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente instrumento será de 12 (doze) meses, com a possibilidade de prorrogação justificada por igual período.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O requerimento para prorrogação do TAC deverá ser protocolado até 30 (trinta) dias antes do seu vencimento e não importa na sua aprovação automática. A prorrogação do TAC só se efetivará após a assinatura de termo aditivo pelas partes, permanecendo válido até manifestação do compromitente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A concessão da Licença (de Instalação/Operação) Corretiva torna sem efeitos as obrigações ainda vigentes constantes da CLÁUSULA SEGUNDA deste TAC, desde que contempladas no processo de regularização ambiental.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Belo Horizonte, para dirimir as questões decorrentes do presente TAC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim por estarem devidamente acordadas, firmam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma, passando todos os documentos referidos no presente termo, inclusive os atos constitutivos pertinentes, a fazer parte integrante deste instrumento, como se transcritos nele estivessem.

Belo Horizonte, 07 de maio de 2021.

Pela COMPROMITENTE:

Superintendente da (SUPRAM CM)

Pela COMPROMISSÁRIA:

Representante legal do empreendimento

Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Ignácio Gomes Abrantes, Usuário Externo**, em 07/05/2021, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Breno Esteves Lasmar, Superintendente**, em 07/05/2021, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **29159557** e o código CRC **3EE94F71**.

Referência: Processo nº 1370.01.0017459/2021-06

SEI nº 29159557

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUPERINTENDENTE DA SUPRAM CENTRAL
METROPOLITANA, DR. BRENO ESTEVES LASMAR

Ref.: Processo 1370.01.0017459/2021-06

MINERAÇÃO GUTE SICHT LTDA, CNPJ n. 65.109.944/0001-47, já qualificada nos autos em epígrafe, vem à presença de V. Ex.^a, **EXPOR** e **INFORMAR** o que se segue.

O pedido de formalização de Termo de Ajustamento de Conduta entre a Peticionária e esta Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável foi inicialmente indeferido, em setembro de 2020, notadamente em razão das justificativas apresentadas na NOTA JURÍDICA ASJUR.SEMAD N. 108/2020.

Na referida decisão, em que se considerou que "este órgão ambiental deveria exigir a elaboração de EIA/RIMA", concluiu-se ser "inviável celebrar TAC, por ora, devendo-se instruir este expediente com todos os documentos e informações pertinentes (autos de fiscalização, infração, nota técnica, etc.), encaminhando-o, na sequência, à Advocacia-Geral do Estado, para avaliar eventuais providências judiciais cabíveis" (SEI 1370.01.0025546/2020-07).

Assim, e ao propósito de atender à determinação em comento, apresenta-se aqui os esclarecimentos que vão adiante.

Inicialmente, informa-se que a Peticionária já apresentou o EIA/RIMA, PCA, manifestação do IPHAN além documento de caracterização preliminar de danos à esta Secretaria, nos exatos termos com que lhe fora requerido.

Quanto ao mais, é fato público e notório que a Peticionária foi indevidamente envolvida em uma investigação tendente a apurar uma possível usurpação de matéria-prima pertence à União *(e fala-se aqui e já em uma investigação indevida porque, ao contrário de uma usurpação, na verdade a atividade contava com a devida autorização por parte da Agência Nacional de Mineração)*. Em relação a este ponto, todos os esclarecimentos já foram devidamente apresentados às Autoridades competentes, estando a Peticionária certa da absoluta lisura e regularidade de sua atuação.

De todo modo, e no intuito de aclarar cabalmente todo os fatos a esta Secretaria, também aqui cabe uma palavra a mais.

É que, no âmbito da referida investigação, houve uma determinação judicial para que a Agência Nacional de Mineração mantivesse cancelada a Guia de Utilização então emitida à Peticionária até a conclusão do inquérito, razão pela qual, nessa circunstância, ante o cancelamento da Guia de Utilização, também foi determinado à Peticionária *"que se abstenha de realizar extração ou movimentação de minerais no local individualizado no inquérito policial"* posto que seria necessário a elaboração dos estudos ambientais pertinentes, conforme peticionado aos autos (Doc. 01). Contudo, na decisão não houve qualquer determinação dirigida à SEMAD.

Ainda assim, de boa-fé e com o propósito de aclarar todas as possíveis repercussões da decisão, a Peticionária requereu àquele Juízo que esta SEMAD fosse *"informada que a medida cautelar deferida nos presentes autos não impede a celebração de Termos de Ajustamento de Conduta objetivando o licenciamento ambiental"* (Doc. 01). E, como resposta, o Juízo informou o seguinte (Doc. 01):



As determinações não ostentam qualquer obscuridade, tanto assim que sequer foram contestadas por quaisquer das partes, nada mais cabendo a este Juízo esclarecer ou determinar à ANM quanto ao ponto, tampouco notificar a SEMAD, terceira estranha à relação processual, quanto aos procedimentos que aquele órgão pode ou deve adotar. Ademais, consoante documentação juntada pela requerente, as referidas autarquias dispõem de órgãos jurídicos de consultoria, aos quais competirá interpretar os comandos da decisão judicial e orientar as medidas pertinentes a serem diligenciadas por cada uma delas.

De fato, inexistindo qualquer determinação judicial dirigida à SEMAD, **não há por parte desta Secretaria, em razão deste inquérito, qualquer dever ou proibição da fazer ou não fazer.**

Tanto é assim que, como bem pontuado na própria decisão judicial, a SEMAD é uma "terceira estranha à relação processual", sequer cabendo ao Juízo esclarecer ou determinar o que quer que seja a esta Secretaria.

Naturalmente, **caso as determinações judiciais de algum modo limitassem ou mesmo interferissem na autonomia e discricionariedade desta Secretaria, evidentemente o Juízo teria realizado a devida intimação desta SEMAD para o seu cumprimento, e jamais declararia que esta Secretaria seria uma "terceira estranha à relação processual".**

Outrossim, é importante consignar que, mesmo no âmbito da Justiça Federal, e cassando uma decisão do Juízo de primeira instância, **o Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região inclusive já se pronunciou a respeito da importância da continuidade das atividades da Peticionária.** Confira-se a decisão (Doc. 02):

Cumpre alertar, como cediço é, que toda empresa possui seu valor social, pois gera empregos e desenvolvimento nacional, que não podem ter suas atividades inviabilizadas quando não comprovado, de forma inequívoca, que estão elas sendo utilizadas para cometer delitos.



Portanto, não há na Justiça Federal qualquer determinação proibindo a formalização de TAC ou mesmo prosseguimento de LOC – Licença operacional Corretiva, entre a Peticionária e a SEMAD, havendo inclusive pronunciamento do TRF-1 consignando a importância de não se inviabilizar as atividades da Peticionária.

Com essas considerações, é a presente para **INFORMAR** que a Peticionária está à inteira disposição de V. Ex.^a para apresentar qualquer outro esclarecimento que se faça necessário, solicitando o quanto antes a assinatura do termo de ajustamento de conduta para promover as ações emergenciais de controle e mitigação dos impactos até que a empresa possa explorar a riqueza mineral mediante autorização da ANM.

Belo Horizonte/MG, 20 de abril de 2021.


MINERAÇÃO GUTE SIGHT LTDA



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Gabinete

Ofício SEMAD/GAB nº. 880/2021

Belo Horizonte, 26 de novembro de 2021.

Exma. Nely Aquino

Câmara Municipal de Belo Horizonte

Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte

Belo Horizonte/MG

Assunto: Of. Dirleg nº 2.945/21 - Requerimento de Comissão nº 1.037/21

Referência: [Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 1370.01.0044336/2021-81].

Senhora Presidente da Câmara,

Com nossos cordiais cumprimentos, de ordem da Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Marília Carvalho de Melo, acusamos recebimento do Of. Dirleg nº 2.945/21 (34411741), que encaminha o Requerimento de Comissão nº 1.037/21 (34411893), que solicita informações sobre atividade realizada pela Mineração Gute Sicht (Mineração e Dragagem Boa Vista).

Em atenção à solicitação, encaminhamos respeitosamente manifestação da Subsecretaria de Fiscalização Ambiental, por meio do Memorando.SEMAD/SUFIS.nº 246/2021 (35540723), Memorando.SEMAD/DCAD.nº 202/2021 (34718156), Memorando.SEMAD/SEFIS.nº 304/2021 (35534275), Memorando.SEMAD/DEFIS.nº 81/2021 (35497999) e anexos (35498187, 35498191, 35498197), com as manifestações das áreas técnicas competentes em resposta aos questionamentos relativos à fiscalização e denúncias.

Em relação aos questionamentos da regularização ambiental, encaminho manifestação da Subsecretaria de Regularização Ambiental, por meio do Memorando.SEMAD/SURAM.nº 766/2021 (38541726) e Memorando.SEMAD/SUPRAM CENTRAL.nº 367/2021 (38511765).

Permanecemos à disposição para o que mais se fizer necessário, oportunidade em que apresentamos nossos protestos de elevado apreço e consideração.

Atenciosamente,

Daniela Diniz Faria

Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Diniz Faria, Chefe de Gabinete**, em 29/11/2021, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **38634778** e o código CRC **D01D9C13**.

Referência: Processo nº 1370.01.0044336/2021-81

SEI nº 38634778

Rodovia Papa João Paulo II, 4143 - Bairro Serra Verde - Belo Horizonte - CEP 31630-900



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Subsecretaria de Fiscalização Ambiental

Memorando.SEMAD/SUFIS.nº 246/2021

Belo Horizonte, 21 de setembro de 2021.

Para: Gabinete Semad

Assunto: Of. Dirleg nº 2.945/21 - Requerimento de Comissão nº 1.037/21 - Câmara Municipal de BH - Mineração Gute Sicht Ltda

Referência: [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1370.01.0044336/2021-81].

Senhora Chefe de Gabinete,

Com meus cordiais cumprimentos, em atenção ao solicitado no Requerimento de Comissão 1037/2021 da Câmara Municipal de Belo Horizonte (34411893), encaminho o Memorando.SEMAD/DCAD.nº 202/2021 (34718156), bem como o Memorando.SEMAD/SEFIS.nº 304/2021 (35534275), que remete, por sua vez, ao Memorando.SEMAD/DEFIS.nº 81/2021 (35497999) e anexos (35498187, 35498191, 35498197), com as manifestações das áreas técnicas competentes em resposta aos questionamentos relativos à fiscalização e denúncias.

Sendo só para o momento, permaneço à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Fernando Antônio Gomes Araújo

Subsecretário de Fiscalização Ambiental



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Antonio Gomes Araujo, Subsecretário(a)**, em 21/09/2021, às 17:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **35540723** e o código CRC **FBA04A85**.

Referência: Processo nº 1370.01.0044336/2021-81

SEI nº 35540723



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Diretoria de Cadastros e Gestão de Denúncias

Memorando.SEMAD/DCAD.nº 202/2021

Belo Horizonte, 02 de setembro de 2021.

Para: Subsecretaria de Fiscalização Ambiental

Fernando Antônio Gomes Araújo

Assunto: Of. Dirleg nº 2.945/21 - Requerimento de Comissão nº 1.037/21 - Câmara Municipal de BH - Mineração Gute Sicht Ltda

Referência: [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1370.01.0044336/2021-81].

Senhor Subsecretário,

Com os nossos cumprimentos,

Em atenção ao Despacho nº 600/2021/SEMAD/SUFIS (34532572), que encaminha os documentos em epigrafe para providências, quanto a prestação de informações ambientais sobre a empresa Mineração Gute Sicht Ltda (Mineração e dragagem Boa Vista) e demais, porventura, envolvidas em intervenções e/ou operações irregulares na Serra do Curral - região do Taquaril; informamos que a denúncia foi registrada no Sistema de denúncias sob o ID 100.078 (34612422) e encontra-se aguardando manifestação das áreas técnicas competentes.

Com relação a empresa denominada Mineração Gute Sicht Ltda (Mineração e dragagem Boa Vista), não encontramos nenhum registro no Sistema de denúncias. Todavia, na região informada e sobre as outras empresas citadas nos documentos, constam demandas concluídas com base nas ações resultantes da operação de fiscalização da Semad sobre o assunto, na data de 11/05/2020. Na oportunidade, além das empresas citadas na presente denúncia, Fleurs Global Mineração Ltda e Valefort Comércio e Transporte Ltda, foram identificadas também outras envolvidas, como a PortoLog Transporte Logístico Ltda e a Assembleia dos Santos.

Por fim, ressaltamos que a Semad se manifestou recentemente sobre o assunto, em outro requerimento da Câmara Municipal de Belo Horizonte, conforme documentos contidos no processo SEI 1370.01.0031868/2021-30.

Sendo o que se apresenta para o momento, nos colocamos à disposição para o que mais se fizer necessário.

Atenciosamente,

Diretoria de Cadastro e Gestão de Denúncias - DCAD



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Helena Hilario Fernandes Cruz, Superintendente**, em 17/09/2021, às 13:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Freire Jardim, Diretor**, em 17/09/2021, às 13:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **34718156** e o código CRC **17A0F437**.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Superintendência de Fiscalização Ambiental

Memorando.SEMAD/SEFIS.nº 304/2021

Belo Horizonte, 21 de setembro de 2021.

Para: Subsecretaria de Fiscalização Ambiental

Assunto: Of. Dirleg nº 2.945/21 - Requerimento de Comissão nº 1.037/21 - Câmara Municipal de BH - Mineração Gute Sicht Ltda

Referência: [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1370.01.0044336/2021-81].

Prezado Subsecretário,

Em atenção ao Despacho nº 600/2021/SEMAD/SUFIS (34532572) que remete o ofício Dirleg nº 2.945/21 (34411741) e o Requerimento de Comissão 1037/2021 (34411893) e solicita análise e manifestação quanto aos questionamentos realizados no mesmo, encaminho a manifestação da área técnica da Sefis apresentada no Memorando.SEMAD/DEFIS.nº 81/2021 (35497999) e seus anexos para conhecimento e providências.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Flavio Augusto Aquino, Superintendente**, em 21/09/2021, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **35534275** e o código CRC **BBFB774A**.

Referência: Processo nº 1370.01.0044336/2021-81

SEI nº 35534275



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Diretoria de Estratégia em Fiscalização

Memorando.SEMAD/DEFIS.nº 81/2021

Belo Horizonte, 20 de setembro de 2021.

Para: Superintendência de Fiscalização

Assunto: Of. Dirleg nº 2.945/21 - Requerimento de Comissão nº 1.037/21 - Câmara Municipal de BH - Mineração Gute Sicht Ltda

Referência: [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1370.01.0044336/2021-81].

Prezado Superintendente,

Em atenção ao Despacho nº 156/2021/SEMAD/SEFIS (34694549), procedeu-se análise das informações inseridas no sistema de fiscalização, que se apresentam a seguir e nos anexos(35498187, 35498191 e 35498197).

Salienta-se, de antemão, que em razão da deflagração de duas operações especiais simultâneas na data de hoje, 20/09/2021, a equipe desta Diretoria de Estratégia em Fiscalização esteve nas últimas semanas dedicada ao levantamento de alvos, articulação com órgãos parceiros e redação do planejamento das referidas operações, motivos pelos quais não foi possível prestar as informações requisitadas com maior brevidade.

Item 2 – A Valefort Comércio e Transporte Ltda realizou alguma atividade ilegal na área? Se sim, apresentar relatório detalhado do ocorrido, bem como as ações tomadas para interromper a atividade ilegal e reparar eventuais danos ambientais ocorridos.

Segundo consta no Auto de Fiscalização nº 65452/2020 (e seus respectivos Autos de Infração nº 227508/2020 e nº 211711/2020), bem como no Auto de Infração nº 211725/2020, a mesma realizou:

A - Lavra de minério de ferro sem a devida licença ambiental;

B - Supressão de vegetação nativa (desmate) de formações de Campo Cerrado (4,6100 hectares) e de Campo Rupestre Ferruginoso (4.570 m²), em área na qual foi percebida a existência de grande quantidade de espécie ameaçada de extinção, incorrendo também em danos à unidades de conservação;

C – Prestação de informações falsas no sistema SLA, afirmando que as atividades se tratavam de obras de terraplanagem, obtendo-se assim uma certidão de dispensa de licenciamento ambiental.

Com relação às ações tomadas:

- Foram lavrados os Autos de Infração nº 227508/2020 e nº 211711/2020 em desfavor do empreendimento Valefort Comércio e Transporte LTDA, contendo autuações administrativas com a penalidade de suspensão das atividades no local. Posteriormente foi lavrado o Auto de Infração nº 211725/2020.

- Foram lavrados os Autos de Infração nº 227509/2020 e nº 211713/2020 em desfavor do empreendimento Porto Log Transporte e Logística LTDA (corresponsável); foram lavrados os Autos de Infração nº 227510/2020 e nº 211712/2020 em desfavor do empreendimento Assembleia dos Santos (corresponsável); foi encaminhado ao setor jurídico o MEMO.DFISCCM.SUPRAMCM. Nº 02/2020, relacionado ao empreendimento Fleurs Global Mineração Ltda, que aguarda resposta.

- Foram apreendidas três retroescavadeiras de esteira e dezesseis caminhões basculantes, de propriedade da empresa Portolog Transporte e Logística Ltda (descrição no Auto de Fiscalização nº 65454/2020).

- Foi confeccionado o Relatório Técnico nº 02 de 2021, encaminhado à Polícia Federal, dispondo a explicação pormenorizada do ocorrido, contendo registro fotográfico e figuras explicativas.

Item 8 - Quais foram as últimas fiscalizações realizadas na área? Foi identificada alguma irregularidade? Apresentar os laudos de vistorias e as autuações, caso existam.

Em consulta ao sistema SISFIS (extração realizada em 05/09/2021), foram encontrados os seguintes registros de fiscalização no local:

93018 – Auto de Fiscalização nº 65453/2020 e Autos de Infração nº 227510/2020 e nº 211712/2020, lavrados em desfavor do empreendimento Assembleia dos Santos.

Síntese disposta no sistema SISFIS: *Exploração mineral (lavra de minério de ferro), em local com notável potencial minerário, no qual "supostamente" estaria ocorrendo obras de terraplanagem para a construção do galpão, existindo uma Certidão de Dispensa de Licenciamento Ambiental para tal. Foi percebido desmate de vegetação nativa (Campo Cerrado e Campo Rupestre Ferruginoso), existindo fatores agravantes como a ocorrência de espécie ameaçada de extinção em grande quantidade e danos a unidade de conservação. A empresa Assembleia dos Santos (proprietária do terreno) foi autuada como corresponsável pelas infrações cometidas, juntamente com a empresa responsável pelas obras (Valefort Comercio e Transporte Ltda), a empresa que locou o maquinário (Portolog Transporte e Logística Ltda), bem como, possivelmente (a esperar resposta do memorando enviado ao setor jurídico) a empresa que recebia e beneficiava o material (Fleurs Global Mineração Ltda.).*

93023 - Auto de Fiscalização nº 65454/2020 e Autos de Infração nº 227509/2020 e nº 211713/2020, lavrados em desfavor do empreendimento Porto Log Transporte e Logística LTDA.

Síntese disposta no sistema SISFIS: *Exploração mineral (lavra de minério de ferro), em local com notável potencial mineral, no qual "supostamente" estaria ocorrendo obras de terraplanagem para a construção do galpão, existindo uma Certidão de Dispensa de Licenciamento Ambiental para tal. Foi percebido desmate de vegetação nativa (Campo Cerrado e Campo Rupestre Ferruginoso), existindo fatores agravantes como a ocorrência de espécie ameaçada de extinção em grande quantidade e danos a unidade de conservação. A empresa Portolog Transporte e Logística Ltda (proprietária das máquinas) foi autuada como corresponsável pelas infrações cometidas, juntamente com a empresa responsável pelas obras (Valefort Comercio e Transporte Ltda), a empresa proprietária do terreno (Assembléia dos Santos), bem como, possivelmente (a esperar resposta do memorando enviado ao setor jurídico) a empresa que recebia e beneficiava o material (Fleurs Global Mineração Ltda.).*

93033 – Auto de Fiscalização nº 65452/2020 e Autos de Infração nº 227508/2020 e nº 211711/2020, lavrados em desfavor do empreendimento Valefort Comércio e Transporte LTDA.

Síntese disposta no sistema SISFIS: *Exploração mineral (lavra de minério de ferro), em local com notável potencial mineral, no qual "supostamente" estaria ocorrendo obras de terraplanagem para a construção do galpão, existindo uma Certidão de Dispensa de Licenciamento Ambiental para tal. Foi percebido desmate de vegetação nativa (Campo Cerrado e Campo Rupestre Ferruginoso), existindo fatores agravantes como a ocorrência de espécie ameaçada de extinção em grande quantidade e danos a unidade de conservação. A empresa Valefort Comercio e Transporte Ltda, responsável pelas obras, foi autuada como corresponsável pelas infrações cometidas, juntamente com a empresa Portolog Transporte e Logística Ltda (proprietária das máquinas), a empresa Assembléia dos Santos (proprietária do terreno), bem como, possivelmente (a esperar resposta do memorando enviado ao setor jurídico) a empresa que recebia e beneficiava o material (Fleurs Global Mineração Ltda.).*

104983 – Auto de Infração nº 211725/2020, lavrado em desfavor do empreendimento Valefort Comércio e Transporte LTDA.

Síntese disposta no sistema SISFIS: *A referida empresa apresentou informação falsa no sistema SLA de execução de obras de terraplanagem, obtendo-se uma certidão de dispensa de licenciamento ambiental.*

Item 9 – A área já foi alvo de atividade minerária ilegal? Se sim, apresentar relatório detalhado do ocorrido, inclusive com a nomeação dos envolvidos, bem como quais foram as ações realizadas para garantir que a atividade fosse efetivamente encerrada e os danos causados reparados.

As atividades fiscalizadas na região, conforme registros disponíveis no sistema SISFIS, foram detalhadas acima, incluindo as medidas administrativas adotadas em cada caso.

Sendo só para o momento, permanecemos a disposição.

Atenciosamente,



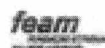
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **35497999** e o código CRC **563060E6**.

Referência: Processo nº 1370.01.0044336/2021-81

SEI nº 35497999



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE – SISEMA
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH



1. AUTO DE FISCALIZAÇÃO: Nº **65453** /20 **20** Folha 1/3

2. AGENDAS: 01 ☒ FEAM 02 ☒ IEF 03 ☐ IGAM Hora: **16:30** Dia: **13** Mês: **05** Ano: **2020**

3. Motivação: ☒ Denúncia ☐ Ministério Público ☐ Poder Judiciário ☐ Operações Especiais do CGFAI ☐ SUPRAM ☐ COPAM/CRH ☐ Rotina

4. Finalidade
FEAM: ☐ Condicionantes ☐ Licenciamento ☐ AAF ☐ Emergência Ambiental ☐ Acompanhamento de projeto ☐ Outros
IEF: ☐ Fauna ☐ Pesca ☐ DAIA ☐ Reserva Legal ☐ DCC ☐ APP ☐ Danos em áreas protegidas ☐ Outros
IGAM: ☐ Outorga ☐ Outros

5. Identificação
01. Atividade: **A-02-03-3 - Lavoura a céu aberto - mineração de ferro** 02. Código: **A-02-03-3** 03. Classe: **3** 04. Porte: **medio**
05. Processo nº: 06. Órgão: 07. ☐ Não possui processo
08. ☒ Nome do Fiscalizado: **Assembleia das Santas** 09. ☐ CPF 10. ☒ CNPJ: **13.209.817/0001-30**
11. RG: 12. CNH-UF: 13. ☐ RGP ☐ Tit. Eleitoral
14. Placa do veículo - UF: 15. RENAVAM: 16. Nº e tipo do documento ambiental
17. Nome Fantasia (Pessoa Jurídica): 18. Inscrição Estadual - UF
19. Endereço do Fiscalizado - Correspondência: **Rua, Avenida, Rodovia** 20. Nº / KM: **132** 21. Complemento
Rua Planalto
22. Bairro/Logradouro: **Pompeia** 22. Município: **Belo Horizonte** 24. UF: **MG**
25. CEP: **310.218-10 - 31310** 26. Cx Postal 27. Fone: 28. E-mail

6. Local da Fiscalização
01. Endereço: **Rua, Avenida, Rodovia, Fazenda, etc.**
Acesso a estrada velha de Nova Lima
02. Nº / KM 03. Complemento 04. Bairro/Logradouro/Distrito/Localidade
05. Município: **Sabará** 06. CEP 07. Fone
08. Referência do local
Geográficas DATUM ☐ SAD 69 ☐ Córrego Alegre
Plano UTM FUSO 22 23 24 X= (6 dígitos) Y= (7 dígitos)
Latitude: Grau **-19** Minuto **55** Segundo **38,5**
Longitude: Grau **-43** Minuto **52** Segundo **10,9**

10. Croqui de acesso

CONTINUAÇÃO DO AUTO DE FISCALIZAÇÃO: Nº 65453/2020

Folha 1/3

Em ação conjunta com militares da 1ª CIA PM MAMB, realizou-se, em 11/05/2020, diligência à área indicada na denúncia de nº 86.699, onde foi observada a existência de uma frente de trabalho equipada com escavadeiras utilizadas nas operações de corte do relevo e carregamento de caminhões que transportavam o material retirado (rocha e solo) por um trajeto de cerca de 6 km até a unidade de tratamento de minérios da empresa Fleurs Global Mineração Ltda. A seguir serão apresentadas maiores informações sobre as duas áreas vistoriadas.

Sobre a primeira área (Referência geográfica: 19° 55' 38,5" S e 43° 52' 10,9" O/ datum horizontal WGS84)

Está localizada no município de Sabará (próxima ao limite com o município de Belo Horizonte), em porção da Serra do Curral na vertente voltada para o município de Belo Horizonte, em região geológica do supergrupo Minas.

Segundo o sistema SIGMINE, da Agência Nacional de Mineração, foi constatado que a área explorada encontra-se inserida nos limites das poligonais do Processo nº 832.156/2005 (titularidade: Mineração e Dragagem Boa Vista Ltda. ME; substância: minério de ferro; área: 34,49 hectares; fase atual: direito de requerer a lavra). Para este processo, foi constatada a existência da Guia de Utilização nº 01/2020, que autoriza a retirada de 300.000 toneladas de minério de ferro por ano. É informado que a validade desta guia está condicionada ao acompanhamento de uma Certidão de Dispensa de Licenciamento Ambiental emitida pela SUPRAM CM, a qual consta haver sido apresentada, mas cujo teor não se encontrava disponível para usuários externos. Todavia, após consulta aos sistemas eletrônicos de licenciamento ambiental do órgão estadual, não foi encontrada alguma Certidão de Dispensa de Licenciamento Ambiental para lavra mineral associada ao título de nº 832.156/2005.

Complementarmente, realizou-se consulta ao Sistema de Licenciamento Ambiental – SLA e constatou-se existir uma solicitação na SUPRAM CM datada de 14/05/2020, para licenciamento ambiental na modalidade LAS-RAS, para a empresa Mineração e Dragagem Boa Vista Ltda. (CNPJ: 65.109.944/0001-47) tendo como atividade lavra a céu aberto – minério de ferro, associado ao processo minerário de nº 832.156/2005 da Agência Nacional de Mineração – ANM. A solicitação está pendente de envio de documentação, o que impede a formalização do processo administrativo no órgão ambiental.

Na vistoria, foi percebido nos trechos escavados material terroso remanescente com teores aparentes de minério de ferro, principalmente na porção superior de taludes, caracterizados pela coloração acinzentada, bem como no restante das áreas o tipo de solo encontrado era fortemente avermelhado. Já na porção do terreno não explorada, imediatamente limítrofe, no trecho superior da encosta, notou-se a existência de trechos com ocorrência de canga laterítica ferruginosa, sendo que nestes, como esperado, percebeu-se materiais com teores evidentes de ferro, contendo rochas com coloração, peso e somido característico quando entre chocadas.

A extensão da área explorada foi determinada após a vistoria realizada, sendo aferida em 6,15 hectares, com base na imagem do satélite Sentinel-2 datada de 08/05/2020, mediante utilização de recursos de geoprocessamento da plataforma LandWiwer, bem como mediante a utilização de pontos de coordenadas geográficas coletados *in loco*.

PÁGINA 1/4

8. Relatório Sucinto

9. Assinaturas

01. Servidor (Nome legível)

Julio Cesar Borges Belico

MASP

1.395.830-1

Assinatura

Orgão [x] SEMAD

[] FEAM

[] IEF

[] IGAM

02. Servidor (Nome legível)

Anderson Henrique Borges Mendes

MASP

1.372.768-0

Assinatura

Orgão [x] SEMAD

[] FEAM

[] IEF

[] IGAM

03. Servidor (Nome legível)

MASP

Assinatura

Orgão [] SEMAD

[] FEAM

[] IEF

[] IGAM

Recebi a 1ª via deste Auto de Fiscalização

04. Fiscalizado / Representante do Fiscalizado (Nome legível)

Assembleia dos Santos

Função / Vínculo com o Empreendimento

Assinatura

1 - Determinação da vegetação nativa suprimida. Na vistoria, observou-se a vegetação remanescente no entorno:

Na parcela de vegetação remanescente à oeste, na lateral da área explorada, em trechos de baixa e meia encosta, percebeu-se a existência de terreno antropizado, contendo predomínio de vegetação exótica de *Melinis minutiflora* (capim gordura) com eventuais espécimes arbóreos esparsos, característicos de vegetação savânica, em quantidade que poderia enquadrar a sua supressão nos critérios de limpeza de área, dispostos no Art. 1º da Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 1905 de 2013, todavia, não poderia ocorrer a alteração do uso do solo no local.

Na parcela de vegetação remanescente à leste, na lateral da área explorada, em trechos de baixa e meia encosta, percebeu-se que, embora também impactada com a invasão de *Melinis minutiflora*, na área ocorre uma densidade maior de indivíduos arbóreos, característicos do bioma Cerrado, sendo a fitofisionomia da vegetação definida como Campo Sujo. Em consulta posterior a imagens de satélite, percebeu-se que, na realidade, tal trecho continha as mesmas feições de vegetação outrora existentes na área explorada, em contrário de sua porção à oeste.

Já na parcela de vegetação remanescente ao sul, topograficamente acima da área explorada, em trechos na porção superior da encosta, percebeu-se a ocorrência de formação geológica de canga laterítica ferruginosa, nodular em sua maior fração, em área a qual, embora também impactada com a invasão de *Melinis minutiflora*, presenciou-se a ocorrência de vegetação nativa rupícola característica deste tipo de formação ferrífera, sendo percebidos exemplares de *Melastomataceae* (*Tibouchina heteromalla*, *Leandra* sp., etc.), *Malpighiaceae* (*Peixotoa tomentosa*), *Asteraceae*, e grande quantidade de exemplares de uma *Cactaceae* endêmica de campos rupestres ferruginosos de Minas Gerais, a qual atualmente se encontra ameaçada de extinção (categoria: criticamente em perigo – Listas Vermelhas das Espécies da Fauna e da Flora Ameaçada de Extinção em Minas Gerais – Fundação Biodiversitas, 2008), o cactus *Arthrocereus glaziovii*, cujos diversos exemplares apresentavam variação fenotípica distinta, fato característico da espécie conforme demonstra literatura, contendo cladódios bem mais alongados.

Deste modo, como foi percebido que a exploração mineral atingiu tais áreas, onde existia a mesma formação fitofisionômica de Campos Rupestres Ferruginosos, em razão de danos ocasionados a espécies ameaçadas de extinção (Art. 53 da Lei Federal nº 9605 de 1998), todas as autuações realizadas terão seu valor base acrescido em 30%, conforme preceitua o Decreto Estadual nº 47383 de 2018 em seu Art. 85, inciso II, alínea e.



Obs: o Jardim Botânico de Belo Horizonte realiza projetos de pesquisa e conservação de tal espécie. A visitação a uma crista da Serra do Curral foi interrompida em 2017, quando fora encontrado.

Posteriormente à vistoria, determinou-se a extensão das áreas de vegetação nativa suprimidas, sendo aferidas com base no polígono que demarca a área explorada (item 1 deste auto) sobreposto às imagens de satélite da plataforma Google Earth Pro (de melhor resolução espacial, de 09/10/2018), determinando-se em seguida os trechos do terreno explorado que continham as mesmas feições dos fragmentos remanescentes de Campos Rupestres Ferruginosos (em cangas lateríticas) e de Campo Sujo, percebidos *in loco*. Deste modo, obteve-se à extensão de 4.570 m² de vegetação nativa da fitofisionomia de Campo Rupestre Ferruginoso e 4,61 hectares de vegetação nativa da fitofisionomia de Campo Sujo suprimidos sem autorização do órgão ambiental competente

PÁGINA 2/4

8. Relatório Sucinto

9. Assinaturas

01. Servidor (Nome legível) Julio Cesar Borges Belico	MASP 1.395.830-1	Assinatura 
Orgão <input checked="" type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
02. Servidor (Nome legível) Anderson Henrique Borges Mendes	MASP 1.372.768-0	Assinatura 
Orgão <input checked="" type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
03. Servidor (Nome legível)	MASP	Assinatura
Orgão <input type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
Recebi a 1ª via deste Auto de Fiscalização		
04. Fiscalizado / Representante do Fiscalizado (Nome legível) Assamblea dos Santos	Função / Vínculo com o Empreendimento	
Assinatura		

CONTINUAÇÃO DO AUTO DE FISCALIZAÇÃO: Nº. 65453/2020

Folha 1/3

8. Relatório Sucinto

2 - Danos a unidade de conservação: segundo a plataforma IDE-SISEMA, as áreas suprimidas de Campo Rupestre Ferruginoso e de Campo Cerrado se encontram parcialmente inseridas dentro dos limites de unidade de conservação de uso sustentável (Área de Proteção Ambiental Sul RMBH). Ademais, estão inseridas dentro das zonas de amortecimento de unidades de conservação de proteção integral (Parque Estadual da Serra do Rola Moça, Parque Estadual da Baleia e Parque Municipal Mangabeiras). Deste modo, em razão de danos ocasionados a unidades de conservação (Art. 40 da Lei Federal nº 9605 de 1998), todas as autuações tiveram seu valor base acrescido em mais 30%, conforme preceitua o Decreto Estadual nº 47383/2018 em seu Art. 85, inciso II, alínea c.

3 - Documentação apresentada: durante a vistoria, percebeu-se uma placa situada na entrada da área, contendo os símbolos do CREA, IBAMA e SEMAD, dispondo um suposto número de licença ambiental (2020.01.01.003.0004/072) em nome de Valefort Comércio e Transporte Ltda. (CNPJ: 20.982.829/0001-44). Em consulta ao sistema SIAM, não foi encontrada licença ambiental em nome da empresa, apenas um processo para obtenção de uma licença (20702/2015/001/2017), relativo a extração de areia e cascalho para uso na construção civil, no município de Belo Vale, o qual foi arquivado em 31/10/2018. Já em consulta ao sistema SLA, percebeu-se que a numeração disposta na placa é, na realidade, referente a uma Certidão de Dispensa de Licenciamento Ambiental, obtida em procedimento declaratório realizado pelo Sr. Jaime Eduardo Fonseca (REDACTED).

Na ocasião, o responsável da empresa Valefort Comércio e Transporte Ltda. que se encontrava no local, o Sr. Jamis Prado de Oliveira Junior (REDACTED) alegou que se tratava de uma obra de terraplanagem para a construção de galpões. Nós apresentou a Certidão de Dispensa de Licenciamento Ambiental sobredita, emitida em 03/02/2020 (Chave de acesso: 4F-31-84-70), a qual citava que a atividade exercida seria, *ipsis litteris*: "OBRAS DE TERRAPLANAGEM PREVISTO EM PROJETO, GARAGEM DE MAQUINAS E CAMINHÕES".

Também nos apresentou um recibo de inscrição de uma propriedade no Cadastro Ambiental Rural (CAR), inscrita sob a matrícula MG-3156700-E401FB67E6214ADE9AE821CB7629D3C0, cujo proprietário é Associação de Promoção Humana Divina Providência (CNPJ: 00.981.069/0001-43), e que perfaz área de 14,0 hectares. Em posterior consulta à plataforma CAR, percebeu-se que, na realidade, tal propriedade contempla uma pequena fração à nordeste da área explorada, não estando o seu restante inserido em qualquer propriedade cadastrada.

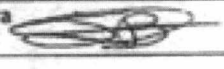

Todavia, a propriedade que não está cadastrada no CAR, e que perfaz o restante e a maior parte do trecho explorado, se revela em outra documentação apresentada, um Contrato de Locação, no qual a instituição Assembleia dos Santos (CNPJ: 18.209.817/0001-30), proprietária da "Fazenda Monte Santo da Benção", registrada no cartório de Sabará sob a matrícula nº 61.001, arrenda a propriedade em questão para a empresa Valefort Comércio e Transporte Ltda., já citada neste auto, e para a Sra. Diana Morais Aleluia Prado (REDACTED).

4 - Sondagens: durante a vistoria, presenciou-se a três sondagens em ocorrência para determinação de potencial mineral, mediante perfuração com maquinário e retirada de corpo de prova, estando duas delas inseridas dentro da área explorada (19° 55' 36,5" S e 43° 52' 13,1" O / 19° 55' 36,4" S e 43° 52' 11,1" O) e a outra em trecho de canga ferruginosa remanescente próximo, situado acima no terreno (19° 55' 41,6" S e 43° 52' 16,5" O).

Os funcionários encarregados de tais funções utilizavam uniforme da empresa Sondatech Engenharia e Soluções Ltda. (CNPJ: 22.134.205/0001-00), e estão caracterizados como os envolvidos nº 15, 16, 17 e 18 no Boletim de Ocorrência REDS 2020-022427198-001.

PÁGINA 3/4

9. Assinaturas

01. Servidor (Nome legível) Julio Cesar Borges Belico	MASP 1.395.830-1	Assinatura 
Orgão <input checked="" type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
02. Servidor (Nome legível) Anderson Henrique Borges Mendes	MASP 1.372.768-0	Assinatura 
Orgão <input checked="" type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
03. Servidor (Nome legível)	MASP	Assinatura
Orgão <input type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
Recebi a 1ª via deste Auto de Fiscalização		
04. Fiscalizado / Representante do Fiscalizado (Nome legível) Assembleia dos Santos	Função / Vínculo com o Empreendimento	
Assinatura		

CONTINUAÇÃO DO AUTO DE FISCALIZAÇÃO: Nº 65453/2020

Folha 1/3

Sobre a segunda área (referência geográfica: 19° 55' 48,0" S e 43° 50' 19,5" O / datum horizontal WGS84):

Trata-se do empreendimento Fleurs Global Mineração LTDA (CNPJ: 31.288.466/0001-97), no qual, em momentos anteriores e no interm da fiscalização da primeira área, equipes da Polícia Militar acompanharam caminhões carregados advindos desta última, que levavam o material retirado para o empreendimento.

Tal empreendimento atualmente opera por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com a SEMAD em 10/03/2020, o qual contempla a execução das seguintes atividades listadas na DN COPAM nº 217/2017, segundo a cláusula nº 1 do TAC:

A-05-02-0 – Unidade de Tratamento de Minerais – UTM com tratamento a úmido

A-05-01-0 – Unidade de Tratamento de Minerais – UTM com tratamento a seco

A-05-04-5 – Pilhas de rejeito/estéril.

Foi apresentado aos militares, e em seguida à equipe da DFISC CM, diversos Manifestos de Transporte de Resíduos (MTR's), gerados pela empresa Valefort Comércio e Transporte Ltda (CNPJ: 20.982.829/0001-44), contendo placas de veículos diversas, informando que os resíduos transportados tratavam-se de "Resíduos Industriais Classe II – outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem".

São alguns MTR's apresentados: nº 2004132842, nº 2005006550, nº 2005021033, nº 2004107765, nº 2004134803.

Obs: durante a vistoria, em razão do pouco tempo disponível, realizou-se conferência em três itens do TAC sobredito, relacionados à utilização de recursos hídricos pelo empreendimento, sendo os itens de nº 14, 15 e 16, sendo constatado que seu cumprimento se encontra em conformidade com o que foi acordado no TAC.

Em consonância com o disposto no Art 2º da Lei Federal nº 9605 de 1998, o empreendimento Assembleia dos Santos foi autuado como corresponsável pelas infrações supracitadas.

Em razão dos fatos percebidos, a extração mineral - lavra a céu aberto, minério de ferro - sem a devida licença (infração tipificada pelo código nº 106, do Decreto Estadual nº 47383/2018), foi lavrado o Auto de Infração nº 227510/2020. Em razão da supressão de vegetação nativa sem autorização (infração tipificada pelo código nº 301 do Decreto Estadual nº 47383/2018), ocorrendo danos a unidades de conservação e a espécie ameaçada de extinção, sendo lavrado o Auto de Infração nº 211712/2020.


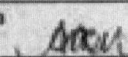
Fica o empreendimento Assembleia dos Santos notificado a regularizar a inscrição do imóvel rural denominado "Fazenda Monte Santo da Benção", registrada no cartório de Sabará sob a matrícula nº 61.001, no Cadastro Ambiental Rural, no prazo de 20 dias contados após o recebimento deste auto.


Ficam suspensas as atividades nas áreas objeto das autuações.

PÁGINA 4/4

8. Relatório Sucinto

9. Assinaturas

01. Servidor (Nome legível) Julio Cesar Borges Belico	MASP 1.395.830-1	Assinatura 
Orgão <input checked="" type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
02. Servidor (Nome legível) Anderson Henrique Borges Mendes	MASP 1.372.768-0	Assinatura 
Orgão <input checked="" type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
03. Servidor (Nome legível)	MASP	Assinatura
Orgão <input type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
Recebi a 1ª via deste Auto de Fiscalização		
04. Fiscalizado / Representante do Fiscalizado (Nome legível) Assinatura	Função / Vínculo com o Empreendimento Assinatura	

 <p>GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SISEMA Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH</p>		1. AUTO DE INFRAÇÃO: n° 227510 / 2020	
		Lavrado em Substituição ao AI n°: Vinculado ao: <input checked="" type="checkbox"/> Auto de Fiscalização n° 65453 de 18/03/2020 <input type="checkbox"/> Boletim de Ocorrência n°: de / /	
2. Auto de Infração possui folha de continuação? <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO		Local: Belo Horizonte	
3. Órgão Responsável pela lavratura: <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IGAM <input type="checkbox"/> IEF <input checked="" type="checkbox"/> SUPRAM <input type="checkbox"/> SUPFIS <input type="checkbox"/> PMMG <input type="checkbox"/> SUPRI		Dia: 18 / 05 / 2020 Hora: 14:15	
4. Autuado	Nome do Autuado/ Empreendimento: Armazém das Pontas		
	Data Nascimento: _____ Nome da Mãe: _____		
	<input type="checkbox"/> CPF: <input checked="" type="checkbox"/> CNPJ: 18.209.814/0001-30 <input type="checkbox"/> Outros: _____		
	Endereço do Autuado/ Empreendimento: (Correspondência) Rua Bonafé		
5. Outros Envolvidos/ Responsáveis	Nome do 1º envolvido: Roberto Bonifácio e Zangala Hela		
	Nome do 2º envolvido: Roberto Zangala e Zangala Hela		
	<input type="checkbox"/> CPF: <input checked="" type="checkbox"/> CNPJ: 20.392.825/0001-44 <input type="checkbox"/> CNPJ: 16.952.241/0001-34		
6. Descrição Infração	Vinculo com o AI N°: 22.4508/2020 Vinculo com o AI N°: 22.45.03/2020 Opere atividade ilícita ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente em área de preservação ambiental		
7. Coordenadas/ local da Infração	Geográficas: <input checked="" type="checkbox"/> WGS <input type="checkbox"/> SIRGAS 2000		Local: Acervo à Pádua Hela de Nova Lima, município de Sabará
	Placas: UTM FUSO 22 23 24 X- Y- (6 dígitos) Longitude: Grau 43 Min 52 Seg 10,9 (7 dígitos)		
8. Embasamento legal	Artigo	Anexo	Código
	112	I	406
9. Atenuantes / Agravantes	Atenuantes		Agravantes
	N°	Artigo/Parágr.	Inciso
10. Reincidência	<input type="checkbox"/> Genérica <input type="checkbox"/> Específica <input checked="" type="checkbox"/> Não foi possível verificar <input type="checkbox"/> Não se aplica		
11. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP	Infração	Parte/Class	Penalidade
	1	3	<input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária
	ERP:	Kg de pescado:	Valor ERP por Kg:
	Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: ()		
12. Demais penalidades/ Recomendações/ Observações	Valor total das multas: 18000 ufmg (dezoito mil ufmg) No caso de advertência, o autuado possui o prazo de _____ dias para atender as recomendações constantes no campo 12, sob pena de conversão em multa simples no valor de ()		
	Sua suspensão de atividade na área autuada		
13. Depositário	Nome Completo:		<input type="checkbox"/> CPF: <input type="checkbox"/> CNPJ: <input type="checkbox"/> RG:
	Endereço: Rua, Avenida, etc:		N°/km: Bairro / Logradouro: Município:
14. O AUTUADO TEM O PRAZO DE ATÉ 20 (VINTE) DIAS DO RECEBIMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO PARA PAGAMENTO DA MULTA OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA PARA NAI CM. NO SEGUINTE ENDEREÇO:	Rua Aperto Ponto, n° 495, Condomínio, Centro, Belo Horizonte/46 CEP: 30.160-030		
15. Assinaturas	01. Servidor (Nome Legível):		Assinatura do servidor:
	02. Autuado/Representante Autuado: (Nome Legível):		Assinatura do Autuado/Representante Legal

CONTINUAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO: Nº 211782 /20 20

Local: <u>Belo Horizonte</u>		Dia: <u>38</u> Mês: <u>05</u>		Ano: <u>2020</u>		Hora: <u>18:34</u>					
1. Descrição da Infração <u>Escor e rendimento lenhoso oriundo da supressão de 4,61 hectares de vegetação nativa da fitofisionomia Campo Cerrado, estimada em 76,85 m³ de lenha, segundo a Tabela Base.</u>											
2. Coordenadas da Infração		Geográficas: <input checked="" type="checkbox"/> WGS <input type="checkbox"/> SIRGAS 2000		Datum: <u>WGS</u>		Longitude: <u>43</u> Graus <u>52</u> Min. <u>30,9</u> Seg.					
		Planar: UTM		FUSO 22 <u>23</u> <u>24</u>		X= <u>7685</u> Y= <u>7685</u>					
3. Embasamento legal		Artigo	Anexo	Código	Inciso	Alínea	Decreto/ano				
		<u>112</u>	<u>III</u>	<u>302</u>	<u>I</u>	<u>a</u>	<u>47322/13</u>				
							<u>20922/13</u>				
4. Atenuantes /Agravantes		Atenuantes				Agravantes					
		Nº	Artigo/Parágr.	Inciso	Alínea	Redução	Nº	Artigo/Parágr.	Inciso	Alínea	Aumento
							<u>1</u>	<u>85</u>	<u>II</u>	<u>C</u>	<u>30%</u>
							<u>2</u>	<u>85</u>	<u>II</u>	<u>C</u>	<u>30%</u>
5. Reincidência <input type="checkbox"/> Genérica <input type="checkbox"/> Específica <input checked="" type="checkbox"/> Não foi possível verificar <input type="checkbox"/> Não se aplica											
6. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP		Infração	Porte	Penalidade		Valor	<input type="checkbox"/> Acréscimo <input type="checkbox"/> Redução	Valor Total			
				<input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária		<u>80 x 76,85 = 6147,90 Ufmg</u>					
		ERP:	Kg de pescado:	Valor ERP por Kg: R\$		Total: R\$					
		Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$:									
		Valor total das multas: R\$ <u>6147,90 Ufmg</u> (seis mil cento e quarenta e sete reais noventa e zero centavos)									
		No caso de advertência, o autuado possui o prazo de dias para atender as recomendações constantes no campo 7, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$:									
7. Demais penalidades/Recomendações/Observações											
8. Depositário		Nome Completo:				<input type="checkbox"/> CPF:	<input type="checkbox"/> CNPJ:	<input type="checkbox"/> RG:			
		Endereço: Rua, Avenida, etc.				Nº / km:	Bairro / Logradouro:	Município:			
		UF:	CEP:	Fone:	Assinatura:						
9. Descrição da Infração											
10. Coordenadas da Infração		Geográficas: <input type="checkbox"/> WGS <input type="checkbox"/> SIRGAS 2000		Datum: <u>WGS</u>		Longitude: <u>43</u> Graus <u>52</u> Min. <u>30,9</u> Seg.					
		Planar: UTM		FUSO 22 <u>23</u> <u>24</u>		X= <u>7685</u> Y= <u>7685</u>					
11. Embasamento legal		Artigo	Anexo	Código	Inciso	Alínea	Decreto/ano				
12. Atenuantes /Agravantes		Atenuantes				Agravantes					
		Nº	Artigo/Parágr.	Inciso	Alínea	Redução	Nº	Artigo/Parágr.	Inciso	Alínea	Aumento
13. Reincidência <input type="checkbox"/> Genérica <input type="checkbox"/> Específica <input type="checkbox"/> Não foi possível verificar <input type="checkbox"/> Não se aplica											
14. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP		Infração	Porte	Penalidade		Valor	<input type="checkbox"/> Acréscimo <input type="checkbox"/> Redução	Valor Total			
				<input type="checkbox"/> Advertência <input type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária							
		ERP:	Kg de pescado:	Valor ERP por Kg: R\$		Total: R\$					
		Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$:									
		Valor total das multas: R\$:									
		No caso de advertência, o autuado possui o prazo de dias para atender as recomendações constantes no campo 13, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$:									
15. Demais penalidades/Recomendações/Observações											
16. Depositário		Nome Completo:				<input type="checkbox"/> CPF:	<input type="checkbox"/> CNPJ:	<input type="checkbox"/> RG:			
		Endereço: Rua, Avenida, etc.				Nº / km:	Bairro / Logradouro:	Município:			
		UF:	CEP:	Fone:	Assinatura:						
17. Assinaturas		01. Autorizador (Nome Legível): <u>Dulce Bulice</u>				MAEP: <u>395830-1</u>	Assinatura do Autorizador: <u>[Assinatura]</u>				
		02. Autuado/Representante Autuado: (Nome Legível): <u>Assessoria da Sinter</u>				Função/Vínculo com Autuado:	Assinatura do Autuado/Representante Legal: <u>Envio por Carta Registrada</u>				



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE – SISEMA
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH



1. AUTO DE FISCALIZAÇÃO: Nº **65454** /20**20** Folha 1/3

2. AGENDAS: 01 ☒ FEAM 02 ☒ IEF 03 ☐ IGAM Hora: **16:37** Dia: **38** Mês: **05** Ano: **2020**

3. Motivação: ☒ Denúncia ☐ Ministério Público ☐ Poder Judiciário ☐ Operações Especiais do CGFAI ☐ SUPRAM ☐ COPAM/GRH ☐ Rotina

4. Finalidade
FEAM: ☐ Condicionantes ☐ Licenciamento ☐ AAF ☐ Emergência Ambiental ☐ Acompanhamento de projeto ☐ Outros
IEF: ☐ Fauna ☐ Pesca ☐ DAIA ☐ Reserva Legal ☐ DCC ☐ APP ☐ Danos em áreas protegidas ☐ Outros
IGAM: ☐ Outorga ☐ Outros

5. Identificação
01. Atividade: **Lavra a céu aberto - minério de ferro** 02. Código: **A-02-03-8** 03. Classe: **3** 04. Porte: **médio**
05. Processo nº: 06. Órgão: 07. ☐ Não possui processo
08. ☒ Nome do Fiscalizado: **Porto Log Transportes e Logística LTDA** 09. ☐ CPF 10. ☒ CNPJ: **10.952.274/0001-34**
11. RG: 12. CNH-UF: 13. ☐ RGP ☐ Tit. Eleitoral
14. Placa do veículo - UF: 15. RENAVAM: 16. Nº e tipo do documento ambiental
17. Nome Fantasia (Pessoa Jurídica): 18. Inscrição Estadual - UF
19. Endereço do Fiscalizado - Correspondência: **Rua, Avenida, Rodovia, Fazenda, etc.** 20. Nº / KM: **38** 21. Complemento
Rodovia MG 030
22. Bairro/Logradouro: **Laborada** 22. Município: **Rio Acima** 24. UF: **MG**
25. CEP: **31431010** 26. Cx Postal: 27. Fone: () - - - - - 28. E-mail:

6. Local da Fiscalização
01. Endereço: **Rua, Avenida, Rodovia, Fazenda, etc.**
Acesso a estrada velha de Nova Lima
02. Nº / KM: 03. Complemento: 04. Bairro/Logradouro/Distrito/Localidade
05. Município: **Sabará** 06. CEP: - - - - - 07. Fone: () - - - - -
08. Referência do local:

Geográficas DATUM: ☒ SAD 69 ☐ Córrego Alegre
Latitude: Grau: **-19** Minuto: **55** Segundo: **37,5**
Longitude: Grau: **-43** Minuto: **52** Segundo: **109**
Planas UTM FUSO: 22 23 24 X= - - - - - (6 dígitos) Y= - - - - - (7 dígitos)

10. Croqui de acesso

07. 01. Assinatura do Agente Fiscalizador: **[Assinatura]** 02. Assinatura do Fiscalizado: **Ennio por Cortes Registrado**

CONTINUAÇÃO DO AUTO DE FISCALIZAÇÃO: Nº 65454/2020

Folha 1/3

Em ação conjunta com militares da 1ª CIA PM MAMB, realizou-se, em 11/05/2020, diligência à área indicada na denúncia de nº 86.699, onde foi observada a existência de uma frente de trabalho equipada com escavadeiras utilizadas nas operações de corte do relevo e carregamento de caminhões que transportavam o material retirado (rocha e solo) por um trajeto de cerca de 6 km até a unidade de tratamento de minérios da empresa Fleurs Global Mineração Ltda. A seguir serão apresentadas maiores informações sobre as duas áreas vistoriadas.

Sobre a primeira área (Referência geográfica: 19° 55' 38,5" S e 43° 52' 10,9" O/ datum horizontal WGS84)

Está localizada no município de Sabará (próxima ao limite com o município de Belo Horizonte), em porção da Serra do Curral na vertente voltada para o município de Belo Horizonte, em região geológica do supergrupo Minas.

Segundo o sistema SIGMINE, da Agência Nacional de Mineração, foi constatado que a área explorada encontra-se inserida nos limites das poligonais do Processo nº 832.156/2005 (titularidade: Mineração e Dragagem Boa Vista Ltda. ME; substância: minério de ferro; área: 34,49 hectares; fase atual: direito de requerer a lavra). Para este processo, foi constatada a existência da Guia de Utilização nº 01/2020, que autoriza a retirada de 300.000 toneladas de minério de ferro por ano. É informado que a validade desta guia está condicionada ao acompanhamento de uma Certidão de Dispensa de Licenciamento Ambiental emitida pela SUPRAM CM, a qual consta haver sido apresentada, mas cujo teor não se encontrava disponível para usuários externos. Todavia, após consulta aos sistemas eletrônicos de licenciamento ambiental do órgão estadual, não foi encontrada alguma Certidão de Dispensa de Licenciamento Ambiental para lavra mineral associada ao título de nº 832.156/2005.

Complementarmente, realizou-se consulta ao Sistema de Licenciamento Ambiental – SLA e constatou-se existir uma solicitação na SUPRAM CM datada de 14/05/2020, para licenciamento ambiental na modalidade LAS-RAS, para a empresa Mineração e Dragagem Boa Vista Ltda. (CNPJ: 65.109.944/0001-47) tendo como atividade lavra a céu aberto – minério de ferro, associado ao processo mineral de nº 832.156/2005 da Agência Nacional de Mineração – ANM. A solicitação está pendente de envio de documentação, o que impede a formalização do processo administrativo no órgão ambiental.

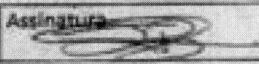
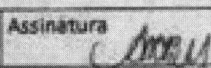
Na vistoria, foi percebido nos trechos escavados material terroso remanescente com teores aparentes de minério de ferro, principalmente na porção superior de taludes, caracterizados pela coloração acinzentada, bem como no restante das áreas o tipo de solo encontrado era fortemente avermelhado. Já na porção do terreno não explorada, imediatamente limítrofe, no trecho superior da encosta, notou-se a existência de trechos com ocorrência de canga laterítica ferruginosa, sendo que nestes, como esperado, percebeu-se materiais com teores evidentes de ferro, contendo rochas com coloração, peso e somido característico quando entre chocadas.

A extensão da área explorada foi determinada após a vistoria realizada, sendo aferida em 6,15 hectares, com base na imagem do satélite Sentinel-2 datada de 08/05/2020, mediante utilização de recursos de geoprocessamento da plataforma LandVier, bem como mediante a utilização de pontos de coordenadas geográficas coletados *in loco*.

PÁGINA 1/6

8. Relatório Sucinto

9. Assinaturas

01. Servidor (Nome legível) Julio Cesar Borges Belico	MASP 1.395.830-1	Assinatura 
Orgão <input checked="" type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
02. Servidor (Nome legível) Anderson Henrique Borges Mendes	MASP 1.372.768-0	Assinatura 
Orgão <input checked="" type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
03. Servidor (Nome legível)	MASP	Assinatura
Orgão <input type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
Recebi a 1ª via deste Auto de Fiscalização		
04. Fiscalizado / Representante do Fiscalizado (Nome legível) Porto Log Transportes e Logística Ltda.	Função / Vínculo com o Empreendimento	
Assinatura		

CONTINUAÇÃO DO AUTO DE FISCALIZAÇÃO: Nº 65454/2020

Folha 1/3

8. Relatório Sucinto

1 - Determinação da vegetação nativa suprimida. Na vistoria, observou-se a vegetação remanescente no entorno:

Na parcela de vegetação remanescente à oeste, na lateral da área explorada, em trechos de baixa e meia encosta, percebeu-se a existência de terreno antropizado, contendo predomínio de vegetação exótica de *Melinis minutiflora* (capim gordura) com eventuais espécimes arbóreos esparsos, característicos de vegetação savânica, em quantidade que poderia enquadrar a sua supressão nos critérios de limpeza de área, dispostos no Art. 1º da Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 1905 de 2013, todavia, não poderia ocorrer a alteração do uso do solo no local.

Na parcela de vegetação remanescente à leste, na lateral da área explorada, em trechos de baixa e meia encosta, percebeu-se que, embora também impactada com a invasão de *Melinis minutiflora*, na área ocorre uma densidade maior de indivíduos arbóreos, característicos do bioma Cerrado, sendo a fitofisionomia da vegetação definida como Campo Sujo. Em consulta posterior a imagens de satélite, percebeu-se que, na realidade, tal trecho continha as mesmas feições de vegetação outrora existentes na área explorada, em contrário de sua porção à oeste.

Já na parcela de vegetação remanescente ao sul, topograficamente acima da área explorada, em trechos na porção superior da encosta, percebeu-se a ocorrência de formação geológica de canga laterítica ferruginosa, nodular em sua maior fração, em área a qual, embora também impactada com a invasão de *Melinis minutiflora*, presenciou-se a ocorrência de vegetação nativa rupícula característica deste tipo de formação ferrífera, sendo percebidos exemplares de *Melastomataceae* (*Tibouchina heteromalla*, *Leandra* sp., etc.), *Malpighiaceae* (*Peixotoa tomentosa*), *Asteraceae*, e grande quantidade de exemplares de uma *Cactaceae* endêmica de campos rupestres ferruginosos de Minas Gerais, a qual atualmente se encontra ameaçada de extinção (categoria: criticamente em perigo – Listas Vermelhas das Espécies da Fauna e da Flora Ameaçada de Extinção em Minas Gerais – Fundação Biodiversitas, 2008), o cactus *Arthrocereus glaziovii*, cujos diversos exemplares apresentavam variação fenotípica distinta, fato característico da espécie conforme demonstra literatura, contendo cladódios bem mais alongados.


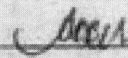
Deste modo, como foi percebido que a exploração mineral atingiu tais áreas, onde existia a mesma formação fitofisionômica de Campos Rupestres Ferruginosos, em razão de danos ocasionados a espécies ameaçadas de extinção (Art. 53 da Lei Federal nº 9605 de 1998), todas as autuações realizadas terão seu valor base acrescido em 30%, conforme preceitua o Decreto Estadual nº 47383 de 2018 em seu Art. 85, inciso II, alínea e.

Obs: o Jardim Botânico de Belo Horizonte realiza projetos de pesquisa e conservação de tal espécie. A visitação a uma crista da Serra do Curral foi interrompida em 2017, quando fora encontrada.

Posteriormente à vistoria, determinou-se a extensão das áreas de vegetação nativa suprimidas, sendo aferidas com base no polígono que demarca a área explorada (item 1 deste auto) sobreposto às imagens de satélite da plataforma Google Earth Pro (de melhor resolução espacial, de 09/10/2018), determinando-se em seguida os trechos do terreno explorado que continham as mesmas feições dos fragmentos remanescentes de Campos Rupestres Ferruginosos (em cangas lateríticas) e de Campo Sujo, percebidos *in loco*. Deste modo, obteve-se à extensão de 4.570 m² de vegetação nativa da fitofisionomia de Campo Rupestre Ferruginoso e 4,61 hectares de vegetação nativa da fitofisionomia de Campo Sujo suprimidos sem autorização do órgão ambiental competente

PÁGINA 2/6

9. Assinaturas

01. Servidor (Nome legível) Julio Cesar Borges Belico	MASP 1.395.830-1	Assinatura 
Orgão <input checked="" type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
02. Servidor (Nome legível) Anderson Henrique Borges Mendes	MASP 1.372.768-0	Assinatura 
Orgão <input checked="" type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
03. Servidor (Nome legível)	MASP	Assinatura
Orgão <input type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
Recebi a 1ª via deste Auto de Fiscalização		
04. Fiscalizado / Representante do Fiscalizado (Nome legível) Porto Log Transportes e Logística Ltda.	Função / Vínculo com o Empreendimento	
Assinatura		

CONTINUAÇÃO DO AUTO DE FISCALIZAÇÃO: Nº 65454/2020

Folha 1/3

2 - Danos a unidade de conservação: segundo a plataforma IDE-SISEMA, as áreas suprimidas de Campo Rupestre Ferruginoso e de Campo Cerrado se encontram parcialmente inseridas dentro dos limites de unidade de conservação de uso sustentável (Área de Proteção Ambiental Sul RMBH). Ademais, estão inseridas dentro das zonas de amortecimento de unidades de conservação de proteção integral (Parque Estadual da Serra do Rola Moça, Parque Estadual da Baleia e Parque Municipal Mangabeiras). Deste modo, em razão de danos ocasionados a unidades de conservação (Art. 40 da Lei Federal nº 9605 de 1998), todas as autuações tiveram seu valor base acrescido em mais 30%, conforme preceitua o Decreto Estadual nº 47383/2018 em seu Art. 85, inciso II, alínea c.

3 - **Documentação apresentada:** durante a vistoria, percebeu-se uma placa situada na entrada da área, contendo os símbolos do CREA, IBAMA e SEMAD, dispondo um suposto número de licença ambiental (2020.01.01.003.0004/072) em nome de Valefort Comércio e Transporte Ltda. (CNPJ: 20.982.829/0001-44). Em consulta ao sistema SIAM, não foi encontrada licença ambiental em nome da empresa, apenas um processo para obtenção de uma licença (20702/2015/001/2017), relativo a extração de areia e cascalho para uso na construção civil, no município de Belo Vale, o qual foi arquivado em 31/10/2018. Já em consulta ao sistema SLA, percebeu-se que a numeração disposta na placa é, na realidade, referente a uma Certidão de Dispensa de Licenciamento Ambiental, obtida em procedimento declaratório realizado pelo Sr. Jaime Eduardo Fonseca [REDACTED]

Na ocasião, o responsável da empresa Valefort Comércio e Transporte Ltda. que se encontrava no local, o Sr. Jamis Prado de Oliveira Junior ([REDACTED]) alegou que se tratava de uma obra de terraplanagem para a construção de galpões. Nos apresentou a Certidão de Dispensa de Licenciamento Ambiental sobredita, emitida em 03/02/2020 (Chave de acesso: 4F-31-84-70), a qual citava que a atividade exercida seria, *ipsis litteris*: "OBRAS DE TERRAPLANAGEM PREVISTO EM PROJETO, GARAGEM DE MAQUINAS E CAMINHOÊS".

Também nos apresentou um recibo de inscrição de uma propriedade no Cadastro Ambiental Rural (CAR), inscrita sob a matrícula MG-3156700-E401FB67E6214ADE9AE821CB7629D3C0, cujo proprietário é Associação de Promoção Humana Divina Providência (CNPJ: 00.981.069/0001-43), e que perfaz área de 14,0 hectares. Em posterior consulta à plataforma CAR, percebeu-se que, na realidade, tal propriedade contempla uma pequena fração à nordeste da área explorada, não estando o seu restante inserido em qualquer propriedade cadastrada.

Todavia, a propriedade que não está cadastrada no CAR, e que perfaz o restante e a maior parte do trecho explorado, se revela em outra documentação apresentada, um Contrato de Locação, no qual a instituição Assembleia dos Santos (CNPJ: 18.209.817/0001-30), proprietária da "Fazenda Monte Santo da Benção", registrada no cartório de Sabará sob a matrícula nº 61.001, arrenda a propriedade em questão para a empresa Valefort Comércio e Transporte Ltda., já citada neste auto, e para a Sra. Diana Moraes Aleluia Prado ([REDACTED])



4 - **Sondagens:** durante a vistoria, presenciou-se a três sondagens em ocorrência para determinação de potencial mineral, mediante perfuração com maquinário e retirada de corpo de prova, estando duas delas inseridas dentro da área explorada (19° 55' 36,5" S e 43° 52' 13,1" O / 19° 55' 36,4" S e 43° 52' 11,1" O) e a outra em trecho de canga ferruginosa remanescente próximo, situado acima no terreno (19° 55' 41,6" S e 43° 52' 16,5" O).

Os funcionários encarregados de tais funções utilizavam uniforme da empresa Sondatech Engenharia e Soluções Ltda. (CNPJ: 22.134.205/0001-00), e estão caracterizados como os envolvidos nº 15, 16, 17 e 18 no Boletim de Ocorrência REDS 2020-022427198-001.

PÁGINA 3/6

8. Relatório Sucinto

9. Assinaturas

01. Servidor (Nome legível) Julio Cesar Borges Belico	MASP 1.395.830-1	Assinatura 
Orgão <input checked="" type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
02. Servidor (Nome legível) Anderson Henrique Borges Mendes	MASP 1.372.768-0	Assinatura 
Orgão <input checked="" type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
03. Servidor (Nome legível)	MASP	Assinatura
Orgão <input type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
Recebi a 1ª via deste Auto de Fiscalização		
04. Fiscalizado / Representante do Fiscalizado (Nome legível) Porto Log Transportes e Logística Ltda.	Função / Vínculo com o Empreendimento	
Assinatura		

CONTINUAÇÃO DO AUTO DE FISCALIZAÇÃO: Nº 65454/2020

Folha 1/3

Sobre a segunda área (referência geográfica: 19° 55' 48,0" S e 43° 50' 19,5" O / datum horizontal WGS84):

Trata-se do empreendimento Fleurs Global Mineração LTDA (CNPJ: 31.288.466/0001-97), no qual, em momentos anteriores e no interm da fiscalização da primeira área, equipes da Polícia Militar acompanharam caminhões carregados advindos desta última, que levavam o material retirado para o empreendimento.

Tal empreendimento atualmente opera por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com a SEMAD em 10/03/2020, o qual contempla a execução das seguintes atividades listadas na DN COPAM nº 217/2017, segundo a cláusula nº 1 do TAC:

A-05-02-0 – Unidade de Tratamento de Minerais – UTM com tratamento a úmido

A-05-01-0 – Unidade de Tratamento de Minerais – UTM com tratamento a seco

A-05-04-5 – Pilhas de rejeito/estéril.

Foi apresentado aos militares, e em seguida à equipe da DFISC CM, diversos Manifestos de Transporte de Resíduos (MTR's), gerados pela empresa Valefort Comércio e Transporte Ltda (CNPJ: 20.982.829/0001-44), contendo placas de veículos diversas, informando que os resíduos transportados tratavam-se de "Resíduos industriais Classe II – outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem".

São alguns MTR's apresentados: nº 2004132842, nº 2005006550, nº 2005021033, nº 2004107765, nº 2004134803.

Obs: durante a vistoria, em razão do pouco tempo disponível, realizou-se conferência em três itens do TAC sobredito, relacionados à utilização de recursos hídricos pelo empreendimento, sendo os itens de nº 14, 15 e 16, sendo constatado que seu cumprimento se encontra em conformidade com o que foi acordado no TAC.

Em consonância com o disposto no Art. 2º da Lei Federal nº 9605 de 1998, o empreendimento Porto Log Transportes e Logística Ltda. será autuado como corresponsável pelas infrações supracitadas.

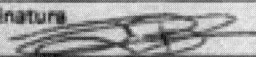
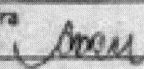
Em razão dos fatos percebidos, a extração mineral - lavra a céu aberto, minério de ferro - sem a devida licença (infração tipificada pelo código nº 106, do Decreto Estadual nº 47383/2018), foi lavrado o **Auto de Infração nº 227509/2020**. Em razão da supressão de vegetação nativa sem autorização (infração tipificada pelo código nº 301 do Decreto Estadual nº 47383/2018), ocorrendo danos a unidades de conservação e a espécie ameaçada de extinção, sendo lavrado o **Auto de Infração nº 211713/2020**.

O Auto de Infração nº 227509/2020 também contém a medida administrativa de apreensão dos veículos e máquinas flagrados na infração, de acordo com o disposto no Art. 89 do Decreto Estadual nº 47383/2018, bem como previamente imputado pelo Auto de Fiscalização nº 65451/2020. Segundo informado pelo Sr. Elton A. C. dos Santos J., proprietário, o contrato firmado se deu com uma frota de 32 caminhões, contudo, na ocasião não foi possível computar todos os que se encontravam nas áreas, sendo apreendidos dezesseis, bem como três retroescavadeiras de esteira que se encontravam trabalhando na expansão da lavra (primeira área). Cinco caminhões apreendidos foram encaminhados para a garagem do IGAM, sendo o restante permanecido sob guarda da empresa (fiel depositária) conforme será elencado a seguir.

PÁGINA 4/6

8. Relatório Sucinto

9. Assinaturas

01. Servidor (Nome legível) Julio Cesar Borges Belico	MASP 1.395.830-1	Assinatura 
Orgão <input checked="" type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
02. Servidor (Nome legível) Anderson Henrique Borges Mendes	MASP 1.372.788-0	Assinatura 
Orgão <input checked="" type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
03. Servidor (Nome legível)	MASP	Assinatura
Orgão <input type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
Recebi a 1ª via deste Auto de Fiscalização		
04. Fiscalizado / Representante do Fiscalizado (Nome legível) Porto Log Transportes e Logística Ltda.	Função / Vínculo com o Empreendimento	
Assinatura		

CONTINUAÇÃO DO AUTO DE FISCALIZAÇÃO: Nº 65454/2020

Folha 1/3

O Auto de Fiscalização nº 65451/2020, lavrado em 11/05/2020 e assinado pelo proprietário da Porto Log Transportes e Logística Ltda., já determinava a apreensão imediata dos equipamentos utilizados na infração, pertencentes à empresa, sendo informado no mesmo:

1) Apreensão de três escavadeiras de esteira que se encontravam trabalhando na porção superior da primeira área, na seção de encontro com o trecho de canga laterítica remanescente, ficando as mesmas estacionadas no local:

- Escavadeira de esteira de marca Volvo, modelo EC460BLC Prime – chassi VCEC460BV00015948
- Escavadeira de esteira de marca Caterpillar, modelo 336D – chassi CAT0336DTM4T00846*
- Escavadeira esteira de marca Caterpillar, modelo 336D – chassi 0336DEM4700584*

2) Apreensão de um caminhão que se encontrava carregado, também na primeira área, que teve um pneu traseiro rompido:

- Caminhão basculante marca Mercedes Benz, modelo Actros 4844 k8x4 – placa FRP2824

3) Apreensão e condução para um pátio da SEMAD ("garagem da Gameleira") de cinco caminhões basculantes carregados com material terroso retirado da primeira área, os quais adentraram o empreendimento Fleurs Global Mineração LTDA durante a vistoria, sendo:

- Caminhão basculante marca Mercedes Benz, modelo Actros 4844 k8x4, placa FRC 5071
- Caminhão basculante marca Mercedes Benz, modelo Actros 4844 k8x4, placa FUI 5920
- Caminhão basculante marca Mercedes Benz, modelo Actros 4844 k8x4, placa FTR 1495
- Caminhão basculante marca Mercedes Benz, modelo Actros 4844 k8x4, placa FUQ 1026
- Caminhão basculante marca Mercedes Benz, modelo Actros 4844 k8x4, placa FRK 5053

4) Apreensão e condução para um pátio da SEMAD ("garagem da Gameleira") de cinco caminhões basculantes carregados com material terroso retirado da primeira área, os quais adentraram o empreendimento Fleurs Global Mineração LTDA durante a vistoria, sendo:

- Caminhão basculante marca Mercedes Benz, modelo Actros 4844 k8x4, placa FRC 5071
- Caminhão basculante marca Mercedes Benz, modelo Actros 4844 k8x4, placa FUI 5920
- Caminhão basculante marca Mercedes Benz, modelo Actros 4844 k8x4, placa FTR 1495
- Caminhão basculante marca Mercedes Benz, modelo Actros 4844 k8x4, placa FUQ 1026

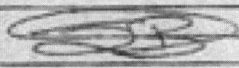
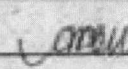
5) Apreensão de dez caminhões basculantes carregados com material terroso retirado da primeira área, os quais adentraram o empreendimento Fleurs Global Mineração LTDA durante a vistoria, sendo que os mesmos permaneceram na área do empreendimento sobredito, em razão da impossibilidade de transporte para as instalações da SEMAD:

- Caminhão basculante, de placa FSQ 2373
- Caminhão basculante, de placa FUG 1746
- Caminhão basculante, de placa FOP 0697
- Caminhão basculante, de placa OPL 3475

PÁGINA 5/6

8. Relatório Sucinto

9. Assinaturas

01. Servidor (Nome legível) Julio Cesar Borges Belico	MA SP 1.395.830-1	Assinatura 
Orgão <input checked="" type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
02. Servidor (Nome legível) Anderson Henrique Borges Mendes	MA SP 1.372.768-0	Assinatura 
Orgão <input checked="" type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
03. Servidor (Nome legível)	MA SP	Assinatura
Orgão <input type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
Recebi a 1ª via deste Auto de Fiscalização		
04. Fiscalizado / Representante do Fiscalizado (Nome legível) Porto Log Transportes e Logística Ltda.	Função / Vínculo com o Empreendimento	
Assinatura		

CONTINUAÇÃO DO AUTO DE FISCALIZAÇÃO: Nº 65454/2020

Folha 1/3

- Caminhão basculante, de placa OWZ 3325
- Caminhão basculante, de placa FSD 8438
- Caminhão basculante, de placa OOO 6G76
- Caminhão basculante, de placa OXC 5718
- Caminhão basculante, de placa FYI 9889
- Caminhão basculante, de placa FSR 3112

Obs.: as marcas e modelos dos caminhões supracitados serão caracterizadas em Boletim de Ocorrência policial, contendo, também, a valoração dos bens.

Tais equipamentos, à exceção da escavadeira de esteira de marca Volvo citada no item nº 1, bem como os cinco caminhões transportados para o pátio da SEMAD, ficaram nos locais supra caracterizados sob responsabilidade do Sr. Elton A. C. dos Santos Junior, fiel depositário, que, durante a vistoria realizada, alegou ser o proprietário das máquinas, as quais, segundo informado, foram locadas pela empresa Valefort Comércio e Transporte Ltda.


Em 08/05/2020, a empresa Porto Log Transportes e Logística Ltda foi notificada (Auto de Fiscalização nº 65451/2020) a apresentar, no prazo de um dia, fotos que comprovassem o estacionamento do maquinário apreendido que remanesceu na empresa Fleurs Global Mineração, em local distinguível e separado para tal, bem como do material que estava carregado pelos mesmos, estimado em volume aproximado de 140 m³. Como a notificação foi descumprida, foi acrescida ao Auto de Infração nº 227509/2020 a infração tipificada pelo código 102 do Decreto Estadual nº 47383/2018.

8. Relatório Sucinto

PÁGINA 6/6

9. Assinaturas

01. Servidor (Nome legível) Julio Cesar Borges Belico	MASP 1.395.830-1	Assinatura
Orgão <input checked="" type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
02. Servidor (Nome legível) Anderson Henrique Borges Mendes	MASP 1.372.768-0	Assinatura
Orgão <input checked="" type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
03. Servidor (Nome legível)	MASP	Assinatura
Orgão <input type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
Recebi a 1ª via deste Auto de Fiscalização		
04. Fiscalizado / Representante do Fiscalizado (Nome legível) Porto Log Transportes e Logística Ltda.	Função / Vínculo com o Empreendimento	
Assinatura		

 GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SISEMA Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH		1. AUTO DE INFRAÇÃO: nº 227509 / 2020								
		Lavrado em Substituição ao AI nº: / Vinculado ao: <input checked="" type="checkbox"/> Auto de Fiscalização nº 65454 de 19/05/2020 <input type="checkbox"/> Boletim de Ocorrência nº: de / /								
3. Órgão Responsável pela lavratura: <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IGAM <input type="checkbox"/> IEF <input checked="" type="checkbox"/> SUPRAM <input type="checkbox"/> SUFIS <input type="checkbox"/> PMMG <input type="checkbox"/> SUPRI		2. Auto de Infração possui folha de continuação? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO								
Local: Belo Horizonte Dia: 18 / 05 / 2020 Hora: 17:00										
4. Autuado	Nome do Autuado / Empreendimento: Porto Log Transportes e Logística Ltda									
	Data Nascimento: / / Nome da Mãe: / /									
	<input type="checkbox"/> CPF: <input checked="" type="checkbox"/> CNPJ: 10.952.574/0001-34 <input type="checkbox"/> Outros: / /									
	Endereço do Autuado / Empreendimento: (Correspondência) Rodovia MG-030 Nº/km: Km 38 Complemento: / /									
Bairro/Logradouro: Sabão		Município: Belo Horizonte	UF: MG							
CEP: 34300-000		Cx Postal: / /	Fone: () - / / E-mail: / /							
5. Outros Envolvidos/Responsáveis	Nome do 1º envolvido: Roberto Corrêa e Transportes Ltda		<input type="checkbox"/> CPF: <input checked="" type="checkbox"/> CNPJ: 20.993.919/0001-41 Vinculo com o AI nº: 227509/2020							
	Nome do 2º envolvido: Roberto Corrêa e Transportes Ltda		<input type="checkbox"/> CPF: <input checked="" type="checkbox"/> CNPJ: 10.952.574/0001-34 Vinculo com o AI nº: 227509/2020							
6. Descrição Infração	Opção alternativa aplicável ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem a devida licença ambiental.									
7. Coordenadas local da Infração	Geográficas: <input checked="" type="checkbox"/> WGS <input type="checkbox"/> SIRGAS 2000	Latitude: Graus - 19 Min 65 Seg 38,5	Longitude: Graus - 43 Min 52 Seg 10,9							
	Plano: UTM FUSO 22 23 24 X- (6 dígitos) Y- (7 dígitos)	Local: Causa à Poluição Hídrica de Nova Lima, município: Dolores								
8. Embasamento legal	Artigo: 412	Anexo: I	Código: 106 Inciso: - Alínea: - Decreto/ano: 44.383/19 Lei/ano: 13.402/06 Resolução: - DN: - Port. Nº: - Órgão: -							
9. Atenuantes/Agravantes	Atenuantes		Agravantes							
	Nº	Artigo/Parágr.	Inciso	Alínea	Redução	Nº	Artigo/Parágr.	Inciso	Alínea	Aumento
						1	85	II	c	30%
						2	85	II	e	30%
10. Reincidência		<input type="checkbox"/> Genérica <input type="checkbox"/> Específica <input checked="" type="checkbox"/> Não foi possível verificar <input type="checkbox"/> Não se aplica								
11. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP	Infração	Parte/Classe	Penalidade		Valor	<input checked="" type="checkbox"/> Acréscimo <input type="checkbox"/> Redução		Valor Total		
	1	3	<input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária		11.250,00	6.450,00		17.700,00		
	ERP:	Kg de pescado:	Valor ERP por Kg:		Total:					
	Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: /									
	Valor total das multas: 18.000,00 (dezoito mil e 000/100)									
No caso de advertência, o autuado possui o prazo de _____ dias para atender as recomendações constantes no campo 12, sob pena de conversão em multa simples no valor de /										
12. Demais penalidades/Recomendações/Observações	Foi suspensa a aplicação na auto autuada.									
	De acordo com o disposto no Art. 83 do Decreto Estadual nº 44.383/2019, ficam aplicadas 16 (dezesseis) multas simples baseadas em 3 (três) infrações constantes do auto, em nome do auto de fiscalização nº 65454/2020.									
13. Depositário	Nome Completo: Porto Log Transportes e Logística Ltda		<input type="checkbox"/> CPF: <input checked="" type="checkbox"/> CNPJ: 10.952.574/0001-34 <input type="checkbox"/> RG: / /							
	Endereço: Rua, Avenida, etc. Rodovia MG-030	Nº/km: Km 38	Bairro/Logradouro: Dolores	Município: Belo Horizonte						
UF: MG CEP: 34300-000		Fone: / /	Assinatura: Antifonça via Carta Registrada							
14. O AUTUADO TEM O PRAZO DE ATÉ 20 (Vinte) DIAS DO RECEBIMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO PARA PAGAMENTO DA MULTA OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA PARA NÃO CN, NO SEGUINTE ENDEREÇO: Rua Augusto Monto, nº 495, 2º andar, Centro, Belo Horizonte/MG CEP 30.150-030										
15. Assinaturas	01. Servidor: (Nome Legível) Anderson Mendes		MASP: 1372468-0		Assinatura do servidor: [Assinatura]					
	02. Autuado/Representante Autuado: (Nome Legível) Porto Log Transportes e Logística Ltda		Função/Vínculo com Autuado: / /		Assinatura do Autuado/Representante Legal: Antifonça via Carta Registrada					

CONTINUAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO: Nº 227809 2020

Local: <u>Pelo Dique</u>		Dia: <u>18</u>		Mês: <u>Maio</u>		Ano: <u>2020</u>		Hora: <u>14:40</u>			
1. Descrição da infração		<u>Ilusão de olinda ou de um por de uma espécie de peixe ordenado para fora de rede de pesca, que não rep. objeto de infração específica</u>									
2. Coordenadas da infração		Geográficas:		DATUM: <input checked="" type="checkbox"/> WGS <input type="checkbox"/> SIRGAS 2000		Latitude: Grau Min. Seg. (6 dígitos)		Longitude: Grau Min. Seg. (7 dígitos)			
		Plataas UTM		FUSO 22 23 24		X=		Y=			
3. Embasamento legal		Artigo	Anexo	Código	Inciso	Alínea	Decreto/ano	Lei / ano	Resolução		
		<u>112</u>	<u>I</u>	<u>102</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>46383/18</u>	<u>1440/80</u>	<u>-</u>		
4. Atenuantes / Agravantes		Atenuantes					Agravantes				
		Nº	Artigo/Pará.	Inciso	Alínea	Redução	Nº	Artigo/Pará.	Inciso	Alínea	Aumento
							<u>1</u>	<u>85</u>	<u>II</u>	<u>0</u>	<u>30%</u>
							<u>2</u>	<u>85</u>	<u>II</u>	<u>0</u>	<u>30%</u>
5. Reincidência		<input type="checkbox"/> Genérica <input type="checkbox"/> Específica <input checked="" type="checkbox"/> Não foi possível verificar <input type="checkbox"/> Não se aplica									
6. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP		Infração	Parte	Penalidade			Valor	<input checked="" type="checkbox"/> Acréscimo <input type="checkbox"/> Redução	Valor Total		
		<u>2</u>	<u>3</u>	<input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária			<u>2.250,00</u>				
		ERP:		Kg de pescado:			Valor ERP por Kg: R\$	Total: R\$			
		Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$:									
		Valor total das multas: R\$:									
		<u>3.600,00</u>									
		No caso de advertência, o autuado possui o prazo de dias para atender as recomendações constantes no campo 7, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$:									
7. Demais penalidades/ Recomendações/ Observações											
8. Depositário		Nome Completo:						<input type="checkbox"/> CPF:	<input type="checkbox"/> CNPJ:	<input type="checkbox"/> RG:	
		Endereço: Rua, Avenida, etc.						Nº / km:	Bairro / Logradouro:	Município:	
		UF:	CEP:	Fone:		Assinatura:					
9. Descrição da infração											
10. Coordenadas da infração		Geográficas:		DATUM: <input checked="" type="checkbox"/> WGS <input type="checkbox"/> SIRGAS 2000		Latitude: Grau Min. Seg. (6 dígitos)		Longitude: Grau Min. Seg. (7 dígitos)			
		Plataas UTM		FUSO 22 23 24		X=		Y=			
11. Embasamento legal		Artigo	Anexo	Código	Inciso	Alínea	Decreto/ano	Lei / ano	Resolução		
12. Atenuantes / Agravantes		Atenuantes					Agravantes				
		Nº	Artigo/Pará.	Inciso	Alínea	Redução	Nº	Artigo/Pará.	Inciso	Alínea	Aumento
13. Reincidência		<input type="checkbox"/> Genérica <input type="checkbox"/> Específica <input type="checkbox"/> Não foi possível verificar <input type="checkbox"/> Não se aplica									
14. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP		Infração	Parte	Penalidade			Valor	<input type="checkbox"/> Acréscimo <input type="checkbox"/> Redução	Valor Total		
				<input type="checkbox"/> Advertência <input type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária							
		ERP:		Kg de pescado:			Valor ERP por Kg: R\$	Total: R\$			
		Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$:									
		Valor total das multas: R\$:									
		No caso de advertência, o autuado possui o prazo de dias para atender as recomendações constantes no campo 15, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$:									
15. Demais penalidades/ Recomendações/ Observações											
16. Depositário		Nome Completo:						<input type="checkbox"/> CPF:	<input type="checkbox"/> CNPJ:	<input type="checkbox"/> RG:	
		Endereço: Rua, Avenida, etc.						Nº / km:	Bairro / Logradouro:	Município:	
		UF:	CEP:	Fone:		Assinatura:					
17. Servidor (Nome Legível)		MASP: <u>1382468-0</u>						Assinatura do servidor:			
Assinatura do Autuado/Representante Legal:		Assinatura do Autuado/Representante Legal:									

 <p>GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SISEMA Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH</p> <p>  </p>		1. AUTO DE INFRAÇÃO: nº 211713 / 2020							
		Lavrado em Substituição ao AI nº: 1 Vinculado ao: <input checked="" type="checkbox"/> Auto de Fiscalização nº 65454 de 18/03/2020 <input type="checkbox"/> Boletim de Ocorrência nº: de / /							
3. Órgão Responsável pela lavratura:		Local: Belo Horizonte							
<input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IGAM <input type="checkbox"/> IEF <input checked="" type="checkbox"/> SUPRAM <input type="checkbox"/> SUPS <input type="checkbox"/> PMMO <input type="checkbox"/> SUPRI		Dia: 18 / 05 / 2020 Hora: 12:30							
4. Autuado	Nome do Autuado/ Empreendimento: <u>Porto Log Transport e Logística LTDA</u>								
	Data Nascimento: _____ Nome da Mãe: _____								
	<input type="checkbox"/> CPF: <input checked="" type="checkbox"/> CNPJ: <u>10.952.274/0001-34</u> <input type="checkbox"/> Outros: _____								
	Endereço do Autuado/ Empreendimento: (Correspondência) <u>Rodovia MG 030</u> Nº. / km: <u>38</u> Complemento: _____								
Bairro/Logradouro: <u>Laborador</u>		Município: <u>Rio Acima</u> UF: <u>MG</u>							
CEP: <u>34300-000</u>		Cx Postal: _____ Fone: () _____ E-mail: _____							
5. Outros Envolvidos/ Responsáveis	Nome do 1º envolvido: <u>Volteir Gomes e Transporte LTDA</u> <input type="checkbox"/> CPF: <input checked="" type="checkbox"/> CNPJ: <u>20.982.329/0001-44</u> Vínculo com o AI Nº: <u>211711/2020</u>								
	Nome do 2º envolvido: <u>Assessoria dos Sentos</u> <input type="checkbox"/> CPF: <input checked="" type="checkbox"/> CNPJ: <u>28.229.812/0001-30</u> Vínculo com o AI Nº: <u>211712/2020</u>								
6. Descrição Infração	<u>Desmatamento de vegetação nativa da fitofisionomia Campo Cerrado em área de 4,61 hectares e da fitofisionomia Campo Rupestre Ferruginosa em área de 0,452 hectares.</u>								
7. Coordenadas da Infração	Geográficas: <input checked="" type="checkbox"/> WGS <input type="checkbox"/> SIRGAS 2000	Latitude: Grau <u>19</u> Min <u>55</u> Seg <u>35,5</u>	Longitude: Grau <u>48</u> Min <u>52</u> Seg <u>10,9</u>						
	Plano: UTM FUSO 22 23 24	X= _____ (6 dígitos)	Y= _____ (7 dígitos)						
8. Embasamento legal	Artigo	Acção	Código						
	<u>412</u>	<u>111</u>	<u>301</u>						
9. Atenuantes / Agravantes	Atenuantes				Agravantes				
	Nº	Artigo/Parágr.	Inciso	Alínea	Redução	Nº	Artigo/Parágr.	Inciso	Alínea
						<u>1</u>	<u>35</u>	<u>II</u>	<u>c</u>
10. Reincidência	<input type="checkbox"/> Genérica <input type="checkbox"/> Específica <input checked="" type="checkbox"/> Não foi possível verificar <input type="checkbox"/> Não se aplica								
11. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP	Infração	Parte	Penalidade	Valor	<input checked="" type="checkbox"/> Acréscimo <input type="checkbox"/> Redução	Valor Total			
			<input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária	<u>9000 Ufeng</u>	<u>2700 Ufeng</u>	<u>11.700</u>			
	ERP:	Kg de pescado:	Valor ERP por Kg:	Total: <u>Ufeng</u>					
	Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: _____								
Valor total das multas: <u>11.700 Ufeng (onze mil e setecentas Ufeng)</u>									
No caso de advertência, o autuado possui o prazo de _____ dias para atender as recomendações constantes no campo 12, sob pena de conversão em multa simples no valor de _____									
12. Demais penalidades/ Recomendações/ Observações	<u>① Foi acordado o agravante de danos a espécie ameaçada de extinção, conforme auto de fiscalização. Em razão da atenuação do cod. 301, não foi aplicada o agravante de danos a unidades de conservação. ② Ficam suspensas as atividades no local.</u>								
13. Depositário	Nome Completo: _____			<input type="checkbox"/> CPF: _____	<input type="checkbox"/> CNPJ: _____	<input type="checkbox"/> RG: _____			
	Endereço: Rua, Avenida, etc. _____			Nº / km: _____	Bairro / Logradouro: _____	Município: _____			
	UF: _____	CEP: _____	Fone: _____	Assinatura: _____					
14. O AUTUADO TEM O PRAZO DE ATÉ 20 (VINTE) DIAS DO RECEBIMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO PARA PAGAMENTO DA MULTA OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA PARA <u>NÃO CM</u> NO SEQUINTE ENDEREÇO: <u>R. Espírito Santo nº 495, 5º andar, Centro, Belo Horizonte - MG</u> CEP: <u>30160-030</u>									
15. Assinaturas	01. Servidor: (Nome Legível) <u>Silvia Belica</u>		MAEP: <u>1395830-1</u>		Assinatura do servidor: _____				
	02. Autuado/Representante Autuado: (Nome Legível) <u>Porto Log Transport e Logística LTDA</u>		Função/Vínculo com Autuado: _____		Assinatura do Autuado/Representante Legal: <u>Envio por Carta Registrada</u>				

Local: Belo Horizonte Data: 18 / 05 / 2020 Hora: 18:40

CONTINUAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 21733 / 7822

I. Descrição Infração

Existem o rendimento lentoso obtido do suprimento de 4,6l/heterno de registro no livro de fiscalização campo cerrado, obtido em 70,85 m³ de lenha segundo o Tabela B-06.

2. Coordenadas da Infração

Geográficas: ☒ DATUM ☐ WGS ☐ SIRGAS 2000 FUSO 22 23 24 Lâmina: 55 Grau - 19 Min. 55 Seg. 53,5 Longitude: 52 Grau - 43 Min. 52 Seg. 10,9 Plano: UTM 111 302 1 0 473833/18 20922/13

3. Embasamento legal

Artigo 112 Anexo 1 Código 302 Inciso 1 Alínea 1 Decretano 473833/18 Lei / ano 20922/13 Resolução DN Port. Nº Orgão

4. Agravantes

Nº	Artigo/Pará.	Inciso	Alínea	Redução	Aumento
1	85	II	C	30%	
2	85	II	e	30%	

5. Sanções

☐ Cautela ☐ Repreção ☐ Não foi possível verificar ☐ Não se aplica

6. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa)

Infração Porto Penalidade Valor ☐ Advertência ☒ Multa Simples ☐ Multa Dupla Valor EIP por Kg: R\$ Total: R\$

80 x 76,85 = 6147,90

Valor total das multas: R\$ 6147,90 (seis mil cento e quarenta e sete reais e noventa centavos)

No caso de advertência, o autuado possui o prazo de _____ dias para atender as recomendações constantes no campo 7, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$: _____

7. Domicílio

penalidades/ recomendações/ observações

8. Depoimento

Nome Completo: _____ CPF: _____ Endereço: Rua, Avenida, etc. Nº / km: _____ Bairro / Logradouro: _____ Município: _____ UF: _____

9. Descrição Infração

10. Coordenadas da Infração

Geográficas: ☐ DATUM ☐ WGS ☐ SIRGAS 2000 FUSO 22 23 24 Lâmina: 55 Grau - 19 Min. 55 Seg. 53,5 Longitude: 52 Grau - 43 Min. 52 Seg. 10,9 Plano: UTM 111 302 1 0 473833/18 20922/13

11. Embasamento legal

Artigo 112 Anexo 1 Código 302 Inciso 1 Alínea 1 Decretano 473833/18 Lei / ano 20922/13 Resolução DN Port. Nº Orgão

12. Agravantes

Nº	Artigo/Pará.	Inciso	Alínea	Redução	Aumento
1	85	II	C	30%	
2	85	II	e	30%	

13. Sanções

☐ Cautela ☐ Repreção ☐ Não foi possível verificar ☐ Não se aplica

14. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa)

Infração Porto Penalidade Valor ☐ Advertência ☒ Multa Simples ☐ Multa Dupla Valor EIP por Kg: R\$ Total: R\$

80 x 76,85 = 6147,90

Valor total das multas: R\$ 6147,90 (seis mil cento e quarenta e sete reais e noventa centavos)

No caso de advertência, o autuado possui o prazo de _____ dias para atender as recomendações constantes no campo 15, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$: _____

15. Domicílio

penalidades/ recomendações/ observações

16. Depoimento

Nome Completo: _____ CPF: _____ Endereço: Rua, Avenida, etc. Nº / km: _____ Bairro / Logradouro: _____ Município: _____ UF: _____

17. Coordenadas da Infração

Geográficas: ☐ DATUM ☐ WGS ☐ SIRGAS 2000 FUSO 22 23 24 Lâmina: 55 Grau - 19 Min. 55 Seg. 53,5 Longitude: 52 Grau - 43 Min. 52 Seg. 10,9 Plano: UTM 111 302 1 0 473833/18 20922/13

18. Embasamento legal

Artigo 112 Anexo 1 Código 302 Inciso 1 Alínea 1 Decretano 473833/18 Lei / ano 20922/13 Resolução DN Port. Nº Orgão

19. Agravantes

Nº	Artigo/Pará.	Inciso	Alínea	Redução	Aumento
1	85	II	C	30%	
2	85	II	e	30%	

20. Sanções

☐ Cautela ☐ Repreção ☐ Não foi possível verificar ☐ Não se aplica

21. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa)

Infração Porto Penalidade Valor ☐ Advertência ☒ Multa Simples ☐ Multa Dupla Valor EIP por Kg: R\$ Total: R\$

80 x 76,85 = 6147,90

Valor total das multas: R\$ 6147,90 (seis mil cento e quarenta e sete reais e noventa centavos)

No caso de advertência, o autuado possui o prazo de _____ dias para atender as recomendações constantes no campo 22, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$: _____

22. Domicílio

penalidades/ recomendações/ observações

23. Depoimento

Nome Completo: _____ CPF: _____ Endereço: Rua, Avenida, etc. Nº / km: _____ Bairro / Logradouro: _____ Município: _____ UF: _____

24. Coordenadas da Infração

Geográficas: ☐ DATUM ☐ WGS ☐ SIRGAS 2000 FUSO 22 23 24 Lâmina: 55 Grau - 19 Min. 55 Seg. 53,5 Longitude: 52 Grau - 43 Min. 52 Seg. 10,9 Plano: UTM 111 302 1 0 473833/18 20922/13

25. Embasamento legal

Artigo 112 Anexo 1 Código 302 Inciso 1 Alínea 1 Decretano 473833/18 Lei / ano 20922/13 Resolução DN Port. Nº Orgão

26. Agravantes

Nº	Artigo/Pará.	Inciso	Alínea	Redução	Aumento
1	85	II	C	30%	
2	85	II	e	30%	

27. Sanções

☐ Cautela ☐ Repreção ☐ Não foi possível verificar ☐ Não se aplica

28. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa)

Infração Porto Penalidade Valor ☐ Advertência ☒ Multa Simples ☐ Multa Dupla Valor EIP por Kg: R\$ Total: R\$

80 x 76,85 = 6147,90

Valor total das multas: R\$ 6147,90 (seis mil cento e quarenta e sete reais e noventa centavos)

No caso de advertência, o autuado possui o prazo de _____ dias para atender as recomendações constantes no campo 29, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$: _____

29. Domicílio

penalidades/ recomendações/ observações

30. Depoimento

Nome Completo: _____ CPF: _____ Endereço: Rua, Avenida, etc. Nº / km: _____ Bairro / Logradouro: _____ Município: _____ UF: _____

31. Coordenadas da Infração

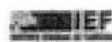
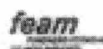
Geográficas: ☐ DATUM ☐ WGS ☐ SIRGAS 2000 FUSO 22 23 24 Lâmina: 55 Grau - 19 Min. 55 Seg. 53,5 Longitude: 52 Grau - 43 Min. 52 Seg. 10,9 Plano: UTM 111 302 1 0 473833/18 20922/13

32. Embasamento legal

Artigo 112 Anexo 1 Código 302 Inciso 1 Al



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE – SISEMA
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH



1. AUTO DE FISCALIZAÇÃO: Nº **65452** /20 **20** Folha 1/3

2. AGENDAS: 01 ☒ FEAM 02 ☒ IEF 03 ☐ IGAM Hora: **16:15** Dia: **18** Mês: **05** Ano: **2020**

3. Motivação: ☒ Denúncia ☐ Ministério Público ☐ Poder Judiciário ☐ Operações Especiais do CGFAI ☐ SUPRAM ☐ COPAM/CRH ☐ Rotina

4. Finalidade
FEAM: ☐ Condicionantes ☐ Licenciamento ☐ AAF ☐ Emergência Ambiental ☐ Acompanhamento de projeto ☐ Outros
IEF: ☐ Fauna ☐ Pesca ☐ DAIA ☐ Reserva Legal ☐ DCC ☐ APP ☐ Danos em áreas protegidas ☐ Outros
IGAM: ☐ Outorga ☐ Outros

5. Identificação
01. Atividade: **A-02-03-8 - Lavagem a céu aberto - min. ferro** 02. Código: **A-02-03-8** 03. Classe: **3** 04. Porte: **medio**
05. Processo nº: 06. Órgão: 07. ☐ Não possui processo
08. ☒ Nome do Fiscalizado: **Valfort Comércio e Transporte LTDA** 09. ☐ CPF 10. ☒ CNPJ: **20952529/0001-44**
11. RG: 12. CNH-UF: 13. ☐ RGP ☐ Tit. Eleitoral
14. Placa do veículo - UF: 15. RENAVAM: 16. Nº e tipo do documento ambiental
17. Nome Fantasia (Pessoa Jurídica): 18. Inscrição Estadual - UF
19. Endereço do Fiscalizado - Correspondência: **Rua Avenida, Rodevia** 20. Nº. / KM: **35** 21. Complemento
Rua Basilio de Faria
22. Bairro/Logradouro: **Niterói** 22. Município: **Belo Vale** 24. UF: **MG**
25. CEP: **315.417-13** 26. Cx Postal: 27. Fone: () - - - - - 28. E-mail

6. Local da Fiscalização
01. Endereço: **Rua Avenida, Rodevia, Fazenda, etc.**
Acima da estrada velha de Nova Lima
02. Nº. / KM: 03. Complemento: 04. Bairro/Logradouro/Distrito/Localidade
05. Município: **Silva** 06. CEP: () - - - - - 07. Fone: () - - - - -
08. Referência do local
Geográficas: DATUM ☒ WGS 84 ☐ SAD 69 ☐ Córrego Alegre
Latitude: Grau: **19** Minuto: **55** Segundo: **38,5**
Longitude: Grau: **43** Minuto: **52** Segundo: **10,9**
Planas UTM: FUSO: 22 23 24 X= (6 dígitos) Y= (7 dígitos)

10. Croqui de acesso

01. Assinatura do Agente Fiscalizador: **[Assinatura]** 02. Assinatura do Fiscalizado: **Enviar por Carta Registrada**

CONTINUAÇÃO DO AUTO DE FISCALIZAÇÃO: Nº 65452/2020

Folha 1/3

Em ação conjunta com militares da 1ª CIA PM MAMB, realizou-se, em 11/05/2020, diligência à área indicada na denúncia de nº 86.699, onde foi observada a existência de uma frente de trabalho equipada com escavadeiras utilizadas nas operações de corte do relevo e carregamento de caminhões que transportavam o material retirado (rocha e solo) por um trajeto de cerca de 6 km até a unidade de tratamento de minérios da empresa Fleurs Global Mineração Ltda. A seguir serão apresentadas maiores informações sobre as duas áreas vistoriadas.

Sobre a primeira área (Referência geográfica: 19° 55' 38,5" S e 43° 52' 10,9" O/ datum horizontal WGS84)

Está localizada no município de Sabará (próxima ao limite com o município de Belo Horizonte), em porção da Serra do Curral na vertente voltada para o município de Belo Horizonte, em região geológica do supergrupo Minas.

Segundo o sistema SIGMINE, da Agência Nacional de Mineração, foi constatado que a área explorada encontra-se inserida nos limites das poligonais do Processo nº 832.156/2005 (titularidade: Mineração e Dragagem Boa Vista Ltda. ME; substância: minério de ferro; área: 34,49 hectares; fase atual: direito de requerer a lavra). Para este processo, foi constatada a existência da Guia de Utilização nº 01/2020, que autoriza a retirada de 300.000 toneladas de minério de ferro por ano. É informado que a validade desta guia está condicionada ao acompanhamento de uma Certidão de Dispensa de Licenciamento Ambiental emitida pela SUPRAM CM, a qual consta haver sido apresentada, mas cujo teor não se encontrava disponível para usuários externos. Todavia, após consulta aos sistemas eletrônicos de licenciamento ambiental do órgão estadual, não foi encontrada alguma Certidão de Dispensa de Licenciamento Ambiental para lavra mineral associada ao título de nº 832.156/2005.

Complementarmente, realizou-se consulta ao Sistema de Licenciamento Ambiental – SLA e constatou-se existir uma solicitação na SUPRAM CM datada de 14/05/2020, para licenciamento ambiental na modalidade LÁS-RAS, para a empresa Mineração e Dragagem Boa Vista Ltda. (CNPJ: 65.109.944/0001-47) tendo como atividade lavra a céu aberto – minério de ferro, associado ao processo minerário de nº 832.156/2005 da Agência Nacional de Mineração – ANM. A solicitação está pendente de envio de documentação, o que impede a formalização do processo administrativo no órgão ambiental.



Na vistoria, foi percebido nos trechos escavados material terroso remanescente com teores aparentes de minério de ferro, principalmente na porção superior de taludes, caracterizados pela coloração acinzentada, bem como no restante das áreas o tipo de solo encontrado era fortemente avermelhado. Já na porção do terreno não explorada, imediatamente limitrofe, no trecho superior da encosta, notou-se a existência de trechos com ocorrência de canga laterítica ferruginosa, sendo que nestes, como esperado, percebeu-se materiais com teores evidentes de ferro, contendo rochas com coloração, peso e somido característico quando entre chocadas.

A extensão da área explorada foi determinada após a vistoria realizada, sendo aferida em 6,15 hectares, com base na imagem do satélite Sentinel-2 datada de 08/05/2020, mediante utilização de recursos de geoprocessamento da plataforma LandWiwer, bem como mediante a utilização de pontos de coordenadas geográficas coletados *in loco*.

PÁGINA 1/4

8. Relatório Sucinto

9. Assinaturas

01. Servidor (Nome legível)	MASP	Assinatura
Julio Cesar Borges Belico	1.395.830-1	
Orgão <input checked="" type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
02. Servidor (Nome legível)	MASP	Assinatura
Anderson Henrique Borges Mendes	1.372.768-0	
Orgão <input checked="" type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
03. Servidor (Nome legível)	MASP	Assinatura
Orgão <input type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
Recebi a 1ª via deste Auto de Fiscalização		
04. Fiscalizado / Representante do Fiscalizado (Nome legível)	Função / Vínculo com o Empreendimento	
Valefort Comércio e Transporte Ltda		
Assinatura		

1 - Determinação da vegetação nativa suprimida. Na vistoria, observou-se a vegetação remanescente no entorno:

Na parcela de vegetação remanescente à oeste, na lateral da área explorada, em trechos de baixa e meia encosta, percebeu-se a existência de terreno antropizado, contendo predomínio de vegetação exótica de *Melinis minutiflora* (capim gordura) com eventuais espécimes arbóreos esparsos, característicos de vegetação savânica, em quantidade que poderia enquadrar a sua supressão nos critérios de limpeza de área, dispostos no Art. 1º da Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 1905 de 2013, todavia, não poderia ocorrer a alteração do uso do solo no local.

Na parcela de vegetação remanescente à leste, na lateral da área explorada, em trechos de baixa e meia encosta, percebeu-se que, embora também impactada com a invasão de *Melinis minutiflora*, na área ocorre uma densidade maior de indivíduos arbóreos, característicos do bioma Cerrado, sendo a fitofisionomia da vegetação definida como Campo Sujo. Em consulta posterior a imagens de satélite, percebeu-se que, na realidade, tal trecho continha as mesmas feições de vegetação outrora existentes na área explorada, em contrário de sua porção à oeste.

Já na parcela de vegetação remanescente ao sul, topograficamente acima da área explorada, em trechos na porção superior da encosta, percebeu-se a ocorrência de formação geológica de canga laterítica ferruginosa, nodular em sua maior fração, em área a qual, embora também impactada com a invasão de *Melinis minutiflora*, presenciou-se a ocorrência de vegetação nativa rupícula característica deste tipo de formação ferrífera, sendo percebidos exemplares de *Melastomataceae* (*Tibouchina heteromalla*, *Leandra* sp., etc.), *Malpighiaceae* (*Peixotoa tomentosa*), *Asteraceae*, e grande quantidade de exemplares de uma *Cactaceae* endêmica de campos rupestres ferruginosos de Minas Gerais, a qual atualmente se encontra ameaçada de extinção (categoria: criticamente em perigo – Listas Vermelhas das Espécies da Fauna e da Flora Ameaçada de Extinção em Minas Gerais – Fundação Biodiversitas, 2008), o cactus *Arthrocareus glaziovii*, cujos diversos exemplares apresentavam variação fenotípica distinta, fato característico da espécie conforme demonstra literatura, contendo cladódios bem mais alongados.

Deste modo, como foi percebido que a exploração mineral atingiu tais áreas, onde existia a mesma formação fitofisionômica de Campos Rupestres Ferruginosos, em razão de danos ocasionados a espécies ameaçadas de extinção (Art. 53 da Lei Federal nº 9605 de 1998), todas as autuações realizadas terão seu valor base acrescido em 30%, conforme preceitua o Decreto Estadual nº 47383 de 2018 em seu Art. 85, inciso II, alínea e.

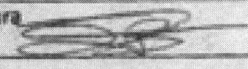

Obs: o Jardim Botânico de Belo Horizonte realiza projetos de pesquisa e conservação de tal espécie. A visitação a uma crista da Serra do Curral foi interrompida em 2017, quando fora encontrada.

Posteriormente à vistoria, determinou-se a extensão das áreas de vegetação nativa suprimidas, sendo aferidas com base no polígono que demarca a área explorada (item 1 deste auto) sobreposto às imagens de satélite da plataforma Google Earth Pro (de melhor resolução espacial, de 09/10/2018), determinando-se em seguida os trechos do terreno explorado que continham as mesmas feições dos fragmentos remanescentes de Campos Rupestres Ferruginosos (em cangas lateríticas) e de Campo Sujo, percebidos *in loco*. Deste modo, obteve-se a extensão de 4.570 m² de vegetação nativa da fitofisionomia de Campo Rupestre Ferruginoso e 4,61 hectares de vegetação nativa da fitofisionomia de Campo Sujo suprimidos sem autorização do órgão ambiental competente

PÁGINA 2/4

8. Relatório Sucinto

9. Assinaturas

01. Servidor (Nome legível) Julio Cesar Borges Belico	MA SP 1.395.830-1	Assinatura 
Orgão <input checked="" type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
02. Servidor (Nome legível) Anderson Henrique Borges Mendes	MA SP 1.372.768-0	Assinatura 
Orgão <input checked="" type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
03. Servidor (Nome legível)	MA SP	Assinatura
Orgão <input type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
Recebi a 1ª via deste Auto de Fiscalização		
04. Fiscalizado / Representante do Fiscalizado (Nome legível) Valefort Comércio e Transporte Ltda	Função / Vínculo com o Empreendimento	
Assinatura		

CONTINUAÇÃO DO AUTO DE FISCALIZAÇÃO: Nº 65452/2020

Folha 1/3

8. Relatório Sucinto

2 - Danos a unidade de conservação: segundo a plataforma IDE-SISEMA, as áreas suprimidas de Campo Rupestre Ferruginoso e de Campo Cerrado se encontram parcialmente inseridas dentro dos limites de unidade de conservação de uso sustentável (Área de Proteção Ambiental Sul RMBH). Ademais, estão inseridas dentro das zonas de amortecimento de unidades de conservação de proteção integral (Parque Estadual da Serra do Rola Moça, Parque Estadual da Baleia e Parque Municipal Mangabeiras). Deste modo, em razão de danos ocasionados a unidades de conservação (Art. 40 da Lei Federal nº 9605 de 1998), todas as autuações tiveram seu valor base acrescido em mais 30%, conforme preceitua o Decreto Estadual nº 47383/2018 em seu Art. 85, Inciso II, alínea c.

3 - Documentação apresentada: durante a vistoria, percebeu-se uma placa situada na entrada da área, contendo os símbolos do CREA, IBAMA e SEMAD, dispondo um suposto número de licença ambiental (2020.01.01.003.0004/072) em nome de Valefort Comércio e Transporte Ltda. (CNPJ: 20.982.829/0001-44). Em consulta ao sistema SIAM, não foi encontrada licença ambiental em nome da empresa, apenas um processo para obtenção de uma licença (20702/2015/001/2017), relativo a extração de areia e cascalho para uso na construção civil, no município de Belo Vale, o qual foi arquivado em 31/10/2018. Já em consulta ao sistema SLA, percebeu-se que a numeração disposta na placa é, na realidade, referente a uma Certidão de Dispensa de Licenciamento Ambiental, obtida em procedimento declaratório realizado pelo Sr. Jaime Eduardo Fonseca [REDACTED].

Na ocasião, o responsável da empresa Valefort Comércio e Transporte Ltda. que se encontrava no local, o Sr. Jamis Prado de Oliveira Junior [REDACTED] alegou que se tratava de uma obra de terraplanagem para a construção de galpões. Nos apresentou a Certidão de Dispensa de Licenciamento Ambiental sobredita, emitida em 03/02/2020 (Chave de acesso: 4F-31-84-70), a qual citava que a atividade exercida seria, *ipsis litteris*: "OBRAS DE TERRAPLANAGEM PREVISTO EM PROJETO, GARAGEM DE MAQUINAS E CAMINHÕES".

Também nos apresentou um recibo de inscrição de uma propriedade no Cadastro Ambiental Rural (CAR), inscrita sob a matrícula MG-3156700-E401FB67E6214ADE9AE821CB7629D3C0, cujo proprietário é Associação de Promoção Humana Divina Providência (CNPJ: 00.981.069/0001-43), e que perfaz área de 14,0 hectares. Em posterior consulta à plataforma CAR, percebeu-se que, na realidade, tal propriedade contempla uma pequena fração à nordeste da área explorada, não estando o seu restante inserido em qualquer propriedade cadastrada.

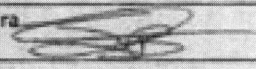
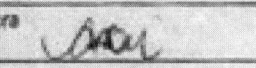
Todavia, a propriedade que não está cadastrada no CAR, e que perfaz o restante e a maior parte do trecho explorado, se revela em outra documentação apresentada, um Contrato de Locação, no qual a instituição Assembleia dos Santos (CNPJ: 18.209.817/0001-30), proprietária da "Fazenda Monte Santo da Benção", registrada no cartório de Sabará sob a matrícula nº 61.001, arrenda a propriedade em questão para a empresa Valefort Comércio e Transporte Ltda., já citada neste auto, e para a Sra. Diana Morais Aleluia Prado [REDACTED].

4 - Sondagens: durante a vistoria, presenciou-se a três sondagens em ocorrência para determinação de potencial mineral, mediante perfuração com maquinário e retirada de corpo de prova, estando duas delas inseridas dentro da área explorada (19° 55' 36,5" S e 43° 52' 13,1" O / 19° 55' 36,4" S e 43° 52' 11,1" O) e a outra em trecho de canga ferruginosa remanescente próximo, situado acima no terreno (19° 55' 41,6" S e 43° 52' 16,5" O).

Os funcionários encarregados de tais funções utilizavam uniforme da empresa Sondatech Engenharia e Soluções Ltda. (CNPJ: 22.134.205/0001-00), e estão caracterizados como os envolvidos nº 15, 16, 17 e 18 no Boletim de Ocorrência REDS 2020-022427198-001.

PÁGINA 3/4

9. Assinaturas

01. Servidor (Nome legível) Julio Cesar Borges Belico	MASP 1.395.830-1	Assinatura 
Orgão <input checked="" type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
02. Servidor (Nome legível) Anderson Henrique Borges Mendes	MASP 1.372.768-0	Assinatura 
Orgão <input checked="" type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
03. Servidor (Nome legível)	MASP	Assinatura
Orgão <input type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
Recebi a 1ª via deste Auto de Fiscalização		
04. Fiscalizado / Representante do Fiscalizado (Nome legível) Valefort Comércio e Transporte Ltda	Função / Vínculo com o Empreendimento	
Assinatura		

CONTINUAÇÃO DO AUTO DE FISCALIZAÇÃO: Nº 65452/2020

Folha 1/3

Sobre a segunda área (referência geográfica: 19° 55' 48,0" S e 43° 50' 19,5" O / datum horizontal WGS84):

Trata-se do empreendimento Fleurs Global Mineração LTDA (CNPJ: 31.288.466/0001-97), no qual, em momentos anteriores e no interm da fiscalização da primeira área, equipes da Polícia Militar acompanharam caminhões carregados advindos desta última, que levavam o material retirado para o empreendimento.

Tal empreendimento atualmente opera por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com a SEMAD em 10/03/2020, o qual contempla a execução das seguintes atividades listadas na DN COPAM nº 217/2017, segundo a cláusula nº 1 do TAC:

A-05-02-0 – Unidade de Tratamento de Minerais – UTM com tratamento a úmido

A-05-01-0 – Unidade de Tratamento de Minerais – UTM com tratamento a seco

A-05-04-5 – Pilhas de rejeito/estéril.

Foi apresentado aos militares, e em seguida à equipe da DFISC CM, diversos Manifestos de Transporte de Resíduos (MTR's), gerados pela empresa Valefort Comércio e Transporte Ltda (CNPJ: 20.982.829/0001-44), contendo placas de veículos diversas, informando que os resíduos transportados tratavam-se de "Resíduos industriais Classe II – outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem".

São alguns MTR's apresentados: nº 2004132842, nº 2005006550, nº 2005021033, nº 2004107765, nº 2004134803.

Obs: durante a vistoria, em razão do pouco tempo disponível, realizou-se conferência em três itens do TAC sobredito, relacionados à utilização de recursos hídricos pelo empreendimento, sendo os itens de nº 14, 15 e 16, sendo constatado que seu cumprimento se encontra em conformidade com o que foi acordado no TAC.

Em razão dos fatos percebidos, a extração mineral - lavra a céu aberto, minério de ferro - sem a devida licença (infração tipificada pelo código nº 106, do Decreto Estadual nº 47383/2018), será lavrado o **Auto de Infração nº 227508/2020**. Em razão da supressão de vegetação nativa sem autorização (infração tipificada pelo código nº 301 do Decreto Estadual nº 47383/2018), ocorrendo danos a unidades de conservação e a espécie ameaçada de extinção, será lavrado o **Auto de Infração nº 211711/2020**.


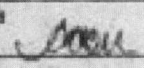
Na ocasião da vitoria em 11/05/2020, foram apreendidos 16 caminhões e 3 escavadeiras de esteira que se encontravam trabalhando no local, segundo o Auto de Fiscalização nº 65451/2020, lavrado em 11/05/2020 em nome da empresa Porto Log Transportes e Logística Ltda.





Ficam suspensas as atividades na área objeto das autuações.


PÁGINA 4/4

8. Relatório Sucinto

9. Assinaturas

01. Servidor (Nome legível) Julio Cesar Borges Belico	MASP 1.395.830-1	Assinatura 
Orgão <input checked="" type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
02. Servidor (Nome legível) Anderson Henrique Borges Mendes	MASP 1.372.768-0	Assinatura 
Orgão <input checked="" type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
03. Servidor (Nome legível)	MASP	Assinatura
Orgão <input type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
Recebi a 1ª via deste Auto de Fiscalização		
04. Fiscalizado / Representante do Fiscalizado (Nome legível) Valefort Comércio e Transporte Ltda	Função / Vínculo com o Empreendimento	
Assinatura		

 <p>GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SISEMA Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH</p> <p>  </p>		1. AUTO DE INFRAÇÃO: n° 227508 / 2020		
		Lavrado em Substituição ao AI n°: Vinculação ao: <input checked="" type="checkbox"/> Auto de Fiscalização n° 65452 de 18/05/2020 <input type="checkbox"/> Boletim de Ocorrência n°: de		
3. Órgão Responsável pela lavratura:		2. Auto de Infração possui folha de continuação? <input type="checkbox"/> SEM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO		
<input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IGAM <input type="checkbox"/> IEF <input checked="" type="checkbox"/> SUPRAM <input type="checkbox"/> SUPIS <input type="checkbox"/> PMMG <input type="checkbox"/> SUPRI		Local: <u>Belo Horizonte</u> Dia: <u>19</u> / <u>05</u> / <u>2020</u> Hora: <u>16:30</u>		
4. Autuado	Nome do Autuado/ Empreendimento: <u>Objet Serviços e Transportes Ltda</u>			
	Data Nascimento: _____ Nome da Mãe: _____			
	<input type="checkbox"/> CPF: <u>20.982.329/0001-44</u> <input type="checkbox"/> Outras: _____			
	Endereço do Autuado / Empreendimento: (Correspondência) <u>Rua Venâncio de Souza</u> N° / km: <u>35</u> Complemento: _____			
Bairro/Logradouro: <u>Náutico</u>		Município: <u>Belo Vale</u>	UF: <u>MG</u>	
CEP: <u>35443-000</u>		Cx Postal: _____	Fone: () _____ E-mail: _____	
5. Outros Envolvidos/ Responsáveis	Nome do 1º envolvido: <u>Antônio José Transportes e Logística Ltda</u>		<input type="checkbox"/> CPF: <u>10.353.234/0001-34</u> <input checked="" type="checkbox"/> CNPJ: <u>22.750.910/2020</u> Vinculo com o AI N°:	
	Nome do 2º envolvido: <u>Associação dos Portos</u>		<input type="checkbox"/> CPF: <u>17.203.919/0001-30</u> <input checked="" type="checkbox"/> CNPJ: <u>22.751.010/2020</u> Vinculo com o AI N°:	
6. Descrição Infração	<u>Operar atividade apta ou potencialmente poluidora ou degradadora de meio ambiente sem a devida licença ambiental</u>			
7. Coordenadas/ local da Infração	Geográficas:	DATUM: <input checked="" type="checkbox"/> WGS <input type="checkbox"/> SIRGAS 2000	Latitude: Grau <u>19</u> Min <u>55</u> Seg <u>38,5</u> Longitude: Grau <u>49</u> Min <u>52</u> Seg <u>10,3</u>	
	Planar: UTM	FUSO 22 <u>23</u> <u>24</u>	X= _____ (6 dígitos) Y= _____ (7 dígitos)	
Local: <u>Área à Estrada Velha de Nova Lima, município de Belo Horizonte</u>				
8. Embasamento legal	Artigo	Anexo	Código	
	<u>412</u>	<u>I</u>	<u>106</u>	
9. Atenuantes /Agravantes	Atenuantes		Agravantes	
	N°	Artigo/Parágr.	Inciso	Alínea
10. Reincidência	<input type="checkbox"/> Genérica <input type="checkbox"/> Específica <input checked="" type="checkbox"/> Não foi possível verificar <input type="checkbox"/> Não se aplica			
11. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP	Infração	Parte/Classe	Penalidade	Valor
	<u>1</u>	<u>3</u>	<input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária	<u>11.250,00</u>
	ERP:	Kg de pescado:	Valor ERP por Kg:	Total:
	Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: _____			
Valor total das multas: <u>18.000,00</u> <u>dezoito mil</u>				
No caso de advertência, o autuado possui o prazo de _____ dias para atender as recomendações constantes no campo 12, sob pena de conversão em multa simples no valor de _____				
12. Demais penalidades/ Recomendações/ Observações	<u>Deixar suspensa a atividade na área autuada</u>			
13. Depositário	Nome Completo:		<input type="checkbox"/> CPF: <input type="checkbox"/> CNPJ: <input type="checkbox"/> RG:	
	Endereço: Rua, Avenida, etc.		N° / km: _____ Bairro / Logradouro: _____ Município: _____	
UF: _____ CEP: _____		Fone: _____	Assinatura: _____	
14. O AUTUADO TEM O PRAZO DE ATÉ 20 (VINTE) DIAS DO RECEBIMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO PARA PAGAMENTO DA MULTA OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA PARA JUIZ CÍVEL, NO SEQUINTE ENDEREÇO: <u>Rua Espírito Santo, n° 435, 8º andar, Belo Horizonte, Minas Gerais</u> <u>CEP: 30.160-030</u>				
15. Assinaturas	01. Servidor: (Nome Legível)		Assinatura do servidor:	
	02. Autuado/Representante Autuado: (Nome Legível)		Assinatura do Autuado/Representante Legal	
<u>Andréson Mendes</u>		<u>13.43.468-0</u>	<u>Antônio José Transportes e Logística Ltda</u>	
<u>Objet Serviços e Transportes Ltda</u>			<u>Antônio José Transportes e Logística Ltda</u>	

 <p>GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SESEMA Conselho Estadual de Políticas Ambientais - COPAM Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH</p> <p>FEAM IEF IGAM</p>		1. AUTO DE INFRAÇÃO: nº 211711 / 2020	
		Lavrado em Substituição ao AI nº: 1 Vinculado ao: <input checked="" type="checkbox"/> Auto de Fiscalização nº 63432 de 15/03/2020 <input type="checkbox"/> Boletim de Ocorrência nº: de 1/1	
3. Órgão Responsável pela lavratura:		Local: Belo Horizonte	
<input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IGAM <input type="checkbox"/> IEF <input checked="" type="checkbox"/> SUPRAM <input type="checkbox"/> SUFIS <input type="checkbox"/> PMMG <input type="checkbox"/> SUPRI		Dia: 18 / 05 / 2020 Hora: 16 : 53	
4. Autuado	Nome do Autuado/ Empreendimento:		
	Data Nascimento:		
	Nome da Mãe:		
	<input type="checkbox"/> CPF: <input checked="" type="checkbox"/> CNPJ: <input type="checkbox"/> Outros:		
Endereço do Autuado / Empreendimento: (Correspondência)		Nº. / km:	Complemento:
Bairro/Logradouro:		Município:	UF:
CEP:		Cx Postal:	Fone: () - E-mail:
5. Outros Envolvidos/ Responsáveis	Nome do 1º envolvido:		Vinculo com o AI Nº:
	Nome do 2º envolvido:		Vinculo com o AI Nº:
6. Descrição Infração	Desmat. de vegetação nativa da fitofisionomia Campo Cerrado em área de 4,61 hectares e da fitofisionomia Campo Rupestre Ferruginosa em áreas de 0,452 hectares.		
7. Coordenadas da Infração	Geográficas:	DATUM:	Latitude:
	Planas: UTM	FUSO 22 23 24	X= Y=
8. Embasamento legal	Artigo	Anexo	Código
	Inciso	Alínea	Decreto/ano
9. Agravantes / Agravações	Agravantes		Agravações
	Nº	Artigo/Parágr.	Inciso
10. Reincidência	<input type="checkbox"/> Genérica <input type="checkbox"/> Específica <input checked="" type="checkbox"/> Não foi possível verificar <input type="checkbox"/> Não se aplica		
11. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP	Infração	Penalidade	Valor
	ERP	Kg de pescado:	Valor ERP por Kg:
Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca:			
Valor total das multas:			
No caso de advertência, o autuado possui o prazo de dias para atender as recomendações constantes no campo 12, sob pena de conversão em multa simples no valor de			
12. Demais penalidades/ Recomendações/ Observações	① Foi acrescido o agravante de danos a espécies ameaçadas da extinção, conforme auto de fiscalização. Em razão da alínea b do cód. 201, não foi aplicada o agravante de danos a unidades de conservação.		
	② Ficam suspensas as atividades no local.		
13. Depositário	Nome Completo:		CPF:
	Endereço: Rua, Avenida, etc.		Nº / km:
UF:		CEP:	Fone:
Assinatura:		Assinatura do Autuado/Representante Legal	
14. O AUTUADO TEM O PRAZO DE ATÉ 20 (VINTE) DIAS DO RECEBIMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO PARA PAGAMENTO DA MULTA OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA PARA JUIZ EM NO SEQUINTE ENDEREÇO: Rua Espírito Santo, nº 495, 5º andar, centro, Belo Horizonte - MG			
15. Assinaturas	01. Servidor: (Nome Legível)		MASP:
	02. Autuado/Representante Autuado: (Nome Legível)		Função/Vinculo com Autuado:

CONTINUAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO: Nº 211711 7030

Local: Belo Horizonte Dia: 18 Mês: 05 Ano: 2020 Hora: 15:25

1. Descrição
Infração

Escoar o rendimento lentoso oriundo da supressão de 4,61 hectares de vegetação nativa das fitofisionomias Campo Cerrado, estimado em 26,85 m³ de lenha segundo a Tabela Base

2. Coordenadas da Infração

Geográficas: ☒ WGS ☐ SIRGAS 2000

Latitude: Grau = 19 Min. 55 Seg. 38,5 Longitude: Grau = 43 Min. 52 Seg. 10,9

Planar: UTM FUSO 22 23 24 X= (6 dígitos) Y= (7 dígitos)

3. Embasamento legal

Artigo	Anexo	Código	Início	Alínea	Decreto/ano	Lei / ano	Resolução	DN	Port. Nº	Órgão
112	111	302	1	a	47383/13	20170113				

4. Atenuantes / Agravantes

Atenuantes					Agravantes				
Nº	Artigo/Parágr.	Início	Alínea	Redução	Nº	Artigo/Parágr.	Início	Alínea	Aumento
					1	85	II	c	30%
					2	85	II	e	30%

5. Reincidência ☐ Genérica ☐ Específica ☐ Não foi possível verificar ☐ Não se aplica

6. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP

Infração	Parte	Penalidade	Valor	<input type="checkbox"/> Acréscimo <input type="checkbox"/> Redução	Valor Total
		<input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária	80 x 76,85 = 6147,90 Utemig		
ERP:	Kg de pescado:	Valor ERP por Kg: R\$	Total: R\$		
Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$:					
Valor total das multas: R\$ 6147,90 Utemig seis mil cento e quarenta e sete reais e noventa e sete centavos					
No caso de advertência, o autuado possui o prazo de dias para atender as recomendações constantes no campo 7, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$:					

7. Demais penalidades/Recomendações/Observações

8. Depositário

Nome Completo: ☐ CPF: ☐ CNPJ: ☐ RG:

Endereço: Rua, Avenida, etc. Nº / km: Bairro / Logradouro: Município:

UF: CEP: Fone: Assinatura:

9. Descrição Infração

10. Coordenadas da Infração

Geográficas: ☐ WGS ☐ SIRGAS 2000

Latitude: Grau Min. Seg. Longitude: Grau Min. Seg.

Planar: UTM FUSO 22 23 24 X= (6 dígitos) Y= (7 dígitos)

11. Embasamento legal

Artigo	Anexo	Código	Início	Alínea	Decreto/ano	Lei / ano	Resolução	DN	Port. Nº	Órgão

12. Atenuantes / Agravantes

Atenuantes					Agravantes				
Nº	Artigo/Parágr.	Início	Alínea	Redução	Nº	Artigo/Parágr.	Início	Alínea	Aumento

13. Reincidência ☐ Genérica ☐ Específica ☐ Não foi possível verificar ☐ Não se aplica

14. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP

Infração	Parte	Penalidade	Valor	<input type="checkbox"/> Acréscimo <input type="checkbox"/> Redução	Valor Total
		<input type="checkbox"/> Advertência <input type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária			
ERP:	Kg de pescado:	Valor ERP por Kg: R\$	Total: R\$		
Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$:					
Valor total das multas: R\$:					
No caso de advertência, o autuado possui o prazo de dias para atender as recomendações constantes no campo 15, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$:					

15. Demais penalidades/Recomendações/Observações

16. Depositário

Nome Completo: ☐ CPF: ☐ CNPJ: ☐ RG:

Endereço: Rua, Avenida, etc. Nº / km: Bairro / Logradouro: Município:

UF: CEP: Fone: Assinatura:

17. Assinaturas

01. Sincopar (Nome Legível): Sinco Belo RGSP: 1395830-1 Assinatura do Sincopar: [Assinatura]

02. Autuado/Representante Autuado: (Nome Legível) Volclet Comercio e Transporte Ltda Função/Vínculo com Autuado: Gerente por Carta Registrada Assinatura do Autuado/Representante Legal: [Assinatura]



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Subsecretaria de Regularização Ambiental

Memorando.SEMAD/SURAM.nº 766/2021

Belo Horizonte, 25 de novembro de 2021.

Para: Gabinete da Semad

Assunto: Of. Dirleg nº 2.945/21 - Requerimento de Comissão nº 1.037/21 - Câmara Municipal de BH

Referência: [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1370.01.0044336/2021-81].

Senhora Chefe de Gabinete,

Cumprimentando-a cordialmente, informamos que recebemos o Despacho 786 (36756378), e em resposta encaminhamos manifestação da Supram Central Metropolitana, por meio do Memorando 367 (38511765).

Sendo o que se apresenta para o momento, permanecemos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Anna Carolina da Motta Dal Pozzolo

Subsecretária de Regularização Ambiental



Documento assinado eletronicamente por **Anna Carolina da Motta Dal Pozzolo, Subsecretário(a)**, em 25/11/2021, às 15:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **38541726** e o código CRC **E1F23565**.



Referência: Processo nº 1370.01.0044336/2021-81

SEI nº 38541726

AVULSOS DISTRIBUIDOS
Em 03, 12, 2021
CMM - S26
Responsável pela distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

INDICAÇÃO Nº

75/2022

Senhora Presidente,

Apresento a Vossa Excelência, nos termos do art. 129, I, do Regimento Interno, indicação a ser encaminhada ao Prefeito de Belo Horizonte, Sr. Fuad Noman, sugerindo a **adoção de ações urgentes e imediatas para fiscalização e suspensão das atividades da Mineração Gute Sicht Ltda., inscrita no CNPJ 65.109.944/0001-47, nome fantasia Mineração Boa Vista, situada à Estrada Velha de Nova Lima, Km 04, Castanheiras, Sabará - MG, a qual está minerando dentro dos limites do município de Belo Horizonte sem as devidas licenças e autorizações a serem concedidas pela Prefeitura de Belo Horizonte.**

A empresa Mineração Gute Sicht Ltda. iniciou a mineração sem qualquer rito legal no tocante a questão ambiental, ou seja, sem as devidas licenças ambientais prévia, de instalação e de operação, bem como realizou supressão de vegetação de área em de mata atlântica sem as devidas autorizações. Posteriormente, após ser autuada pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD) por este grave crime ambiental, firmou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), SEMAD/SUPRAM CENTRAL-DRCP, celebrado em 07 de maio de 2021 (Anexo I - TAC), publicada no Diário Executivo de Minas Gerais no dia 11 de maio de 2021. No presente momento a atividade de mineração está autorizada por meio deste TAC, entretanto Belo Horizonte não foi consultada ou, até onde tenhamos conhecimento, não emitiu nenhum tipo de anuência quanto à conformidade locacional do empreendimento.

Cabe destacar que o referido TAC é extremamente frágil e não traz qualquer obrigação ao empreendedor sobre os cuidados mínimos em relação à comunidade do entorno, nas regiões leste e centro-sul de Belo Horizonte, à fauna e à flora local. A área onde o empreendimento está inserido é uma região de transição entre a Mata Atlântica e o Cerrado, possuindo espécies endêmicas - que só existem naquele local - bem como inúmeras espécies ameaçadas de extinção, como o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), a jaguatirica (*Leopardus pardalis*), a onça-parda (*Puma concolor*), o cateto (*Pecari tajacu*) e a raposinha-do-campo (*Lycalopex vetulus*).

O TAC, que possui a validade de 12 (doze) meses com a possibilidade de prorrogação por mais 12 (doze) meses, estabeleceu apenas 9 obrigações a serem cumpridas, as quais não trazem nada relacionado a questão socioeconômica da comunidade do entorno, que está

Avulsos distribuídos em: 06 / 04 / 22
Aguardando Impugnação até: 13 / 04 / 22

Daniel

CNH, DUE, ED-NO/ABR/22-13.34:39-44961-1

diogo 7/4/2022
diogo 18/4/2022



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

localizada a 200 metros do empreendimento, bem como qualquer obrigação relacionada a flora e fauna local, conforme pode ser verificar nas obrigações apresentadas a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	PRAZO
01	Apresentar Reatório Técnico Fotográfico demonstrando a realização de umeração das vias de acesso, frente de lava e outras.	Trimestralmente
02	Apresentar programa de controle de processos erosivos e sedimentação, visando sanar urgentemente todos os problemas ambientais existentes, principalmente no que concerne à contenção de sedimentos, melhoria na sistema de drenagem pluvial e contenção de erosões para a área operada e entorno. O programa deverá ser executado em até 3 meses	10 dias
03	Não implantar e/ou operar novas atividades do empreendimento acatando a lava dentro da poligonal municipal nº 831, DMO/1990, a área da pilha e demais Áreas Diretamente Afetada (ADAs) objetos do TAC.	Durante a vigência do TAC
	Conforme consta no processo SIA 1650/2021, não haverá uso ou intervenção em recurso hídrico para suprimento	Durante a
04	direto ou indireto da atividade sob licenciamento. Portanto fica vedada a expectativa de qualquer recurso hídrico sem as devidas outorgas ou certidão de dispensa, ressalvados os usos prioritários e/ou emergenciais pela necessidade de combate a incêndios florestais.	vigência do TAC.
05	Apresentar Programa de Prevenção e Combate de Incêndios Florestais para o empreendimento.	60 dias
06	Apresentar plano de escoamento do minério lavrado, indicando as vias de acesso e medidas para minimizar os impactos decorrentes do incremento de movimentação na via.	30 dias
07	Apresentar, anualmente, a Declaração de Movimentação de Resíduo - DMR, emitida via Sistema MTR-MG, referente às operações realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento durante os semestres, conforme determinações e prazos previstos na Deliberação Normativa COPAM 232/2019.	segundo os prazos dispostos na Deliberação Normativa COPAM 232/2019.
08	Apresentar monitoramento de ruído em 4 pontos localizados nos limites da área externa do empreendimento de acordo com NBR 10.151/2000.	Trimestralmente
09	Apresentar monitoramento da qualidade do ar (Partículas Totais em Suspensão - PTS) . Os laudos deverão ser expressos nas mesmas unidades previstas na Resolução CONAMA 03/1990. Nos resultados das análises realizadas, a empresa deverá observar os comandos contidos na DN COPAM nº 2016/2017.	Trimestralmente

Figura 1 – Obrigações a serem cumpridas pelo empreendedor para implantar e operar uma mina para extrair 1.500.000t/a de minério de ferro dentro de Belo Horizonte

Além da extrema fragilidade do TAC, pois este não estabelece um mínimo de segurança para questões socioeconômicas e ambientais, é bastante temerário quando se observa a proximidade da mina que está sendo implantada com a comunidade do entorno, ficando a 200 metros de distância, conforme pode-se observar nas imagens a seguir que foram extraídas do software Google Earth.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE



Figura 2 - Imagem de satélite demonstrando a proximidade entre o empreendimento e a população da zona leste de Belo Horizonte.

Conforme pode-se verificar na Figura 3, a imagem de satélite disponível no software Google Earth nos demonstra que até janeiro de 2020 não havia qualquer empreendimento no referido local.



Figura 3 - Imagem de satélite datada de janeiro de 2020, onde não se verifica a presença da atividade ilegal de mineração desenvolvida pela empresa Mineração Gute Sicht Ltda.

Entretanto, como pode-se verificar na Figura 4, por meio de imagem de satélite disponível no software Google Earth de maio de 2020, o referido empreendimento já se



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

encontrava em processo de implantação, sem nenhum tipo de autorização para implantação de uma mina para extração de minério de ferro.

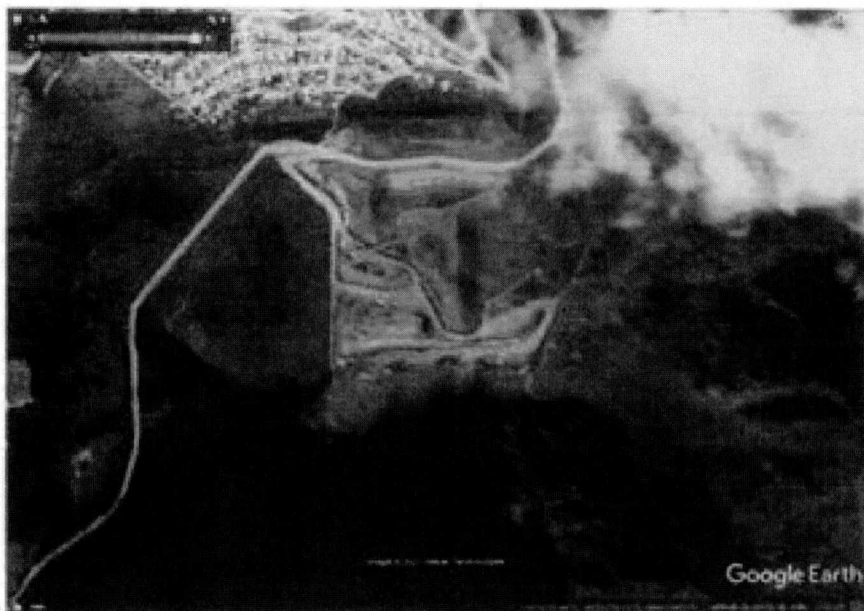


Figura 4 - Imagem de satélite datada de maio de 2020, onde se verifica a presença da atividade ilegal de mineração desenvolvida pela empresa Mineração Gute Sicht Ltda.

E no tocante a localização do empreendimento, para que não existam dúvidas se este se encontra ou não dentro do município de Belo Horizonte, apresentamos a Figura 5 abaixo, a qual traz a imagem de satélite do ano de 2016 do local do empreendimento, extraída do sítio eletrônico da Prefeitura de Belo Horizonte, www.bhmap.pbh.gov.br.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

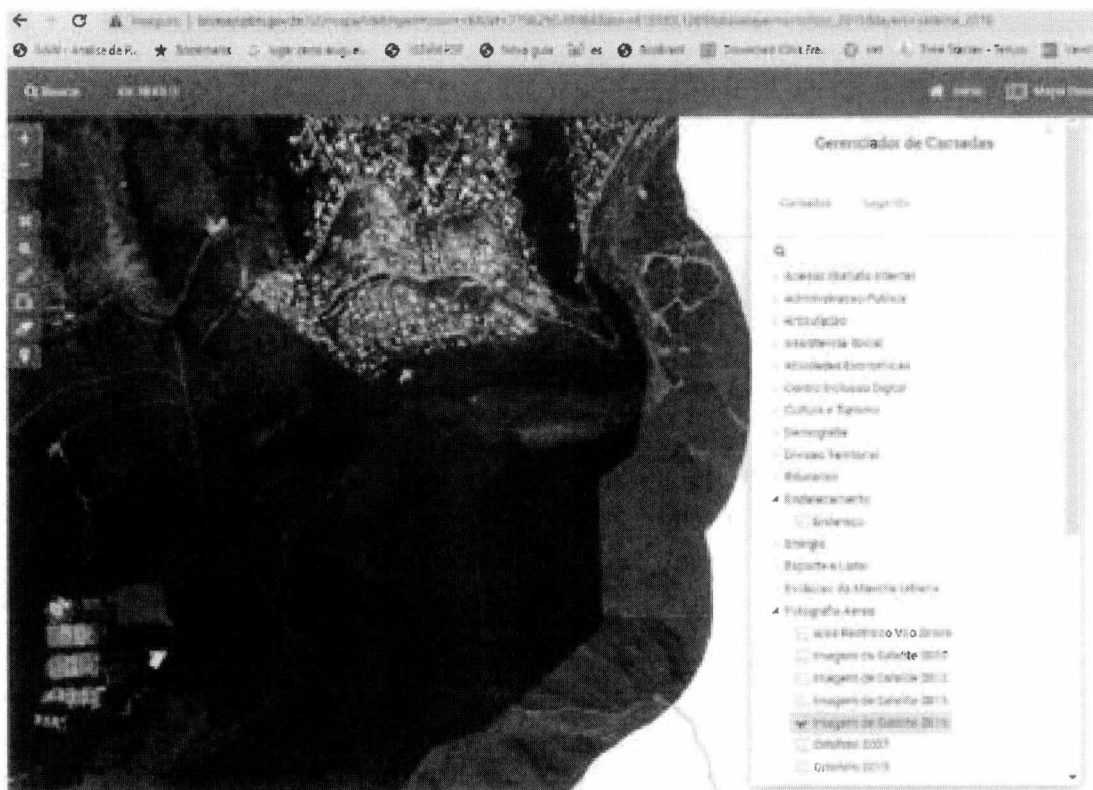


Figura 5 - Imagem de satélite de 2016 extraída do sítio eletrônico da Prefeitura de Belo Horizonte (www.bhmap.pbh.gov.br) onde pode-se verificar que o empreendimento encontra-se localizado dentro do município de Belo Horizonte.

Destaca-se que a empresa começou a atuar de maneira ilegal entre janeiro e maio de 2020, sem qualquer tipo de comunicação à SEMAD ou compromisso social com as comunidades e ambiente do entorno. Entretanto, mesmo assim, a empresa foi premiada pela SEMAD com um TAC extremamente frágil e permissivo no tocante ao estabelecimento de medidas de controle, mitigação e compensação ambiental e social, regularizando de forma precária a atuação da empresa, sem o devido processo de licenciamento ambiental ao empreendimento.

"O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana, torna público que foi firmado o Termo de Ajustamento de Conduta do processo abaixo identificado 1) Mineração Gute Schit Ltda.(Mina Boa Vista), estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários; lavra a céu aberto - minério de ferro; pilhas de rejeito/estéril - minério de ferro (minério de ferro), Sabará e Belo Horizonte/MG, Processo nº 1650/2021, DNPM/Nº 832156/2005. Vigência: 12 (doze) meses, contados da data da assinatura: 07/05/2021. (a) Breno Esteves Lasmar - Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana. De acordo com publicação do Diário Executivo de Minas Gerais, no dia 11/05/2021."comunidade do entorno, aproximadamente 200 metros."



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Além disso, é importante destacar a proximidade do empreendimento minerário da Fundação Benjamin Guimarães, conhecido como Hospital da Baleia, fundado em 1944, reconhecido como instituição de saúde referência no Estado, atendendo 795 municípios. Conforme Relatório de Sustentabilidade 2019/2020 do Hospital da Baleia, em 2020 foram realizados 230 mil atendimentos, 91 mil internações, 11 mil cirurgias, 12 mil consultas pediátricas, 30 mil atendimentos oncológicos, 50 mil sessões de hemodiálise e 500 mil procedimentos médicos. A atividade minerária proposta, com os riscos já amplamente conhecidos à saúde e qualidade de vida e meio ambiente, com contaminação do ar e água, são um risco potencial à comunidade hospitalar do entorno.

Outro ponto importante de ser mencionado é que no TAC celebrado entre a Mineração Gute Sicht Ltda. e SEMAD/SUPRAM não está definido a forma de desmonte do material rochoso para a extração de minério, mas inúmeros moradores do entorno ao empreendimento na região leste de Belo Horizonte relataram a utilização de explosivos por parte da empresa, para esse desmonte, desde meados de setembro do ano passado ao nosso mandato, por meio das redes sociais e contato com o gabinete. Isso evidencia a elevada possibilidade da adoção de tal tecnologia, desmonte de rochas com emprego de explosivos, próximo às habitações que estão instaladas em terreno bastante instável de rocha de filito, com alto grau de deslizamento e grandes matacões soltos, que podem rolar e acabar com vidas humanas e não humanas, além da destruição de moradias de pessoas já em elevada vulnerabilidade socioambiental. Tal realidade pôde ser constatada com uma visita técnica ao local. Assim, existe grande possibilidade de que a atuação da Mineração Gute Sicht Ltda. no local esteja causando deslizamentos de terra no entorno.

Quanto ao processo de regularização ambiental do empreendimento, encontra-se formalizado junto à SEMAD o processo de nº 1650/2021, em nome da empresa Mineração e Dragagem Boa Vista Ltda, CNPJ nº 65.109.944/0001-47, a qual possui como nome fantasia Mineração Gute Sicht Ltda, no qual está sendo solicitada uma Licença de Operação Corretiva (LOC), ou seja, para regularização de um empreendimento que começou a operar de forma criminosa sem as devidas licenças ambientais, na Modalidade Licença Ambiental Concomitante 2 (LAC2), para as seguintes atividades:

- A-05-05-3 - Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários - extensão - 1km;
- A-02-03-8 - Lavra a céu aberto - Minério de ferro - produção bruta - 1.500.000 t/ano; e
- A-05-04-7 - Pilhas de rejeito/estéril - Minério de ferro - área útil - 5 há.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

No Estudo de Impacto Ambiental - EIA¹ protocolado junto ao órgão ambiental licenciador, está descrito nas páginas 26 e 124 que o desmonte seria realizado com escavadeiras ou tratores de esteiras, de forma mecânica, sem necessidade de perfuração e desmonte. Mesmo havendo menção à não utilização de explosivos, consideramos que o elevado fluxo de caminhões, durante 24 horas por dia, e o nível atual de exploração é incompatível com desmonte sem explosivos.

O método utilizado será o tradicional método de lavra com cava a céu aberto em bancadas descendentes com 8 m de altura com o uso de caminhões para o transporte do minério lavrado, considerando a forma de ocorrência em minério de ferro, corpos de media dimensões aflorantes ou coberto por relativa pequena espessura de capeamento, preparação das frentes, desmonte com escavadeiras ou tratores de esteiras carregamento e transporte do minério até a unidade de tratamento. Importante mencionar que não ocorrerá beneficiamento de minério dentro da Área Diretamente Afetada – ADA, motivo do presente estudo de caracterização ambiental.

Figura 6 - Print de trecho do EIA da empresa Geoline Engenharia para a Mineração Gute Sicht, página 26.

Desmonte de rocha

Pelas características do material a ser lavrado, o desmonte do minério, assim como o do estéril, será feito de forma mecânica, sem necessidade de perfuração e desmonte. Pontualmente, poderá ser utilizado rompedor hidráulico acoplado em escavadeira para cominuição de blocos.

Figura 7 - Print de trecho do EIA da empresa Geoline Engenharia para a Mineração Gute Sicht, página 124.

Ainda no EIA em sua página 116 - Desmonte de rocha, o empreendedor informa que o desmonte do minério será feito de forma mecânica por escavadeira hidráulica, sem necessidade de perfuração e desmonte por explosivos.

“Pelas características do material a ser lavrado, o desmonte do minério será feito de forma mecânica por escavadeira hidráulica. Entretanto, de forma pontual e localizada, poderão ser necessárias operações específicas de desmonte para desagregação de material in situ compacto e também cominuição de blocos escavados.

(...)

¹ Arquivo disponível em:
https://drive.google.com/drive/folders/1XOUqMWA_W4PLxQL1cBHn29r_ios7mD?usp=sharing



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Não haverá a necessidade de perfuração e desmonte por explosivos.” (grifo nosso).

Já na página 25 do EIA o empreendedor apresenta as informações gerais sobre o empreendimento, as quais transcrevemos a seguir.

“O projeto Mina Boa Vista prevê a lavra a céu aberto de minério de ferro em reserva localizada dentro do limite do município de Sabará (MG) e uma parcela no limite de Belo Horizonte (MG), na variante topográfica da Serra do Taquaril.

Nesta área encontra-se a poligonal Processo Minerário nº 832.156/2005, requerida para pesquisa em 13 de setembro de 2005. O Alvará de Pesquisa, de número 17513, foi publicado em 15 de dezembro de 2008, com validade de 3 anos, sendo prorrogado por mais 3 anos, em 25 de outubro de 2011.

Em 24 de outubro de 2014, foi protocolizado tempestivamente o Relatório Final de Pesquisa Positivo e em 18 de dezembro de 2019, foi feito o pedido de lavra experimental através da Guia de Utilização (GU). O Relatório de Pesquisa foi aprovado em 29 de janeiro de 2020 e o Requerimento de Guia de Utilização em 26 de março de 2020.

Em 08 de Junho de 2020, foi feito o Requerimento de Lavra com base nas informações obtidas na pesquisa mineral e conforme será demonstrado a seguir.

O empreendimento a ser implantado apresenta uma área antropizada equivalente a 5,3969 ha, de um total 34,49 hectares da poligonal do direito minerário, estando localizado parte no município de Sabará/MG e parte no município de Belo Horizonte/MG, mais precisamente nas proximidades do bairro Taquaril.

A presente área, foi objeto de implantação de um pátio de estacionamento para caminhões, máquinas, equipamentos e veículos de apoio e encontra-se sobreposta justamente nos limites do direito minerário, sendo verificado no procedimento de terraplanagem, uma grande concentração de minério de ferro, o qual possui valor econômico agregado. Portanto, o empreendedor ciente de suas obrigações legais, vem por meio deste instrumento, apresentar elementos legais e ambientais para promover a regularização da operação do empreendimento em caráter corretivo - Licença de Operação Corretiva - LOC.” (grifo nosso).

Avaliando a cronologia dos fatos apresentadas pelo empreendedor, em especial quanto a realização de um amplo estudo de investigação mineral iniciado em 2005, quando foi formalizado o requerimento de pesquisa junto a Agência Nacional de Mineração, e em 2014, quando realizou o protocolo do Relatório Final de Pesquisa, nos soa bastante impensável a afirmação de que só se descobriu que existia uma grande quantidade de minério de ferro após



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

a realização de atividades de terraplanagem para implantação de um pátio de estacionamento exatamente onde estavam fazendo a pesquisa mineral. É mesmo com afirmações tão descabidas realizadas pelo Empreendedor, a SEMAD aceita a formalização de um processo de regularização ambiental com um EIA com este tipo de informação. No referido EIA o empreendedor apresenta ainda o mapa das escavações de pesquisa mineral, informando todos os pontos que foram estudados por meio de sondagens, amostras de canal e poços de pesquisa, os quais estão localizados exatamente na área em se afirmou que seria implantado um pátio de estacionamento.

Projeto: Mineração GUTE SIGHT LTDA – Mina Boa Vista
Código: GMMG501-1
Documento: Estudo de Impacto Ambiental - EIA

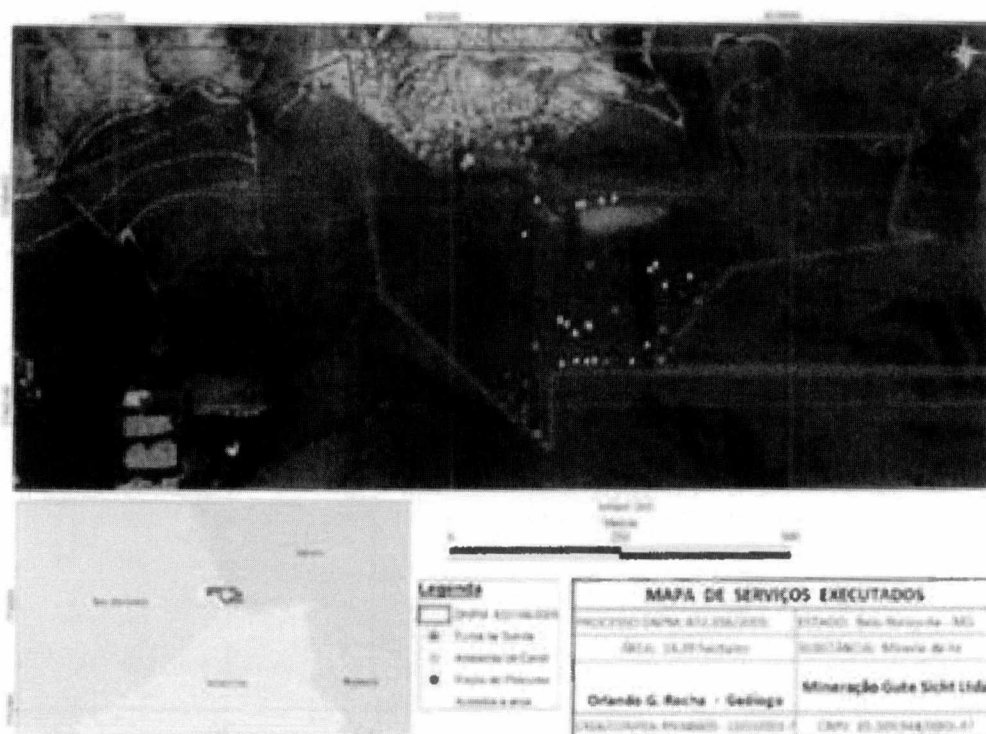


Figura 11: Mapa das escavações de pesquisa mineral.

Figura 8 – Print de mapa das escavações de pesquisa mineral realizada durante os anos de 2005 e 2014 para identificação do potencial mineral da área do empreendimento.

O empreendimento encontra-se em área limítrofe entre Belo Horizonte e Sabará. De acordo com o processo minerário por requerimento de lavra nº 832.156/2005, referente ao empreendimento em questão, a área abrange também o município de Belo Horizonte. Bem



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

como, em relação à área diretamente afetada pelo empreendimento está inserida dentro do município de Belo Horizonte. Esta questão foi indagada à SEMAD no Pedido de Informações que realizamos, sendo que a Secretaria afirmou não ser possível até o presente momento afirmar com exatidão a real localização do empreendimento. Na página 06 da Resposta ao requerimento de Informação 1037/2021 da Câmara Municipal de BH (Anexo II), consta que:

"17. Apresentar anuência dos municípios de Belo Horizonte e Sabará em relação a localização do empreendimento.

Conforme consta no Auto de Fiscalização N. 210.594/2021, na vistoria realizada no dia 30/06/2021, foi questionado pela equipe da SUPRAM CM, a ausência junto ao processo SLA 1650/2021 de declaração de conformidade com as leis e regulamentos dos municípios de Sabará e Belo Horizonte, sendo respondido pelos responsáveis que já foi realizada a solicitação à Prefeitura de Sabará, mas que em relação à presença da área em questão no Município de Belo Horizonte ainda há controvérsias sendo avaliadas junto à Agência Nacional de Mineração (ANM). Segundo informado no momento da vistoria, foram contratados técnicos pela empresa para realizar medições capazes de confirmar a presença ou não da área em Belo Horizonte. A verificação das informações deverá ser feita durante a pré análise do processo. Cabe destacar que, caso o empreendimento esteja inserido em Belo Horizonte, faz-se necessário a apresentação da declaração de conformidade legal do empreendimento em relação à legislação de uso e ocupação do solo municipal e o empreendedor não apresentou esta declaração ao órgão ambiental no ato de formalização do processo de licenciamento ambiental."

Todavia, tais afirmações de que ainda existem dúvidas quanto a localização ou não do empreendimento dentro do município de Belo Horizonte são totalmente descabidas seja pela imagem por nós apresentada na Figura 5, seja por mapas apresentados pelo próprio empreendedor no EIA para formalização do processo de licenciamento ambiental. As figuras 9 e 10 a seguir apresentam mapas elaborados pelo empreendedor e que constam nas páginas 30 e 174 do EIA, os quais fica evidente e incontestável que grande parte do empreendimento, em especial a cava de onde será extraído todo o minério, se encontra no município de Belo Horizonte.



Geoline
Engineering



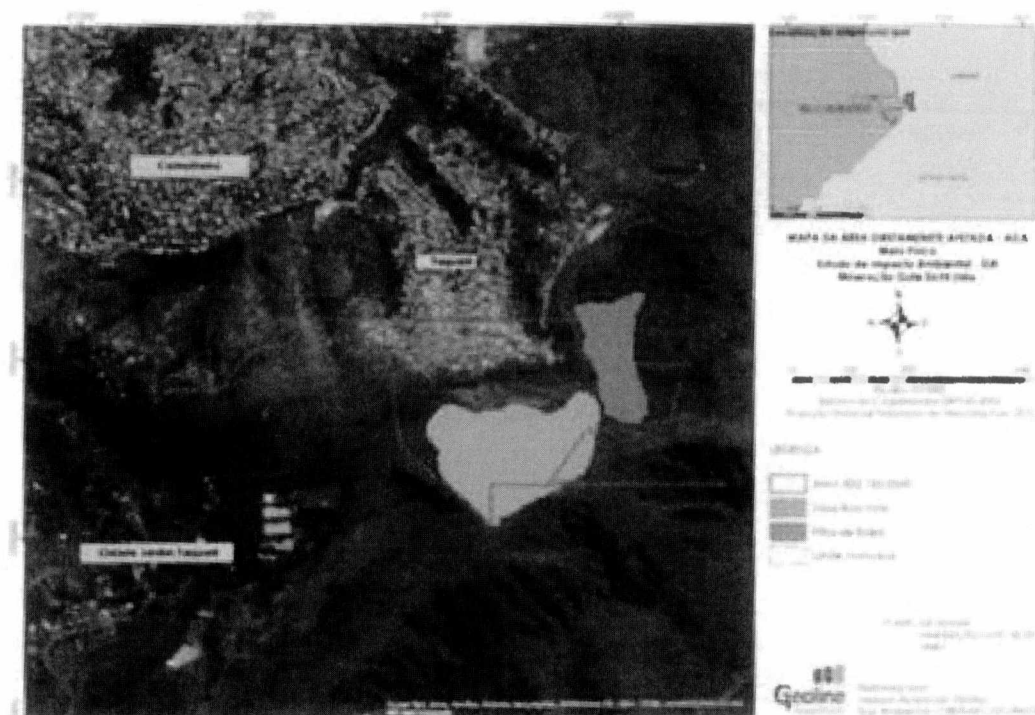
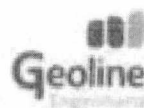
Rua Amapá, 163 - São Amazonas - Contagem - MG - CEP 32240-010
+5531 3292 1313 | 2547 0729 | 2547 0549 | 2547 0309
www.gedone.com.br

Figura 9 – Print do mapa do projeto Mina Boa Vista do EIA, página 30.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Projeto: Mineração GITE SICHT LTDA "Boa Vista"
Código:
Documento: Estudo de Impacto Ambiental - EIA



Mapa 10: Mapa área diretamente afetada.

Rua Amapá, 143 - Bairro Amazonas - Contagem - MG - CEP 32240-010
+5531 3292 1313 | 2567 0029 | 2567 0049 | 2567 0009
www.geoline.com.br

Figura 10 – Print do mapa da área diretamente afetada, no EIA, página 174.

Além de toda a questão socioambiental que está sendo desrespeitada por este empreendimento em total conivência do órgão ambiental estadual, está ocorrendo ainda sonegação de impostos, pois como o empreendimento está localizado em Belo Horizonte e quase a totalidade da cava está dentro de Belo Horizonte, o imposto denominado Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) não está sendo repassado ao município de Belo Horizonte, prejudicando ainda mais o município.

Ademais, ainda existem outros documentos oficiais que demonstram que o empreendimento está inserido em ambos os municípios, Belo Horizonte e Sabará. Em especial pode-se citar o sítio eletrônico da SEMAD onde são publicadas as informações sobre as Audiências Públicas no âmbito dos processos de licenciamento ambiental.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Documentos, Relatórios e Publicidade Pública

Relatório de Atividades 2021 - 2022

Relatório de Atividades 2021 - 2022

Relatório de Atividades	Relatório de Atividades	Relatório de Atividades	Relatório de Atividades	Relatório de Atividades
Relatório de Atividades	Relatório de Atividades	Relatório de Atividades	Relatório de Atividades	Relatório de Atividades
Relatório de Atividades	Relatório de Atividades	Relatório de Atividades	Relatório de Atividades	Relatório de Atividades
Relatório de Atividades	Relatório de Atividades	Relatório de Atividades	Relatório de Atividades	Relatório de Atividades

Relatório de Atividades

Relatório de Atividades	Relatório de Atividades	Relatório de Atividades	Relatório de Atividades	Relatório de Atividades
Relatório de Atividades	Relatório de Atividades	Relatório de Atividades	Relatório de Atividades	Relatório de Atividades
Relatório de Atividades	Relatório de Atividades	Relatório de Atividades	Relatório de Atividades	Relatório de Atividades
Relatório de Atividades	Relatório de Atividades	Relatório de Atividades	Relatório de Atividades	Relatório de Atividades

Figura 11 – Print do sítio eletrônico da SEMAD onde podemos encontrar os detalhes sobre os trâmites de Audiência Pública no âmbito do processo de licenciamento ambiental da Mineração Gute Sicht Ltda. Cabe destacar que no processo de licenciamento ambiental o empreendimento em tela foi cadastrado com o nome de Mineração e Dragagem Boa Vista Ltda.

Podemos ainda citar a publicação realizada dia 05 de novembro de 2021 pelo Ministério de Minas e Energia no Diário Oficial da União referente a movimentação no processo para Outorga de Concessão de Lavra do empreendimento, o qual cita que o empreendimento está localizado em ambos os municípios.



Figura 10 – Print do Diário Oficial da União onde podemos verificar publicação do Ministério de Minas e Energia que cita a localização do empreendimento em Belo Horizonte e Sabará.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Figura 10 – Print do Diário Oficial da União onde podemos verificar publicação do Ministério de Minas e Energia que cita a localização do empreendimento em Belo Horizonte e Sabará.

Como pode ser observado, existe uma grande irregularidade acerca dos municípios diretamente afetados pelo empreendimento, de acordo com as informações disponíveis no TAC, na resposta ao requerimento elaborado pelo Gabinete da Vereadora Duda Salabert em 2021 e no EIA.

Mesmo sem a anuência de Belo Horizonte a SEMAD celebrou o TAC para o empreendimento, bem como permitiu que o processo de regularização ambiental do empreendimento fosse formalizado. Além disto, o TAC permite ao empreendedor a produção bruta anual de até um milhão e meio de toneladas de minério de ferro, o mesmo quantitativo que está sendo pleiteado pelo empreendedor no processo de licenciamento ambiental.

Outro importante fato é que a região está em processo de Tombamento Estadual da Serra do Curral, cujo estudo de tombamento foi orientado e financiado pelo próprio Ministério Público de Minas Gerais. Mesmo assim, a mineradora celebrou o TAC com a SEMAD, que representa a completa anuência por parte do órgão ambiental para a destruição ecológica da região em processo de tombamento. Pelo princípio da precaução consideramos necessário parar esta atividade minerária.

Desta forma, diante dos graves descumprimentos e crimes socioambientais relatados e em conformidade com a Cláusula Oitava - da Responsabilidade do Gestor Público Signatário que afirma "O gestor signatário do instrumento é responsável por sua conformidade com a legislação, sendo que, caso se verifique irregularidades, o TAC poderá ser declarado nulo, com responsabilização do agente envolvido.", solicitamos que a Prefeitura de Belo Horizonte tome ações imediatas para atendimento a este instrumento mencionado, bem como que proceda todas as medidas cabíveis para a imediata suspensão das atividades do referido empreendimento.

Sendo assim, indicamos à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte que realize as seguintes ações:

1. Realização de fiscalização ao local do empreendimento para verificar *in-loco* o fato denunciado;
2. Aplicação de multa e de todas as penalidades cabíveis, em especial o embargo da atividade, aplicando ao empreendedor o máximo rigor da lei;
3. Acionar juridicamente o Empreendedor por sonegação de impostos, visto que Belo Horizonte não está recebendo a parcela que lhe cabe na CFEM;
4. Comunicar o ocorrido ao Ministério Público de Minas Gerais da omissão da SEMAD em exigir a anuência da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte no TAC que permite que a mineração ocorra dentro do território de Belo Horizonte;
5. Exigir da SEMAD a suspensão das atividades da Mineração Gute Sicht Ltda, bem como suspender o processo de licenciamento ambiental até que todas as irregularidades sejam sanadas, inclusive com a apresentação por parte do empreendedor da declaração de conformidade locacional do empreendimento emitida pela Prefeitura de Belo Horizonte.




CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

6. Exigir da SEMAD que todas as penalidades possíveis sejam aplicadas ao empreendedor, bem como que toda a documentação e estudos ambientais apresentados pelo empreendedor sejam declarados como nulos, tendo em vista as informações falsas apresentadas pelo empreendedor, sendo então exigido a formalização de um novo processo de licenciamento ambiental.

Portanto, via essa indicação solicitamos encaminhamentos imediatos e urgentes da Prefeitura de Belo Horizonte de modo a garantir que seus direitos sejam respeitados, resguardando o meio ambiente e a saúde dos moradores de Belo Horizonte.

É o que respeitosamente venho propor.

Belo Horizonte, 06 de março de 2022.


Vereadora Duda Salabert

À Senhora

Vereadora Nely Aquino

Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte



Instituto Nacional de Tecnologia
Pesquisa e desenvolvimento

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura **aprovado**, em conformidade com a MP 2.200-2/2001

Data de verificação	27/05/2022 09:31:02 BRT
Versão do software	2.8.1
Nome do arquivo	Audiência Pública Gute ass.pdf 5a3659cdc908a1d5158a0 338f1b3eeef0c46575dc2 9c9aa8b825a5ee06af417 4
Resumo SHA256 do arquivo	

▼ Assinatura por CN=DUDA SALABERT ROSA:***673836**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=36432667000100, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado Em conformidade com o padrão
Estrutura da assinatura	Aprovada
Cifra assimétrica	Correto
Resumo criptográfico	Aprovado
Atributos obrigatórios/opcionais	Nenhum
Certificados necessários	certificados necessários

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐

Mensagem de alerta

Atualizações
incrementais não
verificadas

► Caminho de certificação

► Atributos

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Proposição Inicial
Avulsos distribuidos em:

301 5 122

4654
Responsável pela distribuição

Modo escuro ☐



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DESPACHO DE DELIBERAÇÃO

REQUERIMENTO DE COMISSÃO nº 938 / 2022

EVENTO: () VISITA TÉCNICA () REUNIÃO COM CONVOCADO/CONVIDADO

(X) AUDIÊNCIA PÚBLICA () SEMINÁRIO () OUTRO: _____

A Comissão de **Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana** deliberou por:

() **rejeitar** o requerimento

() **adiar** a apreciação do requerimento

(X) **aprovar** o requerimento

() **alterar oralmente** as características do evento aprovado

Com as seguintes alterações e/ou observações marcadas abaixo, se houver:

Fica marcado o evento para o dia 21 / 06 / 2022, às 13 h 40 min.

Local do evento: _____

Lista de convidadas e convidados: A COMISSÃO DELIBEROU POR INCLUIR O SR. WAUDER BORGES (PREFEITO DE SABARA) NA LISTA DE CONVIDADOS

Serão definidos posteriormente: () a lista de convidadas e convidados () a data () o horário () o local, sob pena de não realização.

Outros: _____

Foi aprovada solicitação de Nota Técnica para audiência pública: (X) Sim () Não

Relatoria eleita: _____

Nos termos do Art. 8º da Portaria 16.747/16, o envio de convites, se houver, será de responsabilidade da assessoria do gabinete requerente, quando a aprovação completa de data, horário, local e lista de convidadas e convidados ocorrer sem a **antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis** em relação à data pretendida para a realização do evento.

17ª Reunião ORDINÁRIA

Em 31 / 05 / 2022

Presidência da reunião - ASSINATURA

Vereadora/Vereador WAUDERLEY PORTO

Avulsos distribuídos em:

31 / 05 / 2022

396
Secapc

Gestão no SIL por:

Reserva Pleno por:

Responsável Divapc:

RICARDO, MICHELLE

Responsável Divcol:

KEIKAZE

Tabela de dados para consulta interna



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DESPACHO DE DELIBERAÇÃO

REQUERIMENTO DE COMISSÃO nº 938 / 2022

EVENTO: () VISITA TÉCNICA () REUNIÃO COM CONVOCADO/CONVIDADO
(X) AUDIÊNCIA PÚBLICA () SEMINÁRIO () OUTRO: _____

A Comissão de **Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana** deliberou por:

() rejeitar o requerimento	() adiar a apreciação do requerimento
(X) aprovar o requerimento	(X) alterar oralmente as características do evento aprovado

Com as seguintes alterações e/ou observações marcadas abaixo, se houver:

Fica marcado o evento para o dia 19 / 07 / 2022, às 13 h 40 min.

Local do evento: Plenário Helvécio Arantes

Lista de convidadas e convidados: _____

Serão definidos posteriormente: () a lista de convidadas e convidados () a data () o horário
() o local, sob pena de não realização.

Outros: _____

Foi aprovada solicitação de Nota Técnica para audiência pública: (X) Sim () Não

Relatoria eleita: _____

Nos termos do Art. 8º da Portaria 16.747/16, o envio de convites, se houver, será de responsabilidade da assessoria do gabinete requerente, quando a aprovação completa de data, horário, local e lista de convidadas e convidados ocorrer sem a **antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis** em relação à data pretendida para a realização do evento.

19ª Reunião ordinária

Em 14 / 06 / 2022

Marcelo
Presidência da reunião - ASSINATURA
Vereadora/Vereador Marcelo Crispim

Avulsos distribuídos em: <u>14 / 06 / 2022</u> <u>396</u> Secapc	Gestão no SIL por: Reserva Pleno por:	Responsável Divapc: <u>Michelle / Ricardo / Milena</u> Responsável Divcol: <u>Leilane</u>
---	--	--

Tabela de dados para consulta interna